



Lagoa Vila Franca Povoação Nordeste Ribeira Grande

# ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL PARA O TERRITÓRIO DE INTERVENÇÃO DA ASDEPR

Agosto de 2015



Governo dos Açores

# Índice

Introdução.....	5
1. Metodologia .....	6
2. Território Abrangido .....	7
2.1. Descrição do Território.....	7
2.2. Caracterização do Território.....	8
2.3. Pescas .....	15
2.4. Tecido Empresarial.....	16
2.5. Comércio Internacional (Exportações e Importações) .....	18
2.6. Turismo .....	19
2.7. População.....	21
2.8. Mercado de Trabalho .....	35
2.9. Indicadores de Conforto.....	41
2.10. Indicadores de Ação Social.....	43
2.11. Infraestruturas e Acessibilidades.....	44
2.12. Património Natural e Ambiente.....	47
2.13. Património Cultural.....	49
3. Análise SWOT .....	52
3.1. Síntese das Potencialidades do Território .....	54
4. Objetivos e Estratégia.....	56
4.1. Descrição da Estratégia de Desenvolvimento .....	56
4.2. Objetivos Estratégicos e Objetivos Específicos.....	59
4.3. Coerência e Compatibilidade de Plano com o Plano Regional e Nacional .....	60
4.4. Descrição do processo de envolvimento das comunidades no desenvolvimento da estratégia .....	71
4.5. Plano de ação e investimento .....	72
4.6. Disposições de gestão e controlo da EDL .....	81



## Índice de Tabelas

Tabela 1. Indicadores geográficos (2013) .....	7
Tabela 2. Produto Interno Bruto a preços de mercado (2001-2013) .....	8
Tabela 3. Indicadores de contas regionais por atividade económica (2011) .....	9
Tabela 4. Valor Acrescentado Bruto das empresas por setor de atividade (2012) .....	10
Tabela 5. Superfície das culturas temporárias (ha) por tipo de cultura (1999-2009) .....	11
Tabela 6. Superfície das culturas temporárias (ha) por tipo de cultura (1999-2009) (continuação) .....	11
Tabela 7. Superfície das culturas temporárias (ha) por tipo de cultura (1999-2009) (continuação) .....	11
Tabela 8. Superfície das culturas permanentes (ha) por tipo de cultura (1999-2009) .....	12
Tabela 9. Superfície das culturas permanentes (ha) por tipo de cultura (cont.) .....	13
Tabela 10. N.º de explorações e superfície agrícola utilizada (1999-2009) .....	13
Tabela 11. N.º de explorações por classes de superfície agrícola utilizada (2009) .....	14
Tabela 12. Efetivo animal da exploração agrícola por localização geográfica (2009) .....	14
Tabela 13. Entrega de leite na fábrica (litros) .....	15
Tabela 14. Total de pesca descarregada nos portos dos Açores .....	15
Tabela 15. Densidade de empresas e de estabelecimentos (2012) .....	16
Tabela 16. Indicadores de empresas e estabelecimentos (2012) .....	16
Tabela 17. Número de empresas por setor de atividade (2012) .....	17
Tabela 18. Empresas por concelho segundo a CAE –Rev. 3 (2012) .....	17
Tabela 19. Comércio internacional declarado de mercadorias por município de sede dos operadores (Exportações) .....	18
Tabela 20. Comércio internacional declarado de mercadorias por município de sede dos operadores (Importações) .....	18
Tabela 21. Comércio internacional declarado de mercadorias de operadores com sede na região, por grandes categorias económicas (2013) .....	19
Tabela 22. Estabelecimentos (2013) .....	19
Tabela 23. Taxa de Ocupação Líquida (2013) .....	20
Tabela 24. Dormidas (2013) .....	20
Tabela 25. População residente (2001-2013) .....	21
Tabela 26. Densidade populacional (2001-2013) .....	22
Tabela 27. População residente no concelho de Lagoa (2001-2011) .....	22
Tabela 28. População residente no concelho de Nordeste (2001-2011) .....	23
Tabela 29. População residente no concelho de Povoação (2001-2011) .....	23
Tabela 30. População residente no concelho de Ribeira Grande (2001-2011) .....	23
Tabela 31. População residente no concelho de Vila Franca do Campo (2001-2011) .....	24
Tabela 32. Estrutura etária da população residente (2001-2011) .....	25
Tabela 33. Estrutura etária da população residente no concelho de Lagoa (2001-2011) .....	26
Tabela 34. Estrutura etária da população residente no concelho de Nordeste (2001-2011) .....	26
Tabela 35. Estrutura etária da população residente no concelho de Povoação (2001-2011) .....	27
Tabela 36. Estrutura etária da população residente no concelho de Ribeira Grande (2001-2011) .....	28
Tabela 37. Estrutura etária da população residente no concelho de Vila Franca do Campo (2001-2011) .....	29
Tabela 38. População residente segundo o nível de escolaridade atingido (2011) .....	30
Tabela 39. População residente segundo o nível de escolaridade atingido no concelho de Lagoa (2011) .....	30
Tabela 40. População residente segundo o nível de escolaridade atingido no concelho de Nordeste (2011) .....	31
Tabela 41. População residente segundo o nível de escolaridade atingido no concelho de Povoação (2011) .....	32
Tabela 42. População residente segundo o nível de escolaridade atingido no concelho de Ribeira Grande (2011) .....	32
Tabela 43. População residente segundo o nível de escolaridade atingido no concelho de Vila Franca do Campo (2011) .....	33
Tabela 44. Indicadores da população (2001-2011) .....	34
Tabela 45. Índice de dependência total, dependência dos jovens e dos idosos (2001-2011) .....	35
Tabela 46. Indicadores de Mercado de Trabalho (2001-2011) .....	36
Tabela 47. Indicadores de Mercado de Trabalho no concelho de Lagoa (2001-2011) .....	36
Tabela 48. Indicadores de Mercado de Trabalho no concelho de Nordeste (2001-2011) .....	37

Tabela 49. Indicadores de Mercado de Trabalho no concelho de Povoação (2001-2011) .....	38
Tabela 50. Indicadores de Mercado de Trabalho no concelho de Ribeira Grande (2001-2011).....	38
Tabela 51. Indicadores de Mercado de Trabalho no concelho de Vila Franca do Campo (2001-2011) .....	39
Tabela 52. População empregada por situação na profissão principal (2001-2011) .....	40
Tabela 53. População empregada por setor de atividade (2001-2011).....	40
Tabela 54. Alojamentos familiares ocupados (2001-2011) .....	41
Tabela 55. Alojamentos familiares ocupados com água canalizada, duche/banho, instalações sanitárias e esgoto (2011).....	41
Tabela 56. Poder de Compra .....	42
Tabela 57. Agregados familiares com equipamento de apoio ao trabalho doméstico, de comunicação e lazer .....	42
Tabela 58. Indicadores de ação social.....	43
Tabela 59. IPSS com Acordo de Cooperação – Funcionamento (2013).....	44
Tabela 60. Respostas sociais, capacidade e frequência por áreas de intervenção (2013).....	44
Tabela 61. Equipamentos .....	45
Tabela 62. Resíduos urbanos recolhidos em toneladas (2012-2013) .....	49
Tabela 63. Análise SWOT .....	52
Tabela 64. Objetivos Estratégicos e Objetivos Específicos .....	59
Tabela 65. Acordo de Parceria Portugal 2020- Distribuição dos FEEL .....	61
Tabela 66. Dotação financeira por medida do PRORURAL+ .....	63
Tabela 67. Distribuição da dotação financeira do PO AÇORES 2020 por objetivo temático .....	64
Tabela 68. Dotação Orçamental, Total e por Intervenção (€) .....	73
Tabela 69. Plano Financeiro e Orçamento - Dotação Total por anos (€) .....	73
Tabela 70. Plano financeiro - Intervenção 6.4 por anos (€).....	74
Tabela 71. Plano financeiro - Intervenção 7.2 por anos (€).....	75
Tabela 72. Plano financeiro - Intervenção 7.4 por anos (€).....	75
Tabela 73. Plano financeiro - Intervenção 7.5 por anos (€).....	76
Tabela 74. Plano financeiro - Intervenção 7.6 por anos (€).....	77
Tabela 75. Dotação (Despesa Pública) por Intervenção, por Concelho do TI (€).....	77
Tabela 77. Tipologia de Ações a apoiar, Indicadores e Metas.....	78
Tabela 78. Taxas de Apoio e Montantes Mínimos e Máximos, por Intervenção .....	80

## Introdução

A ASDEPR – Associação para o Desenvolvimento e Promoção Rural é uma associação de âmbito local, cuja atividade centra-se na promoção do desenvolvimento local e na melhoria da qualidade de vida das populações das zonas rurais.

A sua área de intervenção abrange os concelhos de Lagoa, Nordeste, Povoação, Ribeira Grande e Vila Franca do Campo, localizados na Ilha de São Miguel.

Os Grupos de Ação Local (GAL), nos quais se inclui a ASDEPR, desempenham um papel fundamental na qualificação, dinamização e animação dos espaços rurais, por proximidade e pelo conhecimento da realidade local e envolvimento com as comunidades e *stakeholders* locais.

Torna-se fundamental a elaboração da Estratégia de Desenvolvimento Local para o Território de Intervenção da ASDEPR que assenta na análise de diversos fatores que atualmente ou no futuro possam contribuir, positiva ou negativamente, para o desenvolvimento local do seu território de intervenção. As linhas e objetivos estratégicos visam a maximização das oportunidades e potencialidades e a superação das dificuldades detetadas, no contexto da prossecução dos objetivos inerentes ao crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.

Realça-se o facto da elaboração da Estratégia de Desenvolvimento Local estar alinhada com a caracterização do território e orientada para a valorização de oportunidades de apoio no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural para a Região Autónoma dos Açores 2014-2020, abreviadamente designado por PRORURAL+.

# 1. Metodologia

A elaboração da Estratégia de Desenvolvimento Local para o Território de Intervenção da ASDEPR baseou-se na recolha sistematizada de informação quantitativa e qualitativa e no trabalho de escritório (*backoffice*).

Para tal, e por forma a ser mais detalhado, sistematizado e esquematizado foi utilizada a seguinte metodologia:

/// Recolha, tratamento e sistematização de informação a nível dos municípios e outros organismos locais;

/// O levantamento dos equipamentos foi realizado através de informação disponibilizada pelas entidades oficiais e outras informações recolhidas em *sites* oficiais.

/// Entrevistas a diversas entidades de interesse para o desenvolvimento socioeconómico das localidades, entre os quais associados da ASDEPR e outras entidades locais;

/// Envolvimento dos principais *stakeholders* através da dinamização de reuniões e/ou sessões de trabalho e sessões de discussão pública: entidades públicas, associações locais, IPSS e comunidades locais.

## 2. Território Abrangido

### 2.1. Descrição do Território

O Território de Intervenção da ASDEPR é constituído por cinco dos seis concelhos da ilha de São Miguel, nomeadamente Lagoa (45,6 km<sup>2</sup>), Nordeste (101,5 km<sup>2</sup>), Povoação (106,4 km<sup>2</sup>), Ribeira Grande (180,2 km<sup>2</sup>) e Vila Franca do Campo (78 km<sup>2</sup>), abrangendo uma área total de 511,6 km<sup>2</sup> (Figura 1).

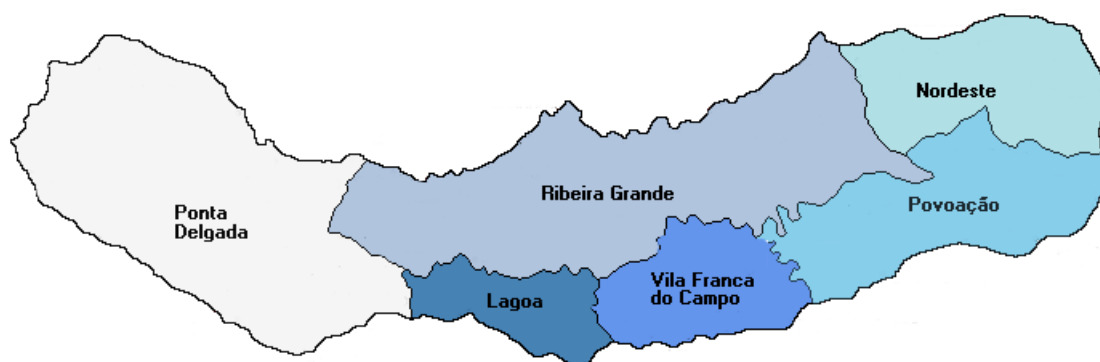


Figura 1. Território de Intervenção da ASDEPR (por concelhos)

Por sua vez, os cinco concelhos da área de intervenção da ASDEPR subdividem-se em 40 freguesias, sendo Ribeira Grande o município com mais freguesias, designadamente 14, seguido pelo concelho de Nordeste com 9, Vila Franca do Campo e Povoação, ambos com 6 freguesias cada e Lagoa com 5 freguesias.

A ilha de São Miguel pertence ao Grupo Oriental do Arquipélago dos Açores, localizando-se em termos de Latitude entre a Ponta da Bretanha (37° 54' 38") e o Ilhéu da Vila (37° 42' 13") e de Longitude entre a Ponta da Marquesa (25° 08' 03") e a Ponta da Ferraria (25° 51' 17"). Com uma superfície de 744,6 km<sup>2</sup>, São Miguel ocupa a primeira posição em termos de dimensão, representando 32,1% do território do arquipélago (Tabela 1).

Tabela 1. Indicadores geográficos (2013)

Zona Geográfica	Área (km <sup>2</sup> )	Perímetro (km)	Comprimento Máximo		Altitude Máxima (m)
			Norte-Sul (km)	Este-Oeste (km)	
R. A. Açores	2.322,0	943,0	311,0	547,0	2.351,0
Ilha de São Miguel	744,6	230,0	23,0	63,0	1.103,0
Lagoa	45,6	45,0	8,0	11,0	947,0
Nordeste	101,5	53,0	10,0	15,0	1.103,0
Povoação	106,4	64,0	10,0	20,0	1.103,0
Ribeira Grande	180,2	120,0	12,0	32,0	877,0
Vila Franca do Campo	78,0	58,0	9,0	14,0	947,0

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores (Anuário Estatístico da Região Autónoma dos Açores 2013)

Relativamente à organização administrativa de âmbito local, São Miguel é composto por seis concelhos, dos quais cinco estão abrangidos pelo território de intervenção da ASDEPR, nomeadamente Lagoa, Nordeste, Povoação, Ribeira Grande e Vila Franca do Campo.

Dos concelhos do território de intervenção da ASDEPR verifica-se que Ribeira Grande é o município com maior área (180,2 km<sup>2</sup>) e Lagoa o concelho com menor área (45,6 km<sup>2</sup>).

Relativamente a sistemas montanhosos destaca-se que o ponto com maior altitude de São Miguel é o Pico da Vara, com 1.103 m.

## 2.2. Caracterização do Território

Para a caracterização socioeconómica do território de intervenção foram analisados diversos indicadores, designadamente macroeconómicos, população, mercado de trabalho, agricultura, pecuária, pesca, indústria, comércio, importações, exportações, infraestruturas e acessibilidades, turismo, ambiente, cultura e património.

Para esta caracterização foi efetuada uma análise evolutiva, bem como o diagnóstico da situação atual do território, com vista à elaboração das estratégias de intervenção.

### 2.2.1. Indicadores Macroeconómicos

Entre 2001 e 2011, verificou-se um aumento do Produto Interno Bruto a preços de mercado na Região Autónoma dos Açores, passando de 2.694 milhões de euros para 3.714 milhões de euros (Tabela 2).

Em 2013, o resultado preliminar do Produto Interno Bruto a preços de mercado na Região Autónoma dos Açores, foi estimado em 3.694 milhões de euros, menos 0,5% que em 2011.

O nível de riqueza médio, medido pelo PIB *per capita*, correspondeu em 2013, a 14,9 milhares de euros anuais por pessoa.

**Tabela 2. Produto Interno Bruto a preços de mercado (2001-2013)**

Produto Interno Bruto a preços de mercado (pm)						
Anos	R.A. Açores	Portugal	Açores/Portugal	PIB per capita	PIB per capita	PIB per capita
2001	2.694	134.471	2,0	11,4	87	70
2011	3.714	171.126	2,2	15,2	94	73
2013 (Pe)	3.694	171.211	2,2	14,9	91	72

*Fonte: Instituto Nacional de Estatística (Base 2006)*

O Valor Acrescentado Bruto, na Região Autónoma dos Açores em 2011, foi de 3.291,727 milhões de euros. Considerando o peso do VAB por atividades económicas, verifica-se que a “agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca”, em 2011, representava 8,4% do VAB da Região Autónoma dos Açores.

Constata-se que, em 2011, a produtividade aparente no trabalho na Região Autónoma dos Açores era de 31,4 milhares de euros, atingindo a atividade “agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” o montante de 20,1 milhares de euros. Apenas existindo informação estatística agregada por total da Região Autónoma dos Açores, não existindo mais detalhada nem por ilhas, nem por concelhos.

O valor da remuneração média anual do trabalho na Região Autónoma dos Açores, em 2011, era de 20.076 euros, sendo para a atividade “agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” de 10.538,00 euros.

Analisando a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) no total do VAB, verifica-se que a atividade “agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca”, em 2011, tinha um peso de 14,6%.

**Tabela 3. Indicadores de contas regionais por atividade económica (2011)**

Indicadores de contas regionais, por atividade económica (2011)					
Atividade económica	VAB em % do total da região (%)	Produtividade aparente no trabalho - VAB/Emprego (m €)	Remuneração média (€)	Remunerações no total do VAB (%)	FBCF no total do VAB (%)
Região Autónoma dos Açores	100,0	31,4	20.076,0	52,7	21,0
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	8,4	20,1	10.538,0	11,6	14,6
Indústrias extrativas e transformadoras; produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e ar frio; captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	8,3	29,7	16.654,0	52,3	39,4
Construção	5,8	16,7	13.126,0	66,7	4,3
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos; transporte e armazenagem; atividades de alojamento e restauração	24,4	31,9	17.258,0	49,6	19,2
Atividades de informação e comunicação	2,0	81,8	33.894,0	37,4	53,6
Atividades financeiras e de seguros	3,6	84,5	37.617,0	42,4	5,9
Atividades imobiliárias	11,4	1.626,4	23.043,0	0,9	30,1
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares; atividades administrativas e dos serviços de apoio	3,6	19,8	15.429,0	58,8	24,9
Administração pública e defesa; segurança social obrigatória; educação; saúde humana e ação social	29,5	33,6	28.709,0	83,2	18,6
Atividades artísticas e de espetáculos; reparação de bens de uso doméstico e outro serviço	3,2	12,7	10.969,0	75,9	13,8

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores (Anuário Estatístico da Região Autónoma dos Açores 2013)

Por outro lado, considerando a evolução dos preços nos Açores, em 2013 o IPC foi de 1,88%, tendo baixado para 0,29%, em 2014.

Considerando o Valor Acrescentado Bruto das empresas, por setores de atividade, e comparando por concelhos do território de intervenção, constata-se que, em termos percentuais, o VAB das empresas do setor primário, localizadas no concelho de Nordeste, tem um peso de 35,5% no VAB total das empresas do concelho.

No setor secundário, o concelho de Ribeira Grande assume maior expressão quando comparado com os restantes concelhos (58,3%), ou seja, há um contributo mais significativo das indústrias transformadoras na economia do concelho.

Em suma, no que respeita ao valor acrescentado bruto (VAB) das empresas por setores de atividade, constata-se que em todos os concelhos, o VAB é proveniente maioritariamente do setor terciário, com exceção do concelho de Ribeira Grande cujo VAB total provem maioritariamente do setor secundário, nomeadamente da atividade das indústrias transformadoras.

**Tabela 4. Valor Acrescentado Bruto das empresas por setor de atividade (2012)**

Zona Geográfica	Total	Primário *		Secundário*		Terciário*	
	m€	m€	%	m€	%	m€	%
<b>R. A. Açores</b>	<b>1.039.671</b>	<b>76.428</b>	<b>7,4</b>	<b>342.376</b>	<b>32,9</b>	<b>620.867</b>	<b>59,7</b>
<b>Ilha de São Miguel</b>	<b>715.340</b>	<b>44.106</b>	<b>6,2</b>	<b>166.518</b>	<b>23,3</b>	<b>308.732</b>	<b>43,2</b>
Lagoa	30.348	2.657	8,8	9.743	32,1	16.998	56,0
Nordeste	6.967	2.471	35,5	1.388	19,9	3.068	44,0
Povoação	9.972	3.043	30,5	1.913	19,2	4.930	49,4
Ribeira Grande	141.843	10.775	7,6	82.745	58,3	37.878	26,7
Vila Franca do Campo	17.406	3.714	21,3	3.855	22,1	9.837	56,5

*Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores (Anuário Estatístico da Região Autónoma dos Açores 2013)*

(\*) As percentagens individuais não totalizam os 100% para cada um dos concelhos devido a existirem dados confidenciais, não repartidos.

## 2.2.2. Agricultura e Pecuária

O clima dos Açores, bem como o seu solo, são favoráveis à produção de culturas agrícolas, tanto temporárias como permanentes. Como culturas temporárias produzidas destacam-se os cereais para grão, leguminosas secas para grão, batata, beterraba sacarina, flores e plantas ornamentais, culturas forrageiras, culturas industriais, culturas hortícolas e outras culturas temporárias.

Entre 1999 e 2009, verificou-se um decréscimo geral da superfície agrícola utilizada (SAU) nos Açores para produção de diversas culturas temporárias, como sejam, cereais para grão, batata, beterraba sacarina, flores e plantas ornamentais, culturas industriais e outras culturas temporárias.

Constata-se que, apesar do decréscimo verificado nos Açores, em geral, no que respeita a flores e plantas ornamentais (-9,9%), os concelhos do território de intervenção apresentam um crescimento da superfície utilizada entre os anos 1999 e 2009, nomeadamente Lagoa e Ribeira Grande cujo crescimento foi de 133,3% e 7,7%, respetivamente, tendo diminuído apenas no concelho de Povoação (-66,7%).

**Tabela 5. Superfície das culturas temporárias (ha) por tipo de cultura (1999-2009)**

Principais Culturas temporárias (ha)									
Zona Geográfica	Cereais para grão (ha)			Leguminosas secas para grão (ha)			Batata (ha)		
	1999	2009	Var.1999-2009 (%)	1999	2009	Var.1999-2009 (%)	1999	2009	Var.1999-2009 (%)
<b>R. A. Açores</b>	<b>1.061</b>	<b>297</b>	<b>-72</b>	<b>311</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.050</b>	<b>507</b>	<b>-51,7</b>
<b>Ilha de São Miguel</b>	<b>157</b>	<b>29</b>	<b>-81,5</b>	<b>150</b>	<b>43</b>	<b>-71,3</b>	<b>678</b>	<b>363</b>	<b>-46,5</b>
Lagoa	16	3	-81,3	20	9	-55	80	46	-42,5
Nordeste	16	3	-81,3	8	4	-50	102	45	-55,9
Povoação	28	4	-85,7	14	4	-71,4	21	9	-57,1
Ribeira Grande	27	5	-81,5	39	12	-69,2	268	168	-37,3
Vila Franca do Campo	25	2	-92	19	3	-84,2	105	28	-73,3

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (Recenseamento Agrícola – séries históricas)

No que respeita a culturas forrageiras, no que respeita à superfície utilizada, constatou-se um crescimento em todos os concelhos, entre os anos 1999 e 2009. O crescimento mais acentuado foi no concelho de Povoação (151,4%) e menos acentuado no concelho de Nordeste (76,5%).

**Tabela 6. Superfície das culturas temporárias (ha) por tipo de cultura (1999-2009) (continuação)**

Principais Culturas temporárias (cont.)									
Zona Geográfica	Beterraba sacarina (ha)			Flores e plantas ornamentais (ha)			Culturas forrageiras (ha)		
	1999	2009	Var.1999-2009 (%)	1999	2009	Var.1999-2009 (%)	1999	2009	Var.1999-2009 (%)
<b>R. A. Açores</b>	<b>143</b>	<b>139</b>	<b>-2,8</b>	<b>71</b>	<b>64</b>	<b>-9,9</b>	<b>13.927</b>	<b>20.241</b>	<b>45,3</b>
<b>Ilha de São Miguel</b>	<b>143</b>	<b>139</b>	<b>-2,8</b>	<b>38</b>	<b>43</b>	<b>13,2</b>	<b>5.939</b>	<b>11.984</b>	<b>101,8</b>
Lagoa	38	1	-97,4	3	7	133,3	406	804	98
Nordeste					0		396	699	76,5
Povoação				3	1	-66,7	424	1.066	151,4
Ribeira Grande	63	63	0	26	28	7,7	1.894	3.668	93,7
Vila Franca do Campo	5						485	912	88

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (Recenseamento Agrícola – séries históricas)

A superfície utilizada para culturas hortícolas aumentou nos Açores. Tendo em conta por concelhos, na Lagoa e Vila Franca do Campo, aumentou entre os anos em análise, sendo que no concelho de Ribeira Grande regista-se um decréscimo da superfície utilizada nestas culturas.

**Tabela 7. Superfície das culturas temporárias (ha) por tipo de cultura (1999-2009) (continuação)**

Principais Culturas temporárias (cont.)									
Zona Geográfica	Culturas industriais (ha)			Culturas hortícolas (ha)			Outras culturas temporárias (ha)		
	1999	2009	Var.1999-2009 (%)	1999	2009	Var.1999-2009 (%)	1999	2009	Var.1999-2009 (%)
<b>R. A. Açores</b>	<b>83</b>	<b>41</b>	<b>-50,6</b>	<b>434</b>	<b>481</b>	<b>10,8</b>	<b>275</b>	<b>174</b>	<b>-36,7</b>
<b>Ilha de São Miguel</b>	<b>83</b>	<b>41</b>	<b>-50,6</b>	<b>269</b>	<b>258</b>	<b>-4,1</b>	<b>69</b>	<b>72</b>	<b>4,3</b>

Principais Culturas temporárias (cont.)									
Zona Geográfica	Culturas industriais (ha)			Culturas hortícolas (ha)			Outras culturas temporárias (ha)		
	1999	2009	Var.1999-2009 (%)	1999	2009	Var.1999-2009 (%)	1999	2009	Var.1999-2009 (%)
Lagoa	23	18	-21,7	54	61	13	6	13	116,7
Nordeste				1	1	0	2	1	-50
Povoação				2	2	0	8	10	25
Ribeira Grande	37	14	-62,2	126	102	-19	18	35	94,4
Vila Franca do Campo	4	0	-100	17	21	23,5	5	4	-20

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (Recenseamento Agrícola – séries históricas)

Relativamente a outras culturas temporárias, entre os anos 1999 e 2009, regista-se um decréscimo da superfície utilizada na Região.

O mesmo se verifica nos concelhos de Nordeste e Vila Franca do Campo. No entanto, verificaram-se crescimentos na superfície utilizada nos concelhos de Lagoa (116,7%), Povoação (25,0%) e Ribeira Grande (94,4%).

São também produzidas culturas permanentes, nomeadamente frutos secos, citrinos, frutos subtropicais, frutos de casca rija, vinha e outras culturas permanentes, cuja superfície utilizada entre os anos 1999 e 2009 tem vindo a diminuir de um modo geral.

**Tabela 8. Superfície das culturas permanentes (ha) por tipo de cultura (1999-2009)**

Principais Culturas permanentes (ha)									
Zona Geográfica	Frutos secos, exceto citrinos (ha)			Citrinos (ha)			Frutos subtropicais (ha)		
	1999	2009	Var.1999-2009 (%)	1999	2009	Var.1999-2009 (%)	1999	2009	Var.1999-2009 (%)
<b>R. A. Açores</b>	<b>185</b>	<b>103</b>	<b>-44,3</b>	<b>924</b>	<b>441</b>	<b>-52,3</b>	<b>670</b>	<b>435</b>	<b>-35,1</b>
Lagoa	3	2	-33,3	50	23	-54,0	48	21	-56,3
Nordeste	8	2	-75,0	15	9	-40,0	11	4	-63,6
Povoação	9	8	-11,1	55	32	-41,8	37	15	-59,5
Ribeira Grande	8	6	-25,0	138	58	-58,0	58	32	-44,8
Vila Franca do Campo	1	2	100,0	29	14	-51,7	143	113	-21,0

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (Recenseamento Agrícola – séries históricas)

Denota-se que, entre 1999 e 2009, a superfície utilizada para produção de frutos secos (exceto os citrinos) tem vindo a diminuir ao longo dos anos em análise, com exceção do concelho de Vila Franca do Campo cuja superfície utilizada aumentou.

O decréscimo da superfície utilizada para produção dos citrinos foi mais significativo no concelho de Ribeira Grande, que passou de 138 hectares em 1999 para 58 hectares utilizados em 2009.

Relativamente à superfície utilizada para cultivo de frutos subtropicais regista-se um decréscimo acentuado em todos os concelhos, sendo Vila Franca do Campo o que apresenta uma menor redução de superfície entre os anos em análise.

**Tabela 9. Superfície das culturas permanentes (ha) por tipo de cultura (cont.)**

Principais Culturas permanentes (cont.)									
Zona Geográfica	Frutos de casca rija (ha)			Vinha (ha)			Outras culturas permanentes (ha)		
	1999	2009	Var.1999-2009 (%)	1999	2009	Var.1999-2009 (%)	1999	2009	Var.1999-2009 (%)
<b>R. A. Açores</b>	108	66	-38,9	1.700	926	-45,5	73	50	-31,5
Lagoa	2	0	-100,0	34	15	-55,9	3	1	-66,7
Nordeste	3	2	-33,3	12	5	-58,3			
Povoação	5	3	-40,0	26	12	-53,8	0	0	-
Ribeira Grande	2	1	-50,0	22	14	-36,4	40	37	-7,5
Vila Franca do Campo	2	0	-100,0	144	63	-56,3	1		-

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (Recenseamento Agrícola – séries históricas)

A superfície utilizada para cultivo de frutos de casca rija também sofreu um decréscimo entre 1999 e 2009 em todos os concelhos, com maior impacto nos concelhos de Lagoa e Vila Franca do Campo. No que concerne à vinha, o impacto foi mais significativo nos concelhos de Nordeste e Vila Franca do Campo, sendo Lagoa o concelho que registou em termos percentuais um maior decréscimo no que concerne a outras culturas permanentes.

### Estrutura das explorações agrícolas

No setor agrícola na Região Autónoma dos Açores, nos últimos anos, tem havido uma reestruturação ao nível das explorações agrícolas, onde se salienta a diminuição o número de explorações agrícolas, embora com o aumento da dimensão média.

Assim, em 2009, existiam nos Açores menos 5.739 explorações agrícolas do que em 1999, passando de 19.280 explorações, em 1999, para 13.541, em 2009 (Tabela 10).

A tendência da redução do número de explorações agrícolas foi verificada em todos os concelhos, sendo mais acentuada no concelho de Vila Franca do Campo e menos acentuada no concelho de Nordeste.

**Tabela 10. N.º de explorações e superfície agrícola utilizada (1999-2009)**

N.º de explorações e superfície agrícola utilizada (1999-2009)						
Zona Geográfica	N.º de Explorações			Superfície Agrícola Utilizada		
	1999 (N.º)	2009 (N.º)	Variação 1999-2009 (%)	1999 (ha)	2009 (ha)	Variação 1999-2009 (%)
<b>R. A. Açores</b>	<b>19.280</b>	<b>13.541</b>	<b>-29,8</b>	<b>121.308</b>	<b>120.412</b>	<b>-0,7</b>
<b>Ilha de São Miguel</b>	<b>7.377</b>	<b>5.710</b>	<b>-22,6</b>	<b>41.077</b>	<b>39.082</b>	<b>-4,9</b>
Lagoa	565	428	-24,2	2.519	2.444	-3,0
Nordeste	672	577	-14,1	4.004	3.855	-3,7
Povoação	668	539	-19,3	3.781	3.675	-2,8
Ribeira Grande	1.714	1.390	-18,9	11.284	10.931	-3,1
Vila Franca do Campo	867	621	-28,4	4.508	4.067	-9,8

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores (Anuários Estatísticos da Região Autónoma dos Açores 2000 e 2011)

A nível da superfície agrícola utilizada (SAU), registou-se uma diminuição de cerca de 0,7%, na Região Autónoma dos Açores, entre o período 1999 e 2009, com maior impacto no concelho de Vila Franca, que registou uma redução de 9,8%, e menor impacto no concelho de Povoação.

As 13.541 explorações existentes em 2009 encontram-se agrupadas segundo as classes de superfície agrícola utilizada, podendo existir explorações sem SAU e outras que utilizam uma superfície agrícola superior ou igual a 50 hectares. Assim, verifica-se que em todos os concelhos do território de intervenção da ASDEPR, a maioria das explorações utiliza uma superfície inferior a 1 hectare.

**Tabela 11. N.º de explorações por classes de superfície agrícola utilizada (2009)**

N.º de explorações por classes de superfície agrícola utilizada (2009)							
Zona Geográfica	Total (N.º)	Sem SAU	SAU < 1 ha	1 ha < SAU < 5 ha	5 ha < SAU < 20 ha	20 ha < SAU < 50 ha	SAU > = a 50 ha
<b>R. A. Açores</b>	13.541	30	5.767	3.152	2.805	1.375	412
<b>Ilha de São Miguel</b>	5.710	17	2.749	1.321	1.050	464	109
Lagoa	428	3	227	108	57	25	8
Nordeste	577	0	245	143	133	49	7
Povoação	539	2	339	70	65	49	14
Ribeira Grande	1.390	1	619	365	254	118	33
Vila Franca do Campo	621	2	332	124	94	57	12

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores (Anuários Estatísticos da Região Autónoma dos Açores 2000 e 2011)

Com menor representatividade, encontram-se as explorações que utilizam uma superfície agrícola superior ou igual a 50 hectares.

### Pecuária

Na Tabela 12 podemos analisar o efetivo animal da exploração agrícola, por concelhos, no ano de 2009 na Região Autónoma dos Açores, na ilha de São Miguel e nos concelhos do território de intervenção da ASDEPR.

**Tabela 12. Efetivo animal da exploração agrícola por localização geográfica (2009)**

Zona Geográfica	Espécie animal							
	Bovinos	Suínos	Ovinos	Caprinos	Equídeos	Aves	Coelhos	Colmeias e cortiços povoados
	N.º							
<b>R. A. Açores</b>	248.763	42.276	3.850	8.018	2.742	482.820	29.610	1.921
<b>Ilha de São Miguel</b>	108.324	25.547	276	2.760	975	295.504	25.144	936
Lagoa	6.274	365	36	218	43	174.323	3.610	143
Nordeste	9.644	186	8	309	74	1.742	254	47
Povoação	8.123	182	16	196	67	2.261	52	59
Ribeira Grande	28.848	14.521	133	640	310	42.314	707	99
Vila Franca do Campo	10.609	1.573	15	190	62	2.877	225	35

Fonte: Instituto Nacional de Estatística - Recenseamento agrícola 2009

## Produção de Leite

Quanto à produção de leite, tendo em conta a quantidade de leite entregue nas fábricas, verificou-se nos Açores um aumento nos últimos anos, passando de 540.199.225 litros de leite, em 2009, para 579.154.842 litros, em 2014.

**Tabela 13. Entrega de leite na fábrica (litros)**

Zona Geográfica	2009	2013	2014
R. A. Açores	540.199.225	536.074.400	579.154.842
Ilha de São Miguel	340.415.998	349.227.733	377.241.220

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores

## 2.3. Pescas

Na Tabela 14 podemos verificar que o total de pesca descarregada nos portos dos Açores diminuiu entre 2012 e 2014, passando de 13.365.893Kg, para 9.100.035Kg, respetivamente.

**Tabela 14. Total de pesca descarregada nos portos dos Açores**

Zona Geográfica	Categoria	2012		2013		2014	
		Quantidade Pesca (Kg)	Pesca Valor	Quantidade Pesca (Kg)	Pesca Valor	Quantidade Pesca (Kg)	Pesca Valor
R. A. Açores	<b>Total</b>	<b>13.365.893</b>	<b>37.613.127</b>	<b>13.961.245</b>	<b>34.032.560</b>	<b>9.100.035</b>	<b>27.558.296</b>
	Demersal	3.738.963	16.005.332	3.528.363	14.412.137	3.796.628	15.240.239
	Molusco	262.673	1.498.477	531.711	2.560.320	416.871	2.239.150
	Pelágica	9.351.457	19.990.625	9.888.241	16.927.812	4.866.238	9.837.202
	Crustáceo	6.846	100.153	10.222	128.766	20.185	241.578
	Outras espécies	5.954	18.541	2.707	3.525	114	128
Ilha de São Miguel	<b>Total</b>	<b>6.307.313</b>	<b>17.098.309</b>	<b>5.913.803</b>	<b>15.180.109</b>	<b>4.833.924</b>	<b>13.962.250</b>
	Demersal	1.662.956	6.495.476	1.693.348	6.138.793	2.111.412	6.631.944
	Molusco	170.814	1.059.328	379.292	1.892.014	264.252	1.612.788
	Pelágica	4.466.577	9.505.468	3.835.386	7.115.418	2.453.881	5.680.991
	Crustáceo	1.084	19.788	3.133	30.505	4.277	36.414
	Outras espécies	5.882	18.250	2.643	3.379	101	113

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores

## 2.4. Tecido Empresarial

Na análise da densidade de empresas e de estabelecimentos, tendo em conta o território de intervenção da ASDEPR, os concelhos de Nordeste e Povoação são os que apresentam a menor densidade de estabelecimentos, 4,5 e 4,9, respetivamente. O concelho de Lagoa, pelo contrário, destaca-se com maior densidade de estabelecimentos (24,1 por km<sup>2</sup>), valor superior à média de São Miguel (16,8).

**Tabela 15. Densidade de empresas e de estabelecimentos (2012)**

Zona Geográfica	Densidade de empresas (N.º/km <sup>2</sup> )	Densidade de estabelecimentos (N.º/km <sup>2</sup> )
<b>R.A. Açores</b>	10,6	11,0
<b>Ilha de São Miguel</b>	16,0	16,8
Lagoa	23,3	24,1
Nordeste	4,3	4,5
Povoação	4,7	4,9
Ribeira Grande	12,8	13,2
Vila Franca do Campo	11,5	11,8

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores (Anuário Estatístico da Região Autónoma dos Açores 2013)

A nível da Região Autónoma dos Açores verifica-se que a grande maioria das empresas/estabelecimentos (mais de 96%) possuem menos de 10 pessoas ao serviço, tendência que também se verifica quer a nível da ilha de São Miguel quer a nível dos concelhos que fazem parte do território de intervenção da ASDEPR (Tabela 16).

Considerando a proporção das empresas individuais nos vários concelhos do território de intervenção, verifica-se que estas têm um peso superior tanto da média da Região Autónoma dos Açores, como da ilha de São Miguel.

**Tabela 16. Indicadores de empresas e estabelecimentos (2012)**

Zona Geográfica	Proporção de empresas individuais (%)	Proporção de empresas com menos de 250 pessoas ao serviço (%)	Proporção de empresas com menos de 10 pessoas ao serviço (%)	Proporção de estabelecimentos com menos de 10 pessoas ao serviço (%)
<b>R.A. Açores</b>	82,3	99,9	96,8	96,6
<b>Ilha de São Miguel</b>	79,5	99,9	96,1	96,0
Lagoa	83,4	100,0	97,0	96,5
Nordeste	91,3	100,0	98,4	98,7
Povoação	85,1	100,0	97,0	97,0
Ribeira Grande	84,2	99,8	96,4	96,2
Vila Franca do Campo	87,4	100,0	98,1	98,0

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores (Anuário Estatístico da Região Autónoma dos Açores 2013)

Relativamente ao número de empresas por setor de atividade constata-se que em 2012, existiam cerca de 11.888 empresas em São Miguel, 69,1% são do setor terciário, 17,5% do setor primário, 13,4% do setor secundário.

**Tabela 17. Número de empresas por setor de atividade (2012)**

Zona Geográfica	Total	Primário		Secundário		Terciário	
	Nº	Nº	%	Nº	%	Nº	%
<b>R. A. Açores</b>	<b>24.559</b>	<b>6.002</b>	<b>24,4</b>	<b>3.134</b>	<b>12,8</b>	<b>15.423</b>	<b>62,8</b>
<b>Ilha de São Miguel</b>	<b>11.888</b>	<b>2.082</b>	<b>17,5</b>	<b>1.590</b>	<b>13,4</b>	<b>8.216</b>	<b>69,1</b>
Lagoa	1.064	190	17,9	172	16,2	702	66,0
Nordeste	438	169	38,6	62	14,2	207	47,3
Povoação	503	125	24,9	82	16,3	296	58,8
Ribeira Grande	2.297	548	23,9	395	17,2	1.354	58,9
Vila Franca do Campo	896	217	24,2	248	27,7	431	48,1

*Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores (Anuário Estatístico da Região Autónoma dos Açores 2013)*

Em 2012, de acordo com os dados do Anuário Estatístico dos Açores, existiam em São Miguel 11.888 empresas, menos 6,7% que em 2011. A maioria das empresas consistem nas atividades “A – Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” (Tabela 18), seguindo-se as atividades “G – Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos” e “N – Atividades administrativas e dos serviços de apoio”. Das 11.888 empresas existentes em 2012, 19,3% localizam-se no concelho de Ribeira Grande, 9% na Lagoa, 7,5% em Vila Franca do Campo, 4,2% na Povoação e apenas 3,7% no Nordeste.

**Tabela 18. Empresas por concelho segundo a CAE – Rev. 3 (2012)**

Atividade económica	R.A. Açores	Ilha de São Miguel	Lagoa	Nordeste	Povoação	Ribeira Grande	Vila Franca do Campo
<b>Total</b>	24.559	11.888	1.064	438	503	2.297	896
A - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	6.002	2.082	190	169	125	548	217
B - Indústrias extrativas	21	7	0	0	0	5	0
C - Indústrias transformadoras	1.052	491	45	23	29	109	37
D - Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	11	6	0	0	0	1	0
E - Captação, tratamento e dist. de água	19	12	0	0	0	4	0
F - Construção	2.031	1.074	127	39	53	276	211
G - Comércio por grosso e a retalho	3.788	1.859	180	55	81	370	112
H - Transporte e armazenagem	650	283	22	12	14	54	20
I - Alojamento, restauração e similares	1.511	732	81	31	52	132	45
J - Atividade de Informação e comunicação	223	136	5	2	4	17	5
L - Atividades imobiliárias	237	163	11	1	2	16	8
M - Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	1.642	893	66	9	22	115	20
N – Ativids. administrativas e serviços de apoio	2.809	1.588	160	42	36	243	92
P - Educação	1.373	907	59	30	22	162	50
Q – Ativids. de saúde humana e apoio social	1.285	736	45	7	17	91	30

R - Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	675	346	32	5	13	54	13
S - Outras atividades de serviços	1.230	573	41	13	33	100	36

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores (Anuário Estatístico da Região Autónoma dos Açores 2013)

Para todos os concelhos em análise, predominam as empresas relacionadas com as atividades primárias da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca e atividades de comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos”.

## 2.5. Comércio Internacional (Exportações e Importações)

Na ilha de São Miguel, em 2013, o total de exportações atingiu 101.150 milhares de euros, representando uma quebra de 2% face a 2011. Esta variação negativa deveu-se sobretudo à diminuição das exportações Intra-UE (-15,2%).

**Tabela 19. Comércio internacional declarado de mercadorias por município de sede dos operadores (Exportações)**

Zona Geográfica	Exportações								
	Total (m€)			Comércio Intra-UE (m€)			Comércio Extra - UE (m€)		
	2011	2013Po	Var. 2011-2013 (%)	2011	2013Po	Varição 2011-2013 (%)	2011	2013Po	Var. 2011-2013 (%)
<b>R.A. Açores</b>	117.861	119.185	1,1%	60.225	54.440	-9,6%	57.636	64.746	12,3%
<b>Ilha de São Miguel</b>	103.264	101.150	-2,0%	46.327	39.277	-15,2%	56.937	61.873	8,7%
Lagoa	1.487	4.916	230,6%	1.312	4.547	246,6%	175	369	110,9%
Nordeste	0	0		0	0		0	0	
Povoação	80	0	-100,0%	0	0		80	0	-100,0%
Ribeira Grande	43.879	63.071	43,7%	32.990	27.285	-17,3%	10.889	35.786	228,6%
Vila Franca do Campo	32	17	-46,9%	0	0		32	17	-46,9%

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores (Anuários Estatísticos da Região Autónoma dos Açores 2011 e 2013)

Em 2013, o total de importações, na ilha de São Miguel registou um aumento de 59,2%, acompanhando a tendência regional.

**Tabela 20. Comércio internacional declarado de mercadorias por município de sede dos operadores (Importações)**

Zona Geográfica	Importações								
	Total (m€)			Comércio Intra-UE (m€)			Comércio Extra - UE (m€)		
	2011	2013Po	Var. 2011-2013	2011	2013Po	Var. 2011-2013	2011	2013Po	Var. 2011-2013
<b>R.A. Açores</b>	118.275	180.308	52,4%	86.618	122.377	41,3%	31.656	57.931	83,0%
<b>Ilha de São Miguel</b>	88.808	141.426	59,2%	60.198	88.703	47,4%	28.609	52.722	84,3%
Lagoa	2.906	1.432	-50,7%	2.901	1.361	-53,1%	5	72	1340,0%
Nordeste	2	0	-100,0%	0	0		2	0	-100,0%
Povoação	3	1	-66,7%	0	0		3	1	-66,7%
Ribeira Grande	47.179	61.176	29,7%	30.358	24.966	-17,8%	16.821	36.210	115,3%
Vila Franca do Campo	589	1.075	82,5%	564	1.072	90,1%	25	3	-88,0%

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores (Anuários Estatísticos da Região Autónoma dos Açores 2011 e 2013)

Em 2011, o volume de importações, foi inferior ao total de exportações; resultando num saldo da balança comercial positivo em 14.456 milhares de euros. Contrariamente, em 2013, o saldo da balança comercial é negativo em 40.276 milhares de euros.

Na Região, e segundo o Serviço Regional de Estatística dos Açores (Anuário Estatístico de 2013), a taxa de cobertura das importações pelas exportações em 2013 foi de 66,10%. Na tabela 21, verifica-se que a nível da Região no ano de 2013 e tendo em consideração as grandes categorias económicas, os produtos alimentares e bebidas representam um peso considerável nas exportações e nas importações.

**Tabela 21. Comércio internacional declarado de mercadorias de operadores com sede na região, por grandes categorias económicas (2013)**

Categoria	Total (m€)		Comércio Intra-UE (m€)		Comércio Extra - UE (m€)	
	Exportações	Importações	Exportações	Importações	Exportações	Importações
<b>R.A. Açores</b>	<b>119.185</b>	<b>180.308</b>	<b>54.440</b>	<b>122.377</b>	<b>64.746</b>	<b>57.931</b>
Produtos alimentares e bebidas	92.670	73.902	53.080	45.672	36.590	28.230
Fornecimentos industriais não especificados noutras categorias	742	42.067	348	16.071	394	25.996
Combustíveis e lubrificantes	7.610	45.765	0	45.755	7.610	10
Máquinas, outros bens de capital (exceto material de transporte) e seus acessórios	14.665	10.394	168	8.823	14.498	1.571
Material de transporte e acessórios	2.094	3.372	0	1.674	2.094	1.697
Bens de consumo não especificados noutras categorias	1.283	4.805	844	4.380	439	424
Bens não especificados noutras categorias	121	4	0	0	121	4

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores (Anuário Estatístico da Região Autónoma dos Açores 2013)

## 2.6. Turismo

Considerando a atividade turística, podemos analisar os dados referentes ao total do alojamento turístico que abrange a hotelaria (hotéis, hotéis-apartamentos, pousadas, apartamentos e aldeamentos turísticos), o alojamento local e o turismo no espaço rural e turismo de habitação.

Assim, propomos analisar o número de estabelecimentos, a taxa de ocupação e as dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico em 2013.

Quanto ao número de estabelecimentos verifica-se que do total dos estabelecimentos (68), da ilha de São Miguel, 31 são estabelecimentos de turismo no espaço rural e turismo de habitação, com um peso representativo de 46%, na ilha de São Miguel.

**Tabela 22. Estabelecimentos (2013)**

Zona Geográfica	Total (N.º)	Hotelaria (N.º)	Alojamento local (N.º)	Turismo no espaço rural e Turismo de habitação (N.º)
<b>R. A. Açores</b>	154	64	16	74
<b>Ilha de São Miguel</b>	68	30	7	31

Zona Geográfica	Total (N.º)	Hotelaria (N.º)	Alojamento local (N.º)	Turismo no espaço rural e Turismo de habitação (N.º)
Lagoa (R.A.A)	6	4	0	2
Nordeste	9	0	0	9
Povoação	8	3	1	4
Ribeira Grande	8	1	1	6
Vila Franca do Campo	4	2	0	2

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores (Anuário Estatístico da Região Autónoma dos Açores 2013)

Relativamente à taxa de ocupação líquida, analisando o território de intervenção da ASDEPR, o concelho de Povoação apresenta a maior taxa de ocupação (43,1%), sendo o concelho da Ribeira Grande a apresentar a menor taxa de ocupação (19,0%).

**Tabela 23. Taxa de Ocupação Líquida (2013)**

Zona Geográfica	Total (%)	Hotelaria (%)	Alojamento local (%)	Turismo no espaço rural e Turismo de habitação (%)
<b>R. A. Açores</b>	<b>34,1</b>	<b>35,6</b>	<b>25,5</b>	<b>23,2</b>
<b>Ilha de São Miguel</b>	<b>43,0</b>	<b>44,0</b>	<b>35,5</b>	<b>29,0</b>
Lagoa (R.A.A)	27,2	...	//	...
Nordeste	35,3	//	//	35,3
Povoação	43,1	43,8	...	...
Ribeira Grande	19,0	...	...	28,9
Vila Franca do Campo	33,7	...	//	...

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores (Anuário Estatístico da Região Autónoma dos Açores 2013)

Legenda: ... Valor confidencial; // Valor não aplicável

Ao analisar as dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico a nível do território de intervenção da ASDEPR, constata-se que o concelho de Vila Franca do Campo apresenta o maior número de dormidas no ano de 2013.

**Tabela 24. Dormidas (2013)**

Dormidas				
Localização geográfica	Total (N.º)	Hotelaria (N.º)	Alojamento local (N.º)	Turismo no Espaço Rural e Turismo de Habitação (N.º)
<b>R. A. Açores</b>	<b>1.103.526</b>	<b>999.844</b>	<b>54.258</b>	<b>49.424</b>
<b>Ilha de São Miguel</b>	<b>742.671</b>	<b>693.856</b>	<b>30.677</b>	<b>18.138</b>
Lagoa (R.A.A)	33.723	...	0	...
Nordeste	3.300	0	0	3.300
Povoação	34.225	27.341	...	...
Ribeira Grande	4.540	...	...	3.933
Vila Franca do Campo	40.737	...	0	...

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores (Anuário Estatístico da Região Autónoma dos Açores 2013)  
 Legenda: ... Valor confidencial

## 2.7. População

### População Residente

O aumento de população residente em São Miguel foi significativo entre os anos 2001 e 2011, designadamente de 4,7%. Em São Miguel, a população residente passou de 137.856 pessoas, em 2011 para 138.638 residentes em 2013, tendo-se verificado um ligeiro acréscimo (0,6%) da população residente (Tabela 25).

**Tabela 25. População residente (2001-2013)**

Local de Residência	População Residente 2001*		População Residente 2011*		População Residente 2013**		Variação da população	
	Nº Residentes	%	Nº Residentes	%	Nº Residentes	%	2001-2011 (%)	2011-2013 (%)
<b>R. A. Açores</b>	<b>241.763</b>	-	<b>246.772</b>	-	<b>247.440</b>	-	<b>2,1</b>	<b>0,3</b>
<b>Ilha de São Miguel</b>	<b>131.609</b>	<b>100,0</b>	<b>137.856</b>	<b>100,0</b>	<b>138.638</b>	<b>100,0</b>	<b>4,7</b>	<b>0,6</b>
Lagoa	14.126	10,7	14.442	10,5	14.666	10,6	2,2	1,6
Nordeste	5.291	4,0	4.937	3,6	5.012	3,6	-6,7	1,5
Povoação	6.726	5,1	6.327	4,6	6.200	4,5	-5,9	-2,0
Ribeira Grande	28.462	21,6	32.112	23,3	32.661	23,6	12,8	1,7
Vila Franca do Campo	11.150	8,5	11.229	8,1	11.331	8,2	0,7	0,9
<b>Território de int. ASDEPR</b>	<b>65.755</b>	<b>50,0</b>	<b>69.047</b>	<b>50,1</b>	<b>69.870</b>	<b>50,4</b>	<b>5,0</b>	<b>1,2</b>

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores (\* Censos 2011 e \*\*Anuário Estatístico da Região Autónoma dos Açores 2013)

Entre os anos 2001-2011 e 2011-2013, a população residente no território de intervenção da ASDEPR cresceu em 5% e 1,2%, respetivamente. Denota-se que, entre 2001 e 2011, o crescimento foi mais significativo no concelho de Ribeira Grande (12,8%) e menos significativo no concelho de Vila Franca do Campo (0,7%). Nos concelhos de Nordeste e Povoação verificaram-se decréscimos de, respetivamente, 6,7% e 5,9% entre os anos 2001 e 2011. No que concerne à densidade populacional, regista-se um aumento mais significativo deste índice entre os anos 2001 e 2011, atingindo os 5,1% (Tabela 26).

**Tabela 26. Densidade populacional (2001-2013)**

Local de Residência	Área (km2)		População Residente			Densidade Populacional			Variação 2001-2011 (%)	Variação 2011-2013 (%)
	2001*	2011* - 2013**	2001*	2011*	2013**	2001*	2011*	2013**		
R.A. Açores	2.329,7	2.322,0	241.763	246.772	247.440	103,8	106,3	106,6	2,4	0,3
Ilha de São Miguel	746,8	744,6	131.609	137.856	138.638	176,2	185,1	186,2	5,1	0,6
Lagoa	45,6	45,6	14.126	14.442	14.666	310,1	316,8	321,7	2,2	1,6
Nordeste	101,5	101,5	5.291	4.937	5.012	52,1	48,7	49,4	-6,7	1,5
Povoação	110,3	106,4	6.726	6.327	6.200	61,0	59,5	58,3	-2,5	-2,0
Ribeira Grande	179,5	180,2	28.462	32.112	32.661	158,6	178,3	181,3	12,4	1,7
Vila Franca do Campo	78,0	78,0	11.150	11.229	11.331	142,9	144,0	145,3	0,7	0,9

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores (\* Censos 2011 e \*\*Anuário Estatístico da Região Autónoma dos Açores 2013)

O decréscimo verificado na população residente nos concelhos de Nordeste e Povoação teve impacto na densidade populacional, registando-se reduções deste índice na ordem dos 6,7% e dos 2,5%, respetivamente, entre 2001 e 2011. No entanto, em 2013 a densidade populacional do concelho de Nordeste regista um acréscimo quando comparado com o ano 2011.

Analisando individualmente os concelhos, constata-se que no concelho de Lagoa residiam 14.442 habitantes, em 2011, registando-se um aumento da população residente neste concelho entre 2001 e 2011, embora com oscilações nas freguesias. (Tabela 27).

**Tabela 27. População residente no concelho de Lagoa (2001-2011)**

Local de Residência	População Residente 2001		População Residente 2011		Variação da população 2001-2011 (%)
	Nº Residentes	%	Nº Residentes	%	
<b>Lagoa</b>	<b>14.126</b>	100,0	<b>14.442</b>	100,0	<b>2,2</b>
Água de Pau	3.122	22,1	3.058	21,2	-2,0
Cabouco	1.736	12,3	1.921	13,3	10,7
Nossa Senhora do Rosário	5.401	38,2	5.396	37,4	-0,1
Santa Cruz	3.501	24,8	3.671	25,4	4,9
Ribeira Chã	366	2,6	396	2,7	8,2

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores (Censos 2011)

De acordo com os Censos 2011, o crescimento da população foi mais significativo nas freguesias de Cabouco e Ribeira Chã, passando, de 1.736 para 1.921 residentes e de 366 para 396 residentes, respetivamente, entre os anos 2001 e 2011. No entanto, e apesar do aumento da população registada no concelho de Lagoa entre os anos 2001 e 2011, verificaram-se decréscimos em algumas freguesias, nomeadamente em Água de Pau (2%) e Nossa Senhora do Rosário (0,1%).

No concelho de Nordeste denota-se um decréscimo de 354 residentes, entre 2001 e 2011, habitando em 2011 cerca de 4.937 residentes (Tabela 28). O decréscimo de população registado entre 2001 e 2011 no concelho de Nordeste verificou-se em todas as suas freguesias, exceto na freguesia de Santana que registou

um aumento de 5,8%, sendo a redução de população mais significativa nas freguesias de Achada (13,3%) e Salga (11,3%).

**Tabela 28. População residente no concelho de Nordeste (2001-2011)**

Local de Residência	População Residente 2001		População Residente 2011		Variação da população 2001-2011 (%)
	Nº Residentes	%	Nº Residentes	%	
<b>Nordeste</b>	<b>5.291</b>	100,0	<b>4.937</b>	100,0	<b>-6,7</b>
Achada	503	9,5	436	8,8	-13,3
Achadinha	561	10,6	535	10,8	-4,6
Lomba da Fazenda	885	16,7	844	17,1	-4,6
Nordeste	1.383	26,1	1.341	27,2	-3,0
Nordestinho	960	18,1	-	-	-
Salga	550	10,4	488	9,9	-11,3
Santana	449	8,5	475	9,6	5,8
Algarvia	-	-	290	5,9	-
Santo António de Nordestinho	-	-	255	5,2	-
São Pedro de Nordestinho	-	-	273	5,5	-

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores (Censos 2011)

Salienta-se o facto de em 2002, a freguesia de Nordestinho ter sido repartida em três freguesias, designadamente Algarvia, Santo António de Nordestinho e São Pedro de Nordestinho, passando o concelho de Nordeste a ser composto por nove freguesias.

No concelho de Povoação, a situação é semelhante à verificada no município de Nordeste, onde a redução de população residente atingiu os 5,9%, cujas freguesias seguiram a mesma tendência, exceto a freguesia de Nossa Senhora dos Remédios que registou um aumento de 3,7% entre os anos em análise (Tabela 29).

**Tabela 29. População residente no concelho de Povoação (2001-2011)**

Local de Residência	População Residente 2001		População Residente 2011		Variação da população 2001-2011 (%)
	Nº Residentes	%	Nº Residentes	%	
<b>Povoação</b>	<b>6.726</b>	100,0	<b>6.327</b>	100,0	<b>-5,9</b>
Água Retorta	497	7,4	489	7,7	-1,6
Faial da Terra	377	5,6	359	5,7	-4,8
Furnas	1.541	22,9	1.439	22,7	-6,6
Nossa Senhora dos Remédios	1.072	15,9	1.112	17,6	3,7
Povoação	2.441	36,3	2.161	34,2	-11,5
Ribeira Quente	798	11,9	767	12,1	-3,9

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores (Censos 2011)

Analisando o concelho de Ribeira Grande, verifica-se um aumento da população residente entre os anos 2001 e 2011, que atingiu os 12,8%, habitando em 2011 cerca de 32.112 residentes (Tabela 30).

**Tabela 30. População residente no concelho de Ribeira Grande (2001-2011)**

Local de Residência	População Residente 2001		População Residente 2011		Variação da população 2001-2011 (%)
	Nº Residentes	%	Nº Residentes	%	

<b>Ribeira Grande</b>	<b>28.462</b>	100,0	<b>32.112</b>	100,0	<b>12,8</b>
Calhetas	780	2,7	988	3,1	26,7
Fenais da Ajuda	1.269	4,5	1.131	3,5	-10,9
Lomba da Maia	1.174	4,1	1.152	3,6	-1,9
Lomba de São Pedro	309	1,1	284	0,9	-8,1
Maia	1.901	6,7	1.900	5,9	-0,1
Pico da Pedra	2.426	8,5	2.909	9,1	19,9
Porto Formoso	1.267	4,5	1.265	3,9	-0,2
Rabo de Peixe	7.407	26,0	8.866	27,6	19,7
Conceição (R. Grande)	1.797	6,3	2.425	7,6	34,9
Matriz (R. Grande)	3.552	12,5	3.968	12,4	11,7
Ribeira Seca	2.550	9,0	2.950	9,2	15,7
Ribeirinha	2.124	7,5	2.349	7,3	10,6
Santa Bárbara	1.271	4,5	1.275	4,0	0,3
São Brás	635	2,2	650	2,0	2,4

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores (Censos 2011)

No concelho de Ribeira Grande constata-se que as freguesias de Conceição (Ribeira Grande) e Calhetas foram as que registaram um aumento de população mais significativo entre os anos em análise, respetivamente de 34,9% e 26,7%. Já as freguesias de Fenais da Ajuda e Lomba de São Pedro foram as que registaram decréscimos mais acentuados, respetivamente de 10,9% e 8,1%, entre 2001 e 2011.

Relativamente ao concelho de Vila Franca do Campo denota-se que a população residente aumentou, passando de 11.150 residentes em 2001 para 11.229 residentes em 2011, segundo os Censos 2011 (Tabela 31).

**Tabela 31. População residente no concelho de Vila Franca do Campo (2001-2011)**

Local de Residência	População Residente 2001		População Residente 2011		Variação da população 2001-2011 (%)
	Nº Residentes	%	Nº Residentes	%	
<b>Vila Franca do Campo</b>	<b>11.150</b>	100,0	<b>11.229</b>	100,0	<b>0,7</b>
Água d'Alto	1.624	14,6	1.788	15,9	10,1
Ponta Garça	3.577	32,1	3.547	31,6	-0,8
Ribeira das Tainhas	782	7,0	703	6,3	-10,1
São Miguel (Vila Franca Campo)	4.047	36,3	2.659	23,7	-34,3
São Pedro (Vila Franca Campo)	1.120	10,0	1.426	12,7	27,3
Ribeira Seca	-	-	1.106	9,8	-

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores (Censos 2011)

Com a mesma tendência do concelho, regista-se o aumento de população residente em São Pedro (Vila Franca do Campo) e Água d'Alto, cujo crescimento de população atingiu os 27,3% e os 10,1% entre os anos 2001 e 2011.

Apesar do aumento de população registado no concelho, verificam-se decréscimos no número de residentes em algumas freguesias, com maior incidência na freguesia de São Miguel (Vila Franca do Campo) e Ribeira das Tainhas, com decréscimos na ordem dos 34,3% e 10,1%, respetivamente, entre os anos em análise.

A redução acentuada de população residente na freguesia de São Miguel deve-se ao facto de em 2002, esta freguesia ter sido subdividida em duas, designadamente São Miguel e Ribeira Seca, passando o concelho de Vila Franca do Campo a ser composto por seis freguesias.

## Estrutura Etária da População Residente

No que concerne à estrutura etária verificou-se que entre os anos 2001 e 2011, a população com idade até aos 14 anos sofreu um decréscimo em todos os concelhos, cuja redução foi mais significativa no concelho de Vila Franca do Campo (Tabela 32).

Verificou-se a mesma tendência no que concerne à população com idade compreendida entre os 15 e os 19 anos, registando-se um decréscimo mais acentuado no concelho de Ribeira Grande. No entanto, foi no concelho de Ribeira Grande que se constatou o aumento mais expressivo de população com idade compreendida entre os 20 e os 64 anos.

Na faixa etária dos 65 ou mais anos constataram-se decréscimos de população residente nos concelhos de Nordeste e Povoação. Já nos concelhos de Lagoa, Ribeira Grande e Vila Franca do Campo, registou-se um aumento de população com mais de 64 anos.

**Tabela 32. Estrutura etária da população residente (2001-2011)**

Local de Residência	Grupo etário															
	Até aos 14 anos				Dos 15 aos 19 anos				Dos 20 aos 64 anos				65 ou mais anos			
	2001	%	2011	%	2001	%	2011	%	2001	%	2011	%	2001	%	2011	%
R. A. Açores	51.767	21,4	44.197	17,9	20.306	8,4	17.011	6,9	138.371	57,2	153.186	62,1	31.319	13,0	32.378	13,1
Ilha de São Miguel	31.250	23,7	27.125	19,7	11.722	8,9	10.328	7,5	74.318	56,5	85.312	61,9	14.319	10,9	15.091	10,9
Lagoa	3.564	25,2	3.029	21,0	1.246	8,8	1.126	7,8	8.028	56,8	8.846	61,3	1.288	9,1	1.441	10,0
Nordeste	1.041	19,7	876	17,7	402	7,6	306	6,2	2.900	54,8	2.882	58,4	948	17,9	873	17,7
Povoação	1.449	21,5	1.118	17,7	587	8,7	460	7,3	3.722	55,3	3.838	60,7	968	14,4	911	14,4
Ribeira Grande	7.912	27,8	7.489	23,3	2.872	10,1	2.639	8,2	14.979	52,6	19.227	59,9	2.699	9,5	2.757	8,6
Vila Franca do Campo	2.752	24,7	2.184	19,4	985	8,8	908	8,1	6.107	54,8	6.828	60,8	1.306	11,7	1.309	11,7

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores (Censos 2011)

Considerando a população residente por faixa etária, entre 2001 e 2011, verificou-se, em São Miguel, um crescimento da população residente com idade compreendida entre os 20 e os 64 anos e da população com 65 ou mais anos, tendo a população com idade até aos 14 anos e a população cuja faixa etária se centra entre os 15 e os 19 anos diminuído.

Em 2011, a população residente em São Miguel era maioritariamente representada por residentes com idades compreendidas entre os 20 e os 64 anos (61,9%), seguida por jovens com idades até aos 14 anos (19,7%), por residentes com mais de 64 anos (10,9%) e, por fim, por residentes cuja faixa etária se situa entre os 15 e os 19 anos (7,5%).

Analisando os concelhos individualmente, constata-se que em 2011 o concelho de Lagoa era composto maioritariamente por população com idade compreendida entre os 20 e os 64 anos (61,3%), seguida pela

população com idade até aos 14 anos (21%), pelos residentes com idade superior a 64 anos (10%) e, por fim, por residentes com idades compreendidas entre os 15 e os 19 anos (7,8%).

**Tabela 33. Estrutura etária da população residente no concelho de Lagoa (2001-2011)**

Local de Residência	Grupo etário															
	Até aos 14 anos				Dos 15 aos 19 anos				Dos 20 aos 64 anos				65 ou mais anos			
	2001	%	2011	%	2001	%	2011	%	2001	%	2011	%	2001	%	2011	%
<b>Lagoa</b>	<b>3.564</b>	<b>25,2</b>	<b>3.029</b>	<b>21,0</b>	<b>1.246</b>	<b>8,8</b>	<b>1.126</b>	<b>7,8</b>	<b>8.028</b>	<b>56,8</b>	<b>8.846</b>	<b>61,3</b>	<b>1.288</b>	<b>9,1</b>	<b>1.441</b>	<b>10,0</b>
Água de Pau	793	25,4	644	21,1	297	9,5	226	7,4	1.723	55,2	1.876	61,3	309	9,9	312	10,2
Cabouco	472	27,2	439	22,9	185	10,7	158	8,2	965	55,6	1.178	61,3	114	6,6	146	7,6
Nossa Senhora do Rosário	1.297	24,0	1.051	19,5	421	7,8	412	7,6	3.164	58,6	3.354	62,2	519	9,6	579	10,7
Santa Cruz	921	26,3	809	22,0	321	9,2	304	8,3	1.981	56,6	2.221	60,5	278	7,9	337	9,2
Ribeira Chã	81	22,1	86	21,7	22	6,0	26	6,6	195	53,3	217	54,8	68	18,6	67	16,9

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores (Censos 2011)

Constata-se que, entre 2001 e 2011, a população residente com idade até aos 19 anos diminuiu em todas as freguesias do concelho de Lagoa, exceto na freguesia de Ribeira Chã que registou um crescimento de 8,7%. O decréscimo verificado na população residente com idade até aos 19 anos foi mais significativo na freguesia de Nossa Senhora do Rosário cuja população residente passou de 1.718 em 2001 para 1.463 residentes em 2011.

No que concerne à população residente com idade entre os 20 e os 64 anos, denota-se um crescimento geral em todas as freguesias, sendo este aumento mais significativo na freguesia de Santa Cruz.

Já a população com 65 ou mais anos aumentou em todas as freguesias, entre os anos 2001 e 2011, com exceção de Ribeira Chã que registou um ligeiro decréscimo.

Relativamente ao município de Nordeste verifica-se que, em 2011, era composto maioritariamente por indivíduos com idades compreendidas entre os 20 e os 64 anos, seguido por indivíduos até aos 14 anos e com mais de 64 anos, e, com menos expressão, indivíduos com idades compreendidas entre os 15 e os 19 anos (Tabela 34).

**Tabela 34. Estrutura etária da população residente no concelho de Nordeste (2001-2011)**

Local de Residência	Grupo etário															
	Até aos 14 anos				Dos 15 aos 19 anos				Dos 20 aos 64 anos				65 ou mais anos			
	2001	%	2011	%	2001	%	2011	%	2001	%	2011	%	2001	%	2011	%
<b>Nordeste</b>	<b>1.041</b>	<b>19,7</b>	<b>876</b>	<b>17,7</b>	<b>402</b>	<b>7,6</b>	<b>306</b>	<b>6,2</b>	<b>2.900</b>	<b>54,8</b>	<b>2.882</b>	<b>58,4</b>	<b>948</b>	<b>17,9</b>	<b>873</b>	<b>17,7</b>
Achada	94	18,7	75	17,2	41	8,2	24	5,5	269	53,5	230	52,8	99	19,7	107	24,5
Achadinha	109	19,4	104	19,4	48	8,6	35	6,5	314	56,0	308	57,6	90	16,0	88	16,4
Lomba da Fazenda	162	18,3	167	19,8	67	7,6	45	5,3	498	56,3	487	57,7	158	17,9	145	17,2
Nordeste	263	19,0	230	17,2	90	6,5	67	5,0	798	57,7	812	60,6	232	16,8	232	17,3
Nordestinho	199	20,7	-	-	78	8,1	-	-	505	52,6	-	-	178	18,5	-	-
Salga	131	23,8	93	19,1	48	8,7	38	7,8	275	50,0	284	58,2	96	17,5	73	15,0
Santana	83	18,5	87	18,3	30	6,7	36	7,6	241	53,7	259	54,5	95	21,2	93	19,6
Algarvia	-	-	33	11,4	-	-	20	6,9	-	-	186	64,1	-	-	51	17,6
Santo António de Nordestinho	-	-	38	14,9	-	-	21	8,2	-	-	152	59,6	-	-	44	17,3

Local de Residência	Grupo etário															
	Até aos 14 anos				Dos 15 aos 19 anos				Dos 20 aos 64 anos				65 ou mais anos			
	2001	%	2011	%	2001	%	2011	%	2001	%	2011	%	2001	%	2011	%
São Pedro de Nordestinho	-	-	49	17,9	-	-	20	7,3	-	-	164	60,1	-	-	40	14,7

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores (Censos 2011)

Entre 2001 e 2011, verifica-se um aumento de população residente até aos 64 anos na freguesia de Santana, em contrapartida do decréscimo de população na faixa etária dos 65 ou mais anos.

Por seu turno, constata-se que, até aos 14 anos, a população residente nas freguesias do concelho de Nordeste entre os anos 2001 e 2011 diminuiu, com exceção das freguesias de Lomba da Fazenda e Santana que registaram ligeiros aumentos.

No referente à população com idade entre os 15 e os 19 anos, denota-se que, apenas a freguesia de Santana registou um crescimento de população residente entre os anos em análise.

A população com idade compreendida entre os 20 e os 64 anos também sofreu um decréscimo generalizado, entre os anos em estudo, excetuando-se a freguesia de Santana, Salga e Nordeste, que registaram acréscimos de respetivamente 7,5%; 3,3% e 1,8%.

Na freguesia de Achada verificou-se um acréscimo de população com idade superior a 64 anos, em contrapartida do decréscimo verificado nas restantes freguesias e no concelho. Já na freguesia de Nordeste o número de residentes com idade superior a 64 anos entre os anos 2001 e 2011 manteve-se.

No concelho de Povoação verifica-se uma redução generalizada da população residente entre os anos 2001 e 2011, excluindo-se na faixa etária dos 20 aos 64 anos cuja população residente aumentou (Tabela 35).

**Tabela 35. Estrutura etária da população residente no concelho de Povoação (2001-2011)**

Local de Residência	Grupo etário															
	Até aos 14 anos				Dos 15 aos 19 anos				Dos 20 aos 64 anos				65 ou mais anos			
	2001	%	2011	%	2001	%	2011	%	2001	%	2011	%	2001	%	2011	%
<b>Povoação</b>	<b>1.449</b>	<b>21,5</b>	<b>1.118</b>	<b>17,7</b>	<b>587</b>	<b>8,7</b>	<b>460</b>	<b>7,3</b>	<b>3.722</b>	<b>55,3</b>	<b>3.838</b>	<b>60,7</b>	<b>968</b>	<b>14,4</b>	<b>911</b>	<b>14,4</b>
Água Retorta	115	23,1	100	20,4	41	8,2	28	5,7	276	55,5	292	59,7	65	13,1	69	14,1
Faial da Terra	77	20,4	66	18,4	29	7,7	28	7,8	195	51,7	198	55,2	76	20,2	67	18,7
Furnas	313	20,3	248	17,2	138	9,0	98	6,8	849	55,1	881	61,2	241	15,6	212	14,7
Nossa Senhora dos Remédios	216	20,1	201	18,1	77	7,2	78	7,0	602	56,2	679	61,1	177	16,5	154	13,8
Povoação	532	21,8	355	16,4	241	9,9	163	7,5	1.339	54,9	1.330	61,5	329	13,5	313	14,5
Ribeira Quente	196	24,6	148	19,3	61	7,6	65	8,5	461	57,8	458	59,7	80	10,0	96	12,5

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores (Censos 2011)

A freguesia de Ribeira Quente contraria a tendência verificada no concelho, registando, entre 2001 e 2011, acréscimos de população com idade compreendida entre os 15 e os 19 anos e entre os 65 e mais anos e decréscimos na população com idade até aos 14 anos e com idade compreendida entre os 20 os 64 anos.

Apesar do decréscimo generalizado da população residente no concelho de Povoação com idade entre 15 e os 19 anos, a freguesia de Nossa Senhora dos Remédios e de Ribeira Quente apresentam um aumento, apesar de pouco significativo.

Nos mesmos moldes, a freguesia de Povoação também regista um decréscimo no que concerne à população residente com idade compreendida entre os 20 e os 64 anos, apesar do aumento registado no concelho.

Entre os anos em análise constata-se que Água Retorta segue a mesma tendência verificada no concelho, exceto no que respeita à população com idade superior a 64 anos, registando um aumento de 4 residentes com esta faixa etária.

Em 2011, constata-se que no concelho de Ribeira Grande predominam residentes com idades compreendidas entre os 20 e os 64 anos (59,9%), seguido pelos residentes com idades até aos 14 anos (23,3%), pelos residentes com idade superior a 64 anos (8,6%) e, por fim, por residentes com idades compreendidas entre os 15 e os 19 anos (8,2%).

Entre 2001 e 2011, registou-se um decréscimo de população residente no concelho de Ribeira Grande com faixa etária até aos 19 anos. Já no que concerne a residentes com mais de 19 anos, verifica-se um crescimento comparativamente a 2001.

**Tabela 36. Estrutura etária da população residente no concelho de Ribeira Grande (2001-2011)**

Local de Residência	Grupo etário															
	Até aos 14 anos				Dos 15 aos 19 anos				Dos 20 aos 64 anos				65 ou mais anos			
	2001	%	2011	%	2001	%	2011	%	2001	%	2011	%	2001	%	2011	%
<b>Ribeira Grande</b>	<b>7.912</b>	<b>27,8</b>	<b>7.489</b>	<b>23,3</b>	<b>2.872</b>	<b>10,1</b>	<b>2.639</b>	<b>8,2</b>	<b>14.979</b>	<b>52,6</b>	<b>19.227</b>	<b>59,9</b>	<b>2.699</b>	<b>9,5</b>	<b>2.757</b>	<b>8,6</b>
Calhetas	228	29,2	239	24,2	77	9,9	79	8,0	420	53,8	618	62,6	55	7,1	52	5,3
Fenais da Ajuda	360	28,4	267	23,6	130	10,2	99	8,8	624	49,2	633	56,0	155	12,2	132	11,7
Lomba da Maia	274	23,3	261	22,7	97	8,3	75	6,5	644	54,9	693	60,2	159	13,5	123	10,7
Lomba de São Pedro	70	22,7	49	17,3	23	7,4	24	8,5	175	56,6	167	58,8	41	13,3	44	15,5
Maia	497	26,1	362	19,1	175	9,2	169	8,9	976	51,3	1.134	59,7	253	13,3	235	12,4
Pico da Pedra	638	26,3	618	21,2	188	7,7	214	7,4	1.394	57,5	1.854	63,7	206	8,5	223	7,7
Porto Formoso	278	21,9	259	20,5	133	10,5	90	7,1	690	54,5	760	60,1	166	13,1	156	12,3
Rabo de Peixe	2.566	34,6	2.531	28,5	866	11,7	815	9,2	3.608	48,7	5.070	57,2	367	5,0	450	5,1
Conceição (R. Grande)	416	23,1	457	18,8	192	10,7	166	6,8	988	55,0	1.604	66,1	201	11,2	198	8,2
Matriz (R. Grande)	885	24,9	833	21,0	360	10,1	290	7,3	1.935	54,5	2.440	61,5	372	10,5	405	10,2
Ribeira Seca	665	26,1	662	22,4	268	10,5	250	8,5	1.367	53,6	1.754	59,5	250	9,8	284	9,6
Ribeirinha	576	27,1	570	24,3	194	9,1	199	8,5	1.139	53,6	1.365	58,1	215	10,1	215	9,2
Santa Bárbara	317	24,9	244	19,1	116	9,1	119	9,3	677	53,3	769	60,3	161	12,7	143	11,2
São Brás	142	22,4	137	21,1	53	8,3	50	7,7	342	53,9	366	56,3	98	15,4	97	14,9

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores (Censos 2011)

Apesar do decréscimo verificado no número de residentes com idade até aos 14 anos no concelho e na maioria das freguesias, denota-se que a freguesia de Conceição e Calhetas contrariam a tendência, registando aumentos de respetivamente 9,9% e 4,2%, entre 2001 e 2011.

No que concerne ao grupo etário dos 15 aos 19 anos, regista-se, entre 2001 e 2011, um decréscimo de 8,1% de população no município de Ribeira Grande.

Já nas freguesias de Calhetas, Lomba de São Pedro, Pico da Pedra, Ribeirinha e Santa Bárbara o número de residentes com idade compreendida entre os 15 e os 19 anos aumentou ligeiramente.

Relativamente aos indivíduos com idade compreendida entre os 20 e os 64 anos verifica-se um aumento generalizado de população entre os anos em análise, com exceção na freguesia de Lomba de São Pedro, que registou um decréscimo de 4,6%.

Entre 2001 e 2011, constatou-se um decréscimo na população residente com idade superior a 64 anos no concelho de Ribeira Grande e em algumas freguesias, nomeadamente Lomba de São Pedro, Pico da Pedra, Rabo de Peixe, Matriz, Ribeira Seca e Ribeirinha, tendo as restantes freguesias registado aumentos de população no que concerne a este grupo etário, contrariando assim a tendência verificada no município.

Analisando a estrutura etária da população residente no município de Vila Franca do Campo denota-se um aumento significativo na população com idade entre os 20 e os 64 anos (11,8%) e um ligeiro acréscimo de população com mais de 64 anos (0,2%). Já população até aos 14 anos e dos 15 aos 19 anos diminuiu respetivamente, em 20,6% e 7,8%, nos anos em análise (Tabela 37).

**Tabela 37. Estrutura etária da população residente no concelho de Vila Franca do Campo (2001-2011)**

Local de Residência	Grupo etário															
	Até aos 14 anos				Dos 15 aos 19 anos				Dos 20 aos 64 anos				65 ou mais anos			
	2001	%	2011	%	2001	%	2011	%	2001	%	2011	%	2001	%	2011	%
<b>Vila Franca do Campo</b>	<b>2.752</b>	<b>24,7</b>	<b>2.184</b>	<b>19,4</b>	<b>985</b>	<b>8,8</b>	<b>908</b>	<b>8,1</b>	<b>6.107</b>	<b>54,8</b>	<b>6.828</b>	<b>60,8</b>	<b>1.306</b>	<b>11,7</b>	<b>1.309</b>	<b>11,7</b>
Água d'Alto	392	24,1	370	20,7	134	8,3	152	8,5	893	55,0	1.072	60,0	205	12,6	194	10,9
Ponta Garça	918	25,7	699	19,7	298	8,3	309	8,7	1.952	54,6	2.149	60,6	409	11,4	390	11,0
Ribeira das Tainhas	187	23,9	134	19,1	61	7,8	59	8,4	433	55,4	414	58,9	101	12,9	96	13,7
São Miguel (Vila Franca Campo)	974	24,1	462	17,4	387	9,6	187	7,0	2.216	54,8	1.629	61,3	470	11,6	381	14,3
São Pedro (Vila Franca Campo)	281	25,1	279	19,6	105	9,4	105	7,4	613	54,7	905	63,5	121	10,8	137	9,6
Ribeira Seca		-	240	21,7		-	96	8,7		-	659	59,6		-	111	10,0

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores (Censos 2011)

Apesar do decréscimo de população com grupo etário dos 15 aos 19 anos no município de Vila Franca do Campo, registou-se um aumento de população nas freguesias de Água d'Alto e Ponta Garça entre os anos em análise.

Entre 2001 e 2011, no concelho de Vila Franca do Campo e na maioria das freguesias registou-se um aumento de população com idade compreendida entre os 20 e os 64 anos, excetuando-se a freguesia de Ribeira das Tainhas e São Miguel, que apresentaram um decréscimo de população residente com esta faixa etária.

No que concerne aos residentes com 65 ou mais anos, constata-se um aumento de população na freguesia de São Pedro, à semelhança do verificado no concelho, sendo que nas restantes freguesias verifica-se uma redução de população.

## Nível de Escolaridade da População Residente

Relativamente à população residente segundo o nível de instrução denota-se que, em 2011 e em São Miguel, 22,4% da população não possui qualquer nível de instrução, 58,9% possui habilitações ao nível do ensino básico, 10,4% ao nível do ensino secundário e pós-secundário e apenas 8,4% possui habilitações ao nível do ensino superior (Tabela 38).

Ainda ao nível de escolaridade verifica-se que no concelho da Ribeira Grande 26,6% não possui nível de escolaridade, percentagem mais significativa comparativamente aos restantes concelhos. Quanto ao ensino superior, o concelho de Lagoa é onde se verifica maior percentagem de residentes com esta habilitação literária (6%).

**Tabela 38. População residente segundo o nível de escolaridade atingido (2011)**

População residente segundo o nível de escolaridade atingido (2011)														Taxa de Analfabetismo (%)
Local de Residência	População Residente em 2011	Nenhum nível de escolaridade		Ens. Básico 1º Ciclo		Ens. Básico 2º Ciclo		Ens. Básico 3º Ciclo		Ens. Sec. e Pós Secundário		Ensino Superior		
		Nº Resid.	%	Nº Resid.	%	Nº Resid.	%	Nº Resid.	%	Nº Resid.	%	Nº Resid.	%	
R. A. Açores	246.772	51.447	20,8	66.128	26,8	43.290	17,5	38.864	15,7	26.785	10,9	20.228	8,2	4,7
Ilha de São Miguel	137.856	30.864	22,4	33.493	24,3	26.161	19,0	21.528	15,6	14.271	10,4	11.539	8,4	5,1
Lagoa	14.442	3.309	22,9	4.033	27,9	2.838	19,7	2.186	15,1	1.214	8,4	862	6,0	4,7
Nordeste	4.937	1.024	20,7	1.504	30,5	987	20,0	779	15,8	432	8,8	211	4,3	6,6
Povoação	6.327	1.449	22,9	1.905	30,1	1.288	20,4	881	13,9	511	8,1	293	4,6	7,3
Ribeira Grande	32.112	8.545	26,6	8.350	26,0	6.479	20,2	4.375	13,6	2.659	8,3	1.704	5,3	6,7
Vila Franca do Campo	11.229	2.845	25,3	3.280	29,2	2.228	19,8	1.481	13,2	849	7,6	546	4,9	8,5

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores (Censos 2011)

De acordo com os Censos 2011, regista-se uma taxa de analfabetismo na ordem dos 5,1% em São Miguel, sendo Vila Franca do Campo o concelho cuja taxa de analfabetismo é mais elevada, com 8,5% e Lagoa o município cuja taxa de analfabetismo é mais reduzida, de 4,7%.

No concelho de Lagoa verifica-se que, em 2011, 27,9% da população residente possuía habilitações ao nível do ensino básico do 1º ciclo, 22,9% não possuía qualquer nível de escolaridade, 19,7% dos residentes possuía habilitações ao nível do ensino básico do 2º ciclo, 15,1% dos residentes com habilitações ao nível do ensino básico do 3º ciclo, 8,4% ao nível do ensino secundário e pós-secundário e 6% da população com habilitações ao nível do ensino superior.

**Tabela 39. População residente segundo o nível de escolaridade atingido no concelho de Lagoa (2011)**

População residente segundo o nível de escolaridade atingido (2011)														Taxa de Analfabetismo (%)
Local de Residência	População Residente em 2011	Nenhum nível de escolaridade		Ens. Básico 1º Ciclo		Ens. Básico 2º Ciclo		Ens. Básico 3º Ciclo		Ens. Sec. e Pós Secundário		Ensino Superior		
		Nº Resid.	%	Nº Resid.	%	Nº Resid.	%	Nº Resid.	%	Nº Resid.	%	Nº Resid.	%	
Lagoa	14.442	3.309	22,9	4.033	27,9	2.838	19,7	2.186	15,1	1.214	8,4	862	6,0	4,7
Água de Pau	3.058	791	25,9	981	32,1	566	18,5	401	13,1	205	6,7	114	3,7	6,7

Cabouco	1.921	475	24,7	490	25,5	425	22,1	282	14,7	171	8,9	78	4,1	6,6
Nossa Senhora do Rosário	5.396	1.149	21,3	1.300	24,1	963	17,8	907	16,8	568	10,5	509	9,4	3,3
Santa Cruz	3.671	814	22,2	1.126	30,7	798	21,7	539	14,7	242	6,6	152	4,1	4,1
Ribeira-Chã	396	80	20,2	136	34,3	86	21,7	57	14,4	28	7,1	9	2,3	5,3

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores (Censos 2011)

Constata-se que Nossa Senhora do Rosário é a freguesia do concelho de Lagoa onde se verifica um maior número de residentes com habilitações ao nível do ensino superior e uma menor taxa de analfabetismo (3,3%). Já Ribeira Chã é a freguesia com menor número de residentes com habilitações ao nível do ensino superior, em 2011.

Por seu turno, Água de Pau é a freguesia que apresenta a maior taxa de analfabetismo do concelho, com 6,7% e a maior percentagem de residentes sem nível de escolaridade (25,9%).

De acordo com os Censos 2011, o concelho de Nordeste apresentava uma taxa de analfabetismo na ordem dos 6,6%, sendo que Achada e São Pedro de Nordestinho foram as freguesias onde se registaram as percentagens mais elevadas de analfabetismo, respetivamente de 9,6% e 9,1%. Já as freguesias de Algarvia e Santo António de Nordestinho registaram uma menor taxa de analfabetismo, ambas com 5,2%.

**Tabela 40. População residente segundo o nível de escolaridade atingido no concelho de Nordeste (2011)**

Local de Residência	População residente segundo o nível de escolaridade atingido (2011)													Taxa de Analfabetismo (%)
	População Residente em 2011	Nenhum nível de escolaridade		Ens. Básico 1º Ciclo		Ens. Básico 2º Ciclo		Ens. Básico 3º Ciclo		Ens. Sec. e Pós Secundário		Ensino Superior		
		Nº Resid.	%	Nº Resid.	%	Nº Resid.	%	Nº Resid.	%	Nº Resid.	%	Nº Resid.	%	
<b>Nordeste</b>	<b>4.937</b>	<b>1.024</b>	<b>20,7</b>	<b>1.504</b>	<b>30,5</b>	<b>987</b>	<b>20,0</b>	<b>779</b>	<b>15,8</b>	<b>432</b>	<b>8,8</b>	<b>211</b>	<b>4,3</b>	<b>6,6</b>
Achada	436	117	26,8	132	30,3	93	21,3	58	13,3	25	5,7	11	2,5	9,6
Achadinha	535	112	20,9	173	32,3	146	27,3	65	12,1	30	5,6	9	1,7	6,8
Lomba da Fazenda	844	198	23,5	246	29,1	156	18,5	126	14,9	81	9,6	37	4,4	7,3
Nordeste	1.341	259	19,3	366	27,3	212	15,8	256	19,1	146	10,9	102	7,6	5,4
Salga	488	97	19,9	171	35,0	98	20,1	68	13,9	44	9,0	10	2,0	5,8
Santana	475	92	19,4	146	30,7	106	22,3	74	15,6	42	8,8	15	3,2	7,1
Algarvia	290	49	16,9	95	32,8	74	25,5	49	16,9	19	6,6	4	1,4	5,2
Santo António de Nordestinho	255	39	15,3	98	38,4	40	15,7	41	16,1	26	10,2	11	4,3	5,2
São Pedro de Nordestinho	273	61	22,3	77	28,2	62	22,7	42	15,4	19	7,0	12	4,4	9,1

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores (Censos 2011)

Relativamente ao concelho de Povoação constata-se que, em 2011, era composto maioritariamente por residentes com habilitações ao nível do 1º Ciclo (30,1%), seguido por residentes sem nível de habilitação (22,9%), população com habilitações ao nível do ensino básico do 2º Ciclo (20,4%), residentes com escolaridade ao nível do ensino básico do 3º Ciclo (13,9%), seguido por residentes com ensino Secundário e Pós Secundário (8,1%), e com menor representatividade, por residentes com habilitações ao nível do ensino superior (4,6%).

**Tabela 41. População residente segundo o nível de escolaridade atingido no concelho de Povoação (2011)**

População residente segundo o nível de escolaridade atingido (2011)														Taxa de Analfabetismo (%)
Local de Residência	População Residente em 2011	Nenhum nível de escolaridade		Ens. Básico 1º Ciclo		Ens. Básico 2º Ciclo		Ens. Básico 3º Ciclo		Ens. Sec. e Pós Secundário		Ensino Superior		
		Nº Resid.	%	Nº Resid.	%	Nº Resid.	%	Nº Resid.	%	Nº Resid.	%	Nº Resid.	%	
<b>Povoação</b>	<b>6.327</b>	<b>1.449</b>	<b>22,9</b>	<b>1.905</b>	<b>30,1</b>	<b>1.288</b>	<b>20,4</b>	<b>881</b>	<b>13,9</b>	<b>511</b>	<b>8,1</b>	<b>293</b>	<b>4,6</b>	<b>7,3</b>
Água Retorta	489	136	27,8	131	26,8	111	22,7	55	11,2	43	8,8	13	2,7	8,6
Faial da Terra	359	119	33,1	98	27,3	66	18,4	51	14,2	17	4,7	8	2,2	9,5
Furnas	1.439	301	20,9	443	30,8	299	20,8	196	13,6	131	9,1	69	4,8	7,6
Nossa Senhora dos Remédios	1.112	254	22,8	333	29,9	215	19,3	170	15,3	84	7,6	56	5,0	5,8
Povoação	2.161	432	20,0	663	30,7	410	19,0	325	15,0	194	9,0	137	6,3	7,1
Ribeira Quente	767	207	27,0	237	30,9	187	24,4	84	11,0	42	5,5	10	1,3	8,1

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores (Censos 2011)

Constata-se que no concelho de Povoação a taxa de analfabetismo atinge os 7,3%, sendo Faial da Terra e Água Retorta as freguesias com a taxa de analfabetismo mais significativa do concelho, respetivamente de 9,5% e 8,6%, referente ao ano 2011.

Em 2011 e no concelho de Ribeira Grande verifica-se uma elevada proporção de residentes sem nível de escolaridade, atingindo cerca de 26,6% da população residente no concelho, cuja freguesia que mais contribui é a de Rabo de Peixe, onde 34,4% da freguesia não possui nível de habilitação (Tabela 42).

Ao nível do ensino superior constata-se que 1.704 residentes possuem habilitações ao nível do ensino superior, correspondendo a 5,3% da população residente no concelho. Ao nível de freguesia, denota-se que Conceição é a freguesia cuja proporção de residentes com habilitações ao nível do ensino superior é mais elevada comparativamente às restantes freguesias, representando 12,6% da população residente nesta freguesia.

**Tabela 42. População residente segundo o nível de escolaridade atingido no concelho de Ribeira Grande (2011)**

População residente segundo o nível de escolaridade atingido (2011)														Taxa de Analfabetismo (%)
Local de Residência	População Residente em 2011	Nenhum nível de escolaridade		Ens. Básico 1º Ciclo		Ens. Básico 2º Ciclo		Ens. Básico 3º Ciclo		Ens. Sec. e Pós Secundário		Ensino Superior		
		Nº Resid.	%	Nº Resid.	%	Nº Resid.	%	Nº Resid.	%	Nº Resid.	%	Nº Resid.	%	
<b>Ribeira Grande</b>	<b>32.112</b>	<b>8.545</b>	<b>26,6</b>	<b>8.350</b>	<b>26,0</b>	<b>6.479</b>	<b>20,2</b>	<b>4.375</b>	<b>13,6</b>	<b>2.659</b>	<b>8,3</b>	<b>1.704</b>	<b>5,3</b>	<b>6,7</b>
Calhetas	988	256	25,9	193	19,5	198	20,0	154	15,6	115	11,6	72	7,3	4,1
Fenais da Ajuda	1.131	324	28,6	341	30,2	252	22,3	141	12,5	63	5,6	10	0,9	8,6
Lomba da Maia	1.152	296	25,7	324	28,1	278	24,1	136	11,8	83	7,2	35	3,0	5,7
Lomba de São Pedro	284	65	22,9	103	36,3	55	19,4	35	12,3	20	7,0	6	2,1	6,3
Maia	1.900	399	21,0	450	23,7	485	25,5	313	16,5	178	9,4	75	3,9	5,8
Pico da Pedra	2.909	572	19,7	544	18,7	533	18,3	545	18,7	433	14,9	282	9,7	2,8
Porto Formoso	1.265	319	25,2	308	24,3	378	29,9	149	11,8	78	6,2	33	2,6	7,2
Rabo de Peixe	8.866	3.049	34,4	2.483	28,0	1.614	18,2	939	10,6	467	5,3	314	3,5	9,9
Conceição (R. Grande)	2.425	466	19,2	532	21,9	406	16,7	398	16,4	318	13,1	305	12,6	3,8
Matriz (R. Grande)	3.968	972	24,5	1.018	25,7	749	18,9	563	14,2	378	9,5	288	7,3	6,3

População residente segundo o nível de escolaridade atingido (2011)														Taxa de Analfabetismo (%)
Local de Residência	População Residente em 2011	Nenhum nível de escolaridade		Ens. Básico 1º Ciclo		Ens. Básico 2º Ciclo		Ens. Básico 3º Ciclo		Ens. Sec. e Pós Secundário		Ensino Superior		
		Nº Resid	%	Nº Resid	%	Nº Resid	%	Nº Resid	%	Nº Resid	%	Nº Resid	%	
<b>Ribeira Grande</b>	<b>32.112</b>	<b>8.545</b>	<b>26,6</b>	<b>8.350</b>	<b>26,0</b>	<b>6.479</b>	<b>20,2</b>	<b>4.375</b>	<b>13,6</b>	<b>2.659</b>	<b>8,3</b>	<b>1.704</b>	<b>5,3</b>	<b>6,7</b>
Calhetas	988	256	25,9	193	19,5	198	20,0	154	15,6	115	11,6	72	7,3	4,1
Fenais da Ajuda	1.131	324	28,6	341	30,2	252	22,3	141	12,5	63	5,6	10	0,9	8,6
Lomba da Maia	1.152	296	25,7	324	28,1	278	24,1	136	11,8	83	7,2	35	3,0	5,7
Lomba de São Pedro	284	65	22,9	103	36,3	55	19,4	35	12,3	20	7,0	6	2,1	6,3
Maia	1.900	399	21,0	450	23,7	485	25,5	313	16,5	178	9,4	75	3,9	5,8
Ribeira Seca	2.950	762	25,8	822	27,9	553	18,7	416	14,1	238	8,1	159	5,4	6,0
Ribeirinha	2.349	644	27,4	683	29,1	491	20,9	314	13,4	150	6,4	67	2,9	6,8
Santa Bárbara	1.275	285	22,4	370	29,0	307	24,1	195	15,3	80	6,3	38	3,0	6,8
São Brás	650	136	20,9	179	27,5	180	27,7	77	11,8	58	8,9	20	3,1	4,2

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores (Censos 2011)

A taxa de analfabetismo no concelho de Ribeira Grande, em 2011, atingiu os 6,7%, sendo esta taxa mais significativa em Rabo de Peixe (9,9%) e Fenais da Ajuda (8,6%) e menos representativa na freguesia de Conceição (3,8%) e de Calhetas (4,1%).

Por último, e no que concerne ao nível de escolaridade atingido no concelho de Vila Franca do Campo, em 2011, verifica-se que 25,3% da população residente não possui nível de escolaridade, 62,2% tem habilitações ao nível do ensino básico (1º, 2º e 3º ciclo), 7,6% dos residentes possui ensino secundário e pós secundário e apenas 4,9% dos residentes possui habilitações ao nível do ensino superior.

Em 2011, a taxa de analfabetismo no concelho de Vila Franca do Campo atingiu os 8,5%, sendo mais expressiva na freguesia de Ponta Garça (11,5%) e menos significativa em São Pedro (3,8%).

**Tabela 43. População residente segundo o nível de escolaridade atingido no concelho de Vila Franca do Campo (2011)**

População residente segundo o nível de escolaridade atingido (2011)														Taxa de Analfabetismo (%)
Local de Residência	População Residente em 2011	Nenhum nível de escolaridade		Ens. Básico 1º Ciclo		Ens. Básico 2º Ciclo		Ens. Básico 3º Ciclo		Ens. Sec. e Pós Secundário		Ensino Superior		
		Nº Resid	%	Nº Resid	%	Nº Resid	%	Nº Resid	%	Nº Resid	%	Nº Resid	%	
<b>Vila Franca do Campo</b>	<b>11.229</b>	<b>2.845</b>	<b>25,3</b>	<b>3.280</b>	<b>29,2</b>	<b>2.228</b>	<b>19,8</b>	<b>1.481</b>	<b>13,2</b>	<b>849</b>	<b>7,6</b>	<b>546</b>	<b>4,9</b>	<b>8,5</b>
Água d'Alto	1.788	491	27,5	540	30,2	353	19,7	220	12,3	116	6,5	68	3,8	7,1
Ponta Garça	3.547	987	27,8	1.130	31,9	749	21,1	411	11,6	221	6,2	49	1,4	11,5
Ribeira das Tainhas	703	149	21,2	239	34,0	135	19,2	90	12,8	53	7,5	37	5,3	7,0
São Miguel (Vila Franca)	2.659	675	25,4	733	27,6	491	18,5	365	13,7	218	8,2	177	6,7	8,9
São Pedro (Vila Franca)	1.426	242	17,0	360	25,2	284	19,9	239	16,8	155	10,9	146	10,2	3,8
Ribeira Seca	1.106	301	27,2	278	25,1	216	19,5	156	14,1	86	7,8	69	6,2	7,3

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores (Censos 2011)

## Indicadores da População

No que concerne aos indicadores da população por concelho, verifica-se que os concelhos de Nordeste e Povoação são os mais envelhecidos, cuja tendência aumentou entre 2001 e 2011. Contrariamente, Ribeira Grande é o concelho que regista o valor mais baixo do índice de envelhecimento<sup>1</sup>, entre os anos 2001 e 2011 (Tabela 44). Constata-se ainda que o índice de envelhecimento do sexo feminino é superior ao do sexo masculino, em todos os concelhos, cujo índice de envelhecimento feminino é superior a 100 no concelho de Nordeste em ambos os anos e na Povoação apenas em 2011 o que significa que existem mais idosos do que jovens com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos.

**Tabela 44. Indicadores da população (2001-2011)**

Indicadores da população (2001-2011)								
Local de Residência	Índice de Envelhecimento				Taxa de Natalidade		Taxa Bruta de Mortalidade	
	2001		2011		2001	2011	2001	2011
	M	F	M	F				
R. A. Açores	49,3	74,2	59,9	91,6	13,2	11,1	11,0	9,6
Ilha de São Miguel	35,5	57,2	44,6	70,7	14,8	12,1	9,5	8,6
Lagoa	30,8	46,0	40,3	59,8	14,7	11,7	8,1	8,9
Nordeste	75,8	113,1	81,7	122,0	11,8	8,5	13,3	11,7
Povoação	57,1	78,5	68,4	100,4	13,2	10,0	13,8	10,7
Ribeira Grande	27,7	42,4	29,0	46,1	17,9	14,8	8,7	7,9
Vila Franca do Campo	37,1	60,3	50,0	74,2	13,4	12,6	8,6	8,5

Fonte: Serviço Regional de Estatística das Açores (Censos 2011)

Relativamente à taxa de natalidade verifica-se que a mesma está a decrescer nos anos em análise, tendo este decréscimo sido mais acentuado nos concelhos de Nordeste (3,3 pontos percentuais) e Povoação (3,2 p.p.) e menos acentuado no concelho de Vila Franca do Campo (0,8 p.p.).

Realça-se o facto de, em 2011, a taxa de natalidade ser mais acentuada na Ribeira Grande, com 14,8%, sendo a mesma superior à verificada na ilha de São Miguel e menos acentuada no concelho de Nordeste, com 8,5%.

Quanto à taxa bruta de mortalidade, registou-se um decréscimo na Ilha de São Miguel, passando de 9,5%, em 2001, para 8,6% em 2011. Contrariamente à tendência geral, o concelho de Lagoa registou uma ligeira subida nesta taxa, verificando-se um aumento de 0,8 pontos percentuais neste município.

No que concerne ao índice de dependência total<sup>2</sup> constata-se um decréscimo geral deste índice entre os anos 2001 e 2011, tanto para o sexo masculino como para o feminino. Excetua-se deste decréscimo o concelho de Nordeste cujo índice de dependência total do sexo feminino manteve-se entre 2001 e 2011 (Tabela 45).

Em 2001, este índice era mais acentuado no concelho de Ribeira Grande no referente ao sexo masculino (56,1%) e no Nordeste relativamente ao sexo feminino (61,8%). Já em 2011, esta posição inverte-se, onde

<sup>1</sup> O índice de envelhecimento é dado pelo quociente entre o número de pessoas com idade igual ou superior a 65 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos.

<sup>2</sup> O índice de dependência total é dado pela relação entre a população jovem e idosa e a população em idade ativa, definida como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos conjuntamente com as pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 pessoas com 15-64 anos)

se verifica que é no concelho de Nordeste cuja dependência total atinge os índices mais elevados, tanto relativos ao sexo masculino (48%) como feminino (61,8%).

Relativamente ao índice de dependência dos jovens<sup>3</sup>, e entre 2001 e 2011, constatou-se um decréscimo deste índice em todos os concelhos, cujos maiores decréscimos foram verificados nos concelhos de Ribeira Grande e Vila Franca do Campo e o menor no concelho de Nordeste.

**Tabela 45. Índice de dependência total, dependência dos jovens e dos idosos (2001-2011)**

Local de Residência	Índice de Dependência Total				Índice de Dependência dos Jovens				Índice de Dependência dos Idosos			
	2001		2011		2001		2011		2001		2011	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
<b>R.A. Açores</b>	48,2	54,5	41,7	48,5	32,3	31,3	26,0	25,3	15,9	23,2	15,6	23,2
<b>Ilha de São Miguel</b>	49,5	54,3	41,0	47,2	36,5	34,5	28,3	27,6	12,9	19,8	12,6	19,5
Lagoa	49,5	52,2	40,9	48,4	37,8	35,7	29,2	30,3	11,7	16,4	11,8	18,1
Nordeste	55,0	61,8	48,0	61,8	31,3	29,0	26,4	27,8	23,7	32,8	21,6	34,0
Povoação	49,9	58,2	42,2	52,3	31,8	32,6	25,0	26,1	18,1	25,6	17,1	26,2
Ribeira Grande	56,1	59,8	43,6	49,5	43,9	42,0	33,8	33,9	12,2	17,8	9,8	15,6
Vila Franca do Campo	50,3	58,2	42,1	47,1	36,7	36,3	28,1	27,0	13,6	21,9	14,0	20,1

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores (Censos 2011)

No que concerne ao índice de dependência dos idosos<sup>4</sup>, entre os anos em análise, verifica-se um decréscimo geral deste índice, com exceção do concelho de Lagoa no que se refere a ambos os sexos, do concelho de Nordeste e Povoação, no que se refere a dependência de idosos do sexo feminino e ao concelho de Vila Franca do Campo, relativo a idosos do sexo masculino.

## 2.8. Mercado de Trabalho

Ao nível do mercado de trabalho registou-se como indicador positivo o aumento da população empregada entre os anos 2001 e 2011, cujo aumento na ilha de São Miguel foi de 9,2%. Verifica-se um aumento mais significativo da população empregada no concelho de Ribeira Grande (22,8%) e menos significativo no concelho de Nordeste (0,2%).

Relativamente à população desempregada, e entre 2001 e 2011, registou-se um aumento significativo do número de indivíduos desempregados em todos os concelhos, com exceção de Nordeste que registou um decréscimo de 4,7%. Este aumento da população desempregada foi mais significativo nos concelhos de Ribeira Grande e Povoação, cujo número de desempregados mais que duplicou.

<sup>3</sup> O índice de dependência dos jovens é dado pela relação entre a população jovem e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 pessoas com 15-64 anos).

<sup>4</sup> Relação entre a população idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 pessoas com 15-64 anos).

Em 2011, a taxa de atividade mais elevada registou-se no concelho de Lagoa (46,2%) e Ribeira Grande (44,4%) e a mais baixa nos municípios de Povoação (42,1%) e Vila Franca do Campo (40,4%).

A nível concelhio a taxa de desemprego, em 2011, atingiu os valores mais elevados nos concelhos de Povoação e Vila Franca do Campo, com respetivamente 14,6% e 15,6%.

**Tabela 46. Indicadores de Mercado de Trabalho (2001-2011)**

Indicadores de Mercado de Trabalho (2001-2011)										
Local de Residência	População Empregada			População Desempregada			Taxa de Atividade (%)		Taxa de Desemprego (%)	
	2001	2011	Variação 2001-2011 (%)	2001	2011	Variação 2001-2011 (%)	2001	2011	2001	2011
<b>R. A. Açores</b>	<b>94.728</b>	<b>102.127</b>	<b>7,8</b>	<b>6.760</b>	<b>12.793</b>	<b>89,2</b>	<b>42,0</b>	<b>46,6</b>	<b>6,7</b>	<b>11,1</b>
<b>Ilha de São Miguel</b>	<b>50.702</b>	<b>55.352</b>	<b>9,2</b>	<b>4.211</b>	<b>8.272</b>	<b>96,4</b>	<b>41,7</b>	<b>46,2</b>	<b>7,7</b>	<b>13,0</b>
Lagoa	5.575	5.758	3,3	460	904	96,5	42,7	46,2	7,6	13,6
Nordeste	1.859	1.862	0,2	236	225	-4,7	39,6	42,3	11,3	10,8
Povoação	2.234	2.276	1,9	178	390	119,1	35,9	42,1	7,4	14,6
Ribeira Grande	9.967	12.235	22,8	909	2.037	124,1	38,2	44,4	8,4	14,3
Vila Franca do Campo	3.755	3.829	2,0	479	707	47,6	38,0	40,4	11,3	15,6

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores (Censos 2011)

Analisando os concelhos individualmente, por freguesias, no que concerne ao município de Lagoa, constata-se que, em geral, a população empregada aumentou entre os anos 2001 e 2011, com exceção da freguesia de Água de Pau e Nossa Senhora do Rosário que registaram decréscimos que rondam os 2,6% e 1,5%, respetivamente (Tabela 47).

A população desempregada aumentou em todas as freguesias do concelho de Lagoa, nos anos em análise, com maior incidência nas freguesias de Ribeira Chã (250,0%) e Cabouco (216,7%), cuja população desempregada mais que triplicou.

**Tabela 47. Indicadores de Mercado de Trabalho no concelho de Lagoa (2001-2011)**

Indicadores de Mercado de Trabalho (2001-2011)										
Local de Residência	População Empregada			População Desempregada			Taxa de Atividade (%)		Taxa de Desemprego (%)	
	2001	2011	Variação 2001-2011 (%)	2001	2011	Variação 2001-2011 (%)	2001	2011	2001	2011
<b>Lagoa</b>	<b>5.575</b>	<b>5.758</b>	<b>3,3</b>	<b>460</b>	<b>904</b>	<b>96,5</b>	<b>42,7</b>	<b>46,2</b>	<b>7,6</b>	<b>13,6</b>
Água de Pau	1.137	1.107	-2,6	107	234	118,7	39,8	43,9	8,6	17,4
Cabouco	694	823	18,6	30	95	216,7	41,7	48,4	4,1	10,3
Nossa Senhora do Rosário	2.272	2.238	-1,5	159	306	92,5	45,0	47,1	6,5	12,0
Santa Cruz	1.339	1.445	7,9	158	248	57,0	42,8	46,1	10,6	14,6
Ribeira-Chã	133	145	9,0	6	21	250,0	38,0	41,9	4,3	12,7

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores (Censos 2011)

A taxa de atividade no concelho de Lagoa relativa ao ano 2011 era de 46,2%, encontrando-se apenas as freguesias de Água de Pau (43,9%) e Santa Cruz (46,1%) abaixo do valor registado para o concelho.

No que respeita à taxa de desemprego denota-se um aumento considerável em todas as freguesias do concelho de Lagoa, cujos aumentos se situam entre os 4,0 e os 8,8 pontos percentuais para os anos em análise.

No concelho de Nordeste, e analisando os indicadores de mercado de trabalho, constata-se oscilações nas freguesias, existindo freguesias cuja população empregada aumentou entre 2001 e 2011, como é o caso de Santana (12,7%) e Nordeste (4,1%), freguesias cuja população empregada diminuiu, como sejam a Lomba da Fazenda (10,3%) e a Achada (4,4%) e ainda freguesias cuja população empregada se manteve, como são os casos da Achadinha e da Salga.

Ao nível da população desempregada também se registam oscilações entre as freguesias nos anos em análise, salientando-se o decréscimo acentuado de população desempregada na freguesia de Santana (42,9%) e Salga (28,9%).

A taxa de atividade aumentou em todas as freguesias do concelho de Nordeste, com exceção da freguesia de Santana que registou um decréscimo de 0,8 pontos percentuais entre 2001 e 2011.

**Tabela 48. Indicadores de Mercado de Trabalho no concelho de Nordeste (2001-2011)**

Indicadores de Mercado de Trabalho (2001-2011)										
Local de Residência	População Empregada			População Desempregada			Taxa de Atividade (%)		Taxa de Desemprego (%)	
	2001	2011	Variação 2001-2011 (%)	2001	2011	Variação 2001-2011 (%)	2001	2011	2001	2011
<b>Nordeste</b>	<b>1.859</b>	<b>1.862</b>	<b>0,2</b>	<b>236</b>	<b>225</b>	<b>-4,7</b>	<b>39,6</b>	<b>42,3</b>	<b>11,3</b>	<b>10,8</b>
Achada	160	153	-4,4	2	4	100,0	32,0	36,0	1,2	2,5
Achadinha	166	166	0,0	37	28	-24,3	36,2	36,3	18,2	14,4
Lomba da Fazenda	319	286	-10,3	34	59	73,5	39,9	40,9	9,6	17,1
Nordeste	558	581	4,1	64	60	-6,3	45,0	47,8	10,3	9,4
Nordestinho	335	-	-	33	-	-	38,3	-	9,0	-
Salga	179	179	0,0	38	27	-28,9	39,5	42,2	17,5	13,1
Santana	142	160	12,7	28	16	-42,9	37,9	37,1	16,5	9,1
Algarvia	-	123	-	-	1	-	-	42,8	-	0,8
Santo António de Nordestinho	-	110	-	-	11	-	-	47,5	-	9,1
São Pedro de Nordestinho	-	104	-	-	19	-	-	45,1	-	15,4

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores (Censos 2011)

Entre os anos 2001 e 2011, verifica-se que a população empregada no concelho de Povoação aumentou em todas as freguesias, com exceção das freguesias de Povoação e Faial da Terra, que registaram decréscimos de 6,5% e 5,2%, respetivamente.

A população desempregada no município de Povoação aumentou significativamente em todas as freguesias entre 2001 e 2011, com exceção de Água Retorta que registou um ligeiro decréscimo no número de desempregados.

Já a taxa de atividade aumentou em todas as freguesias tendo, em 2011, registado um índice mais elevado na freguesia de Povoação e mais reduzido na freguesia de Faial da Terra.

**Tabela 49. Indicadores de Mercado de Trabalho no concelho de Povoação (2001-2011)**

Indicadores de Mercado de Trabalho (2001-2011)										
Local de Residência	População Empregada			População Desempregada			Taxa de Atividade (%)		Taxa de Desemprego (%)	
	2001	2011	Variação 2001-2011 (%)	2001	2011	Variação 2001-2011 (%)	2001	2011	2001	2011
<b>Povoação</b>	<b>2.234</b>	<b>2.276</b>	<b>1,9</b>	<b>178</b>	<b>390</b>	<b>119,1</b>	<b>35,9</b>	<b>42,1</b>	<b>7,4</b>	<b>14,6</b>
Água Retorta	155	171	10,3	31	29	-6,5	37,4	40,9	16,0	14,5
Faial da Terra	116	110	-5,2	16	18	12,5	35,0	35,7	12,1	14,1
Furnas	524	528	0,8	43	100	132,6	36,8	43,6	7,6	15,9
Nossa Senhora dos Remédios	358	402	12,3	12	43	258,3	34,5	40,0	3,2	9,7
Povoação	865	809	-6,5	48	160	233,3	37,4	44,8	5,3	16,5
Ribeira Quente	216	256	18,5	28	40	42,9	30,6	38,6	11,5	13,5

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores (Censos 2011)

No concelho de Ribeira Grande, a população empregada aumentou em geral tendo variado entre os 4,4% em S. Brás e os 66,1% na freguesia da Conceição, entre os anos em análise. No entanto, também se registaram decréscimos no número de residentes empregados entre 2001 e 2011, nomeadamente nos Fenais da Ajuda (13,2%) e Lomba de S. Pedro (14,3%).

A população desempregada registou um aumento significativo em todas as freguesias com maior incidência nas freguesias de Lomba da Maia, Conceição e Matriz, entre 2001 e 2011 e menor incidência no Porto Formoso e Rabo de Peixe. Já na freguesia de S. Brás denotou-se um decréscimo do número de residentes desempregados entre os anos em análise.

Em 2011, a taxa de atividade atingiu um maior índice na freguesia de Conceição e menor índice na freguesia de Fenais da Ajuda, com 53,4% e 35,0%, respetivamente.

**Tabela 50. Indicadores de Mercado de Trabalho no concelho de Ribeira Grande (2001-2011)**

Indicadores de Mercado de Trabalho (2001-2011)										
Local de Residência	População Empregada			População Desempregada			Taxa de Atividade (%)		Taxa de Desemprego (%)	
	2001	2011	Variação 2001-2011 (%)	2001	2011	Variação 2001-2011 (%)	2001	2011	2001	2011
<b>Ribeira Grande</b>	<b>9.967</b>	<b>12.235</b>	<b>22,8</b>	<b>909</b>	<b>2.037</b>	<b>124,1</b>	<b>38,2</b>	<b>44,4</b>	<b>8,4</b>	<b>14,3</b>
Calhetas	294	421	43,2	42	74	76,2	43,1	50,1	12,5	14,9
Fenais da Ajuda	363	315	-13,2	25	81	224,0	30,6	35,0	6,4	20,5
Lomba da Maia	405	448	10,6	4	55	1.275,0	34,8	43,7	1,0	10,9
Lomba de São Pedro	112	96	-14,3	13	21	61,5	40,5	41,2	10,4	17,9

Maia	601	701	16,6	43	120	179,1	33,9	43,2	6,7	14,6
Pico da Pedra	1.038	1.340	29,1	52	122	134,6	44,9	50,3	4,8	8,3
Porto Formoso	413	477	15,5	32	45	40,6	35,1	41,3	7,2	8,6
Rabo de Peixe	2.230	3.059	37,2	417	582	39,6	35,7	41,1	15,8	16,0
Conceição (R. Grande)	702	1.166	66,1	23	130	465,2	40,3	53,4	3,2	10,0
Matriz (R. Grande)	1.358	1.466	8,0	64	328	412,5	40,0	45,2	4,5	18,3
Ribeira Seca	947	1.130	19,3	79	215	172,2	40,2	45,6	7,7	16,0
Ribeirinha	790	844	6,8	37	168	354,1	38,9	43,1	4,5	16,6
Santa Bárbara	485	533	9,9	47	76	61,7	41,9	47,8	8,8	12,5
São Brás	229	239	4,4	31	20	-35,5	40,9	39,8	11,9	7,7

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores (Censos 2011)

Por fim, e entre os anos 2001 e 2011, registou-se um aumento tanto no número de residentes empregados (2,0%) e desempregados (47,6%), como na taxa de atividade (2,4 p.p.) e taxa de desemprego (4,3 p.p.) no concelho de Vila Franca do Campo.

**Tabela 51. Indicadores de Mercado de Trabalho no concelho de Vila Franca do Campo (2001-2011)**

Indicadores de Mercado de Trabalho (2001-2011)										
Local de Residência	População Empregada			População Desempregada			Taxa de Atividade (%)		Taxa de Desemprego (%)	
	2001	2011	Variação 2001-2011 (%)	2001	2011	Variação 2001-2011 (%)	2001	2011	2001	2011
<b>Vila Franca do Campo</b>	<b>3.755</b>	<b>3.829</b>	<b>2,0</b>	<b>479</b>	<b>707</b>	<b>47,6</b>	<b>38,0</b>	<b>40,4</b>	<b>11,3</b>	<b>15,6</b>
Água d'Alto	539	591	9,6	38	116	205,3	35,5	39,5	6,6	16,4
Ponta Garça	1.163	1.121	-3,6	179	262	46,4	37,5	39,0	13,3	18,9
Ribeira das Tainhas	274	219	-20,1	37	12	-67,6	39,8	32,9	11,9	5,2
São Miguel (Vila Franca Campo)	1.367	928	-32,1	163	174	6,7	37,8	41,4	10,7	15,8
São Pedro (Vila Franca Campo)	412	570	38,3	62	73	17,7	42,3	45,1	13,1	11,4
Ribeira Seca	-	400	-	-	70	-	-	42,5	-	14,9

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores (Censos 2011)

Apesar do aumento da população empregada no concelho de Vila Franca do Campo, verifica-se que apenas as freguesias de Água d'Alto e São Pedro seguem a mesma tendência, tendo-se registado um decréscimo nas restantes freguesias, entre os anos em análise.

A população desempregada também aumentou em todas as freguesias em geral, excetuando-se a Ribeira das Tainhas, freguesia onde se registou um decréscimo do número de desempregados entre 2001 e 2011.

A taxa de atividade registou um ligeiro aumento em todas as freguesias, excetuando-se, novamente, a freguesia de Ribeira das Tainhas, que registou um decréscimo de 6,9 pontos percentuais entre os anos de 2001 e 2011.

A taxa de desemprego atingiu um índice mais elevado na freguesia de Ponta Garça (18,9%) e mais reduzido na freguesia de Ribeira das Tainhas (5,2%), referente a 2011.

Verifica-se que, em 2011, a situação profissional da população de São Miguel é representada maioritariamente por trabalhadores por conta de outrem (82,7%). Com menor representatividade, em 2011, surge outra situação profissional (1,0%) e membro ativo de cooperativa (0,1%).

Considerando a taxa de atividade por conta própria (total dos trabalhadores por conta própria como empregadores e dos trabalhadores por conta própria isolados), em 2011, verifica-se a taxa mais baixa de 15% no concelho de Lagoa e mais elevada de 18,9% no concelho de Vila Franca do Campo.

No entanto, em 2011, verificou-se uma redução dos trabalhadores por conta de outrem (2,2 p.p.) e do número de trabalhadores por conta própria como isolado (0,5 p.p.) e um aumento do número de trabalhadores por conta própria como empregador (2,1 p.p.).

**Tabela 52. População empregada por situação na profissão principal (2001-2011)**

Local de Residência	Trabalhador por conta própria como empregador (1)		Trabalhador por conta própria como isolado (2)		Trabalhador por conta própria (3)=(1)+(2)		Trabalhador por conta de outrem (4)		Trabalhador familiar não remunerado (5)		Membro ativo de cooperativa (6)		Outra (7)	
	2001 (%)	2011 (%)	2001 (%)	2011 (%)	2001 (%)	2011 (%)	2001 (%)	2011 (%)	2001 (%)	2011 (%)	2001 (%)	2011 (%)	2001 (%)	2011 (%)
<b>R. A. Açores</b>	<b>7,6</b>	<b>9,2</b>	<b>8,2</b>	<b>7,6</b>	<b>15,8</b>	<b>16,8</b>	<b>82,6</b>	<b>81,0</b>	<b>0,7</b>	<b>1,1</b>	<b>0,1</b>	<b>0,1</b>	<b>0,8</b>	<b>1,0</b>
<b>Ilha de São Miguel</b>	<b>6,9</b>	<b>9,0</b>	<b>6,5</b>	<b>6,0</b>	<b>13,4</b>	<b>15,0</b>	<b>84,9</b>	<b>82,7</b>	<b>0,8</b>	<b>1,2</b>	<b>0,1</b>	<b>0,1</b>	<b>0,8</b>	<b>1,0</b>
Lagoa	6,1	9,0	6,3	6,0	12,4	15,0	85,5	81,0	0,5	2,7	0,4	0,1	1,2	1,2
Nordeste	6,8	7,0	12,3	9,2	19,1	16,2	79,0	82,6	1,7	0,9	0,0	0,3	0,2	0,0
Povoação	8,0	9,7	10,4	8,7	18,4	18,4	79,8	79,3	0,5	1,5	0,2	0,0	1,1	0,8
Ribeira Grande	8,0	8,8	7,1	6,5	15,1	15,3	83,2	82,3	1,2	1,4	0,1	0,1	0,4	0,9
Vila Franca do Campo	8,5	10,2	9,5	8,7	18,0	18,9	80,0	78,7	1,0	1,3	0,1	0,0	0,9	1,1

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (XIV e XV Recenseamentos Gerais da População)

Ao longo dos anos, tem-se assistido à crescente terciarização do mercado, sendo que, entre 2001 e 2011, a população empregada neste setor aumentou, passando de 61,8% em 2001 para 71,4% em 2011.

Em contrapartida, verificou-se uma redução da população empregada no setor primário e secundário, que empregavam em 2011, respetivamente 7,8% e 20,7% da população residente na ilha de São Miguel.

Verifica-se que Nordeste é o concelho que regista a maior percentagem da população empregada no setor primário (17,9%), sendo Vila Franca do Campo o município com maior proporção de população a laborar no setor secundário (30,8%) e Lagoa o concelho onde se verifica a maior fatia da população a laborar no setor terciário (70,8%).

**Tabela 53. População empregada por setor de atividade (2001-2011)**

Local de Residência	Primário		Secundário		Terciário	
	2001 (%)	2011 (%)	2001 (%)	2011 (%)	2001 (%)	2011 (%)
<b>R. A. Açores</b>	<b>11,8</b>	<b>8,5</b>	<b>25,6</b>	<b>20,6</b>	<b>62,6</b>	<b>70,9</b>
<b>Ilha de São Miguel</b>	<b>11,3</b>	<b>7,8</b>	<b>26,8</b>	<b>20,7</b>	<b>61,8</b>	<b>71,4</b>
Lagoa	12,5	8,2	29,3	21,0	58,2	70,8
Nordeste	23,5	17,9	23,8	22,0	52,7	60,0
Povoação	17,5	12,6	30,8	24,1	51,7	63,3

Ribeira Grande	15,6	11,6	34,6	26,9	49,8	61,5
Vila Franca do Campo	19,3	11,3	38,9	30,8	41,9	57,8

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (XIV e XV Recenseamentos Gerais da População)

Considerando o território de intervenção da ASDEPR, constata-se que, em 2011, o concelho que emprega mais população no setor primário é o concelho de Nordeste (17,9%), no setor secundário é o concelho de Vila Franca do Campo (30,8%) e no setor terciário é o concelho de Lagoa (70,8%).

## 2.9. Indicadores de Conforto

Na análise ao alojamento familiar, verifica-se que na ilha de São Miguel houve um significativo aumento de alojamentos familiares ocupados entre 2001 e 2011, passando de 35.116 alojamentos familiares em 2001 para 42.355 alojamentos familiares em 2011 (Tabela 54). O concelho da Ribeira Grande é o que regista o aumento mais significativo entre os anos 2001 e 2011, de aproximadamente 27,7%.

**Tabela 54. Alojamentos familiares ocupados (2001-2011)**

Localização Geográfica	Alojamentos Familiares Ocupados 2001		Alojamentos Familiares Ocupados 2011		Varição de Alojamentos Familiares Ocupados
	Nº Alojamentos	%	Nº Alojamentos	%	2001-2011 (%)
<b>R. A. Açores</b>	<b>69.572</b>	-	<b>80.527</b>	-	<b>15,7</b>
<b>Ilha de São Miguel</b>	<b>35.116</b>	<b>100</b>	<b>42.355</b>	<b>100</b>	<b>20,6</b>
Lagoa	3.557	10,1	4.148	9,8	16,6
Nordeste	1.726	4,9	1.750	4,1	1,4
Povoação	1.960	5,6	2.095	4,9	6,9
Ribeira Grande	7.004	19,9	8.947	21,1	27,7
Vila Franca do Campo	2.813	8,0	3.235	7,6	15,0

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (Recenseamentos Gerais da Habitação)

No que respeita aos alojamentos familiares ocupados, verifica-se que a grande maioria, na ilha de São Miguel, possui água canalizada, duche/banho, instalações sanitárias e esgoto. Por concelho, não se verificam discrepâncias ou dados que se distanciem do verificado a nível da ilha de São Miguel.

**Tabela 55. Alojamentos familiares ocupados com água canalizada, duche/banho, instalações sanitárias e esgoto (2011)**

Localização Geográfica	% Alojamentos com Água Canalizada	% Alojamentos com Duche/Banho	% Alojamentos com Instalações Sanitárias	% Alojamentos com Esgoto
<b>R. A. Açores</b>	<b>99,8</b>	<b>98,6</b>	<b>99,5</b>	<b>99,9</b>
<b>Ilha de São Miguel</b>	<b>99,9</b>	<b>98,6</b>	<b>99,6</b>	<b>99,9</b>
Lagoa	99,9	98,5	99,6	99,9
Nordeste	99,9	99,2	99,5	100,0
Povoação	99,7	98,9	99,4	99,7
Ribeira Grande	99,9	98,3	99,6	100,0
Vila Franca do Campo	99,9	98,4	99,3	100,0

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (Recenseamentos Gerais da Habitação)

Relativamente ao poder de compra *per capita*, verifica-se que a ilha de S. Miguel apresenta um poder de compra de 83,28, superior à média da Região Autónoma dos Açores (82,35).

Considerando o território de intervenção, o poder de compra é inferior ao verificado na ilha de S. Miguel.

Analisando os concelhos inseridos no território de intervenção da ASDEPR, constata-se que o concelho de Lagoa apresenta o maior poder de compra, sendo o concelho de Nordeste a apresentar o menor poder de compra, em 2011.

**Tabela 56. Poder de Compra<sup>5</sup>**

Localização Geográfica	2000	2002	2007	2009	2011
<b>R. A. Açores</b>	<b>65,51</b>	<b>65,14</b>	<b>83,62</b>	<b>86,14</b>	<b>82,35</b>
<b>Ilha de São Miguel</b>	<b>68,23</b>	<b>64,74</b>	<b>87,00</b>	<b>89,71</b>	<b>83,28</b>
Lagoa	56,00	51,56	66,85	68,41	67,31
Nordeste	40,83	41,10	49,62	53,07	55,86
Povoação	36,12	45,15	54,08	53,61	57,80
Ribeira Grande	40,64	45,44	67,20	68,23	63,31
Vila Franca do Campo	36,92	37,24	57,14	59,06	59,18

Fonte: Instituto Nacional de Estatística - Estudo sobre o Poder de Compra Concelho

Se tivermos em conta a comparação do poder de compra do território de intervenção, com o poder de compra do concelho de Ponta Delgada, este concelho apresentava um índice de poder de compra de 104,27 no ano de 2011, muito superior aos concelhos em análise. Ainda no âmbito dos indicadores de conforto, podemos ainda analisar indicadores relacionados com equipamentos de apoio ao trabalho doméstico e equipamentos de comunicação e lazer por agregado familiar.

**Tabela 57. Agregados familiares com equipamento de apoio ao trabalho doméstico, de comunicação e lazer (2010-2011)**

Equipamento de apoio ao trabalho doméstico	R.A. Açores (%)
Fogão ou placa	99,9
Frigorífico ou combinado	99,5
Micro-ondas	93,3
Arca frigorífica	66,3
Aspirador	77,3
Máquina de lavar roupa	96,7
Máquina de secar roupa	56,4
Máquina de lavar e secar roupa	x
Máquina de lavar loiça	26,5
Equipamento de comunicação e lazer	R.A. Açores (%)
Telefone - rede fixa	77,3
Telefone - rede móvel	88,1
Aparelho de televisão	99,8
Equipamento para acesso a televisão por cabo ou satélite (box ou antena)	84,3
Leitor de DVD ou videogravador	56,5
Leitor de CD's	50,5
Rádio ou radiogravador	65,5
Aparelhagem de som	43,9
Leitor de MP3 ou MP4	29,8
Câmara de vídeo	15,1
Equipamento fotográfico (não inclui telemóveis com este acessório)	48,3
Consola de jogos (inclui consolas com leitor DVD)	23,7
Computador	61,7
Computador com ligação à internet	54,5

<sup>5</sup> Este indicador compósito pretende traduzir o poder de compra em termos *per capita*. É um número índice com o valor 100 na média do país, que compara o poder de compra manifestado quotidianamente, em termos *per capita*, nos diferentes municípios ou regiões.

Computador sem ligação à internet	12,2
Computador pessoal de secretária (desktop) com ligação à internet	36,3
Computador pessoal de secretária (desktop) sem ligação à internet	6,7
Computador pessoal portátil (laptop) com ligação à internet	34,2
Computador pessoal portátil (laptop) sem ligação à internet	x

Fonte: Serviço Regional de Estatística Dos Açores - Inquérito às Despesas das Famílias 2010/2011

Legenda: x Valor não disponível

## 2.10. Indicadores de Ação Social

Em 2014, o total de beneficiários do Rendimento Social de Inserção, na Região Autónoma dos Açores, era de 24.631 pessoas, com maior peso relativo no município de Ribeira Grande. Relativamente aos Pensionistas da Segurança Social, totalizavam 51.923 pensionistas em 2014. Relativamente aos Beneficiários de subsídios de desemprego, em 2013, na Região Autónoma dos Açores totalizavam 13.128 beneficiários. Por último, em 2013, os beneficiários de abono de família para crianças e jovens perfaziam 23.338, destacando-se neste indicador os municípios da Ribeira Grande e Vila Franca do Campo.

**Tabela 58. Indicadores de ação social**

Local de Residência	Beneficiários do RSI				Pensionistas da Segurança Social			
	2011	2012	2013	2014	2011	2012	2013	2014
<b>R.A. Açores</b>	23.537	26.064	23.986	24.361	51.677	52.041	52.342	51.923
<b>Ilha de São Miguel</b>	16.291	18.569	17.289	17.479	23.767	23.952	24.218	24.085
Lagoa	1.851	2.114	1.993	2.019	2.336	2.353	2.383	2.367
Nordeste	466	559	473	541	1.137	1.127	1.129	1.109
Povoação	899	946	846	772	1.278	1.262	1.253	1.221
Ribeira Grande	5.366	6.031	5.545	5.800	4.913	4.928	4.944	4.877
Vila Franca do Campo	1.172	1.522	1.376	1.338	1.806	1.829	1.855	1.834

Local de Residência	Beneficiários de subsídios de desemprego (Nº)			Beneficiários de abono de família para crianças e jovens (Nº)			Fogos de hab. social (Total)
	2011	2012	2013	2011	2012	2013	2012
<b>R.A. Açores</b>	8.811	11.700	13.128	23.951	23.338	23.714	2.512
<b>Ilha de São Miguel</b>	5.501	7.123	7.906	15.116	14.783	15.119	1.633
Lagoa	513	682	775	1.816	1.779	1.813	183
Nordeste	279	425	452	504	492	495	59
Povoação	321	414	494	706	672	690	63
Ribeira Grande	1.281	1.696	1.936	4.288	4.207	4.296	692
Vila Franca do Campo	488	641	703	1.392	1.373	1.393	177

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

A Região Autónoma dos Açores registava uma taxa de pobreza de 17,9% em 2011. Os níveis de desemprego, sobretudo dos indivíduos com níveis de habilitações mais baixos, associados às taxas de abandono e insucesso escolar, expressam uma relação forte entre os níveis de competências do capital humano e o nível de pobreza. Ainda, o número de beneficiários do rendimento social de inserção registou um aumento.

Tendo por base o “Boletim Estatístico de 2013” da Secretaria Regional da Solidariedade Social, constata-se, na Tabela 59, que a nível Açores, em 2013, havia 231 Instituições Particulares de Solidariedade Social com acordos de cooperação, sendo que 108 localizam-se na ilha de São Miguel.

**Tabela 59. IPSS com Acordo de Cooperação – Funcionamento (2013)**

Localização geográfica	2013
<b>R.A. Açores</b>	231
<b>Ilha de São Miguel</b>	108
Lagoa	9
Nordeste	4
Povoação	12
Ribeira Grande	15
Vila Franca do Campo	4

Fonte: Secretaria Regional da Solidariedade Social (Boletim Estatístico de 2013)

Existem nos Açores respostas sociais para as áreas de “Infância e Juventude”, “Invalidez e Reabilitação”, “Família e Comunidade” e “Terceira Idade”.

No total dos Açores, constata-se que o número de respostas sociais em maior número verifica-se na área da infância e juventude (309), existindo na ilha de São Miguel 191 respostas sociais nesta área.

**Tabela 60. Respostas sociais, capacidade e frequência por áreas de intervenção (2013)**

Localização geográfica	Infância e Juventude			Invalidez e Reabilitação		
	Nº de respostas	Capacidade	Frequência	Nº de respostas	Capacidade	Frequência
<b>R.A. Açores</b>	309	12.515	10.514	34	1.159	1.070
<b>Ilha de São Miguel</b>	191	7.681	6.503	19	728	713

Localização geográfica	Família e Comunidade			Terceira Idade		
	Nº de respostas	Capacidade	Frequência	Nº de respostas	Capacidade	Frequência
<b>R.A. Açores</b>	122	6.410	5.769	224	9.344	7.518
<b>Ilha de São Miguel</b>	85	4.645	4.433	85	2.939	2.451

Fonte: Secretaria Regional da Solidariedade Social (Boletim Estatístico de 2013)

## 2.11. Infraestruturas e Acessibilidades

### Infraestruturas

Tendo em conta a caracterização do território de intervenção, foi efetuado um levantamento quanto à existência de equipamentos sociais, estabelecimentos de ensino, cultura, desporto e lazer, religiosos, saúde e outros diversos serviços de apoio à população (Tabela 61).

Verifica-se que existem equipamentos em todos os concelhos, tendo sido identificados na Lagoa um total de 192 equipamentos, concelho de Nordeste 156 equipamentos, Povoação 126 equipamentos, Ribeira Grande 324 equipamentos e no concelho de Vila Franca do Campo 140 equipamentos.

De modo global, nos concelhos do território de intervenção da ASDEPR, como se pode analisar na Tabela 61, destacam-se os equipamentos sociais e os equipamentos relacionados com a cultura, desporto e lazer. Contudo, a nível de cada concelho são ainda necessários novos equipamentos, bem como melhoria dos existentes de forma a responder às necessidades nas várias valências (Apoio ao domicílio Idosos, centros de convívio, CATL, apoio a pessoas portadores de deficiência, bem como atividades de ocupação do tempo livre de crianças e jovens).

**Tabela 61. Equipamentos**

Equipamentos	Lagoa	Nordeste	Povoação	Ribeira Grande	Vila Franca do Campo	Total
<b>Sociais</b>	<b>25</b>	<b>44</b>	<b>20</b>	<b>104</b>	<b>36</b>	<b>229</b>
Creche	2	1	1	9	1	14
Jardim-de-Infância	3	5	1	11	1	21
ATL	5	10	6	21	5	47
Centro de Dia/Convívio/Lar de Idosos	7	11	4	18	10	50
Lar de Crianças e Jovens	1	1		3	1	6
Outros Equipamentos Sociais*	5	5	5	26	15	56
Serviço de Ação/Segurança Social	1	9	2	9	1	22
Casa de Povo	1	2	1	7	2	13
<b>Ensino</b>	<b>13</b>	<b>7</b>	<b>5</b>	<b>28</b>	<b>12</b>	<b>65</b>
EB1/II	9	5	2	18	8	42
Básica Integrada	1		1	2	2	6
EB2,3	1			1		2
Escola Básica e Secundária		1				1
Secundária	1		1	1	1	4
Escola Profissional	1	1	1	4	1	8
Outro Ensino				1		1
Universidade				1		1
<b>Cultura, Desporto e Lazer</b>	<b>106</b>	<b>45</b>	<b>47</b>	<b>81</b>	<b>38</b>	<b>317</b>
Complexos Gimnodesportivo			1	4	1	6
Campo de Jogos	1		14		6	21
Pavilhão Desportivo		1	1	3		5
Campos de Futebol com relvado natural ou sintético	2	4		6		12
Campos de Futebol em terra		2		3		5
Polidesportivo	6	7		18		31
Piscinas	1	1		1	1	4
Outros Desportos	9		4	1		14
Equipamentos Culturais / Lazer	34	13	20	24	18	109
Ass. Culturais, Bandas de Musica e Clubes desportivos	53	17	7	21	12	110
<b>Religiosos</b>	<b>19</b>	<b>15</b>	<b>17</b>	<b>36</b>	<b>22</b>	<b>109</b>
Igrejas	8	10	9	19	7	53

Equipamentos	Lagoa	Nordeste	Povoação	Ribeira Grande	Vila Franca do Campo	Total
Ermidas/Conventos	8	4	2	9	10	33
Centros Sociais e Paroquial	3	1	6	8	5	23
<b>Saúde</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>5</b>	<b>7</b>	<b>2</b>	<b>19</b>
Centro de Saúde		1	1	1	1	4
Unidade de Saúde	3		4	2	1	10
Posto de Saúde		1		4		5
<b>Outros Equipamentos/Serviços</b>	<b>26</b>	<b>43</b>	<b>32</b>	<b>69</b>	<b>30</b>	<b>200</b>
Junta de Freguesia	5	9	6	14	6	40
Serviços da Administração Pública, Municipal e Regional	5	7	6	19	6	43
Santa Casa	1	1	1	2	1	6
Polícia	1	1	2	3	2	9
Bombeiros		1	1	2	1	5
Proteção Civil		1	1	1	1	4
Posto de Turismo	3	2	3	2	2	12
RIAC	2	2	2	3	2	11
Estação Rodoviária				1	1	2
Posto Farmacêutico	3	2	1	3	2	11
Posto/Estações de Correios	2	6	6	7	2	23
Cemitério	4	10	3	11	4	32
Matadouro		1		1		2
<b>Total</b>	<b>192</b>	<b>156</b>	<b>126</b>	<b>325</b>	<b>140</b>	<b>939</b>

\*Inclui Centros que podem possuir mais do que uma valência.

## Acessibilidades

Relativamente às acessibilidades, a ilha de São Miguel apresenta a rede viária mais desenvolvida e de maior dimensão da Região Autónoma dos Açores.

Os investimentos na rede rodoviária sem custos para o utilizador (SCUT), realizados recentemente, conferiram aos locais uma articulação eficiente entre os concelhos. Esta rede viária é composta por três eixos: Eixo 1 – Eixo sul, que liga o aeroporto ao sul da ilha; Eixo 2 – Eixo norte, que faz a ligação entre as cidades de Ponta Delgada e Ribeira Grande; Eixo 3 – Eixo Nordeste, que faz a ligação com o concelho de Nordeste.

A rede viária é, também, composta por quatro Estradas Regionais de 1ª Classe que visam ligar as sedes de freguesia às sedes dos municípios, por seis Estradas Regionais de 2ª Classe e por diversas vias municipais, sejam Estradas e Caminhos Secundários.

## 2.12. Património Natural e Ambiente

A Natureza é parte integrante e indissociável da ilha de São Miguel. O ambiente alinhado com a natureza tem desempenhado, além da sua componente produtiva, um papel de grande importância no que diz respeito à conservação dos recursos naturais e ambientais, promoção do recreio ao ar livre e bem-estar social das populações.

Apresenta-se por concelho uma breve caracterização do património natural existente.

### Lagoa

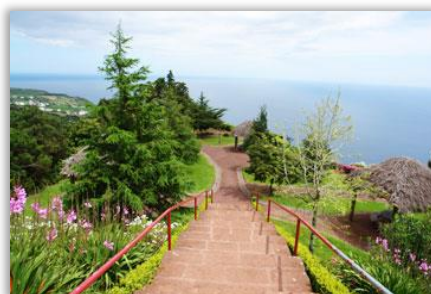
No que respeita ao concelho de Lagoa destaca-se, a nível ambiental, o complexo municipal das piscinas, a zona balnear do Porto da Caloura, a zona da Baixa d'Areia, as zonas de merendas (Baixa d'Areia, Remédios, Cabouco, Pisão, Cerco e Atalhada), os miradouros (Caloura) e a Reserva Florestal de Recreio da Chã da Macela.



*Figura 2. Porto da Caloura*

### Nordeste

O concelho do Nordeste é conhecido pela sua vegetação. Neste concelho há a realçar os diversos miradouros disponíveis para os visitantes e locais, o Parque da Ribeira dos Caldeirões, o Parque Endémico, o Jardim da Quinta do Moinho, o Jardim do Viaduto, Jardim do Centro histórico da Vila do Nordeste, o Parque Florestal da Vila, o Parque Florestal da Cancela do Cinzeiro, a Praia do Lombo Gordo, a zona balnear da Foz da Ribeira, a Reserva Natural do Pico da Vara, Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies da Tronqueira e Planalto dos Graminhais, Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies da Ponta do Arnel, Área Protegida de Gestão de Recursos da Costa Este, Centro Ambiental do Priolo. O concelho possui, também, diversas zonas e percursos pedestres como Forno de Cal, Fajã do Araújo, Miradouro da Tronqueira, Nossa Senhora do Pranto, Planalto dos Graminhais / Pico da Vara / Salto do Cavalo, Lomba da Fazenda / Pico da Vara, Algarvia / Pico da Vara, Terras de Nosso Senhor (Achadinha), Fajã do Rodrigo - Ribeira do Guilherme.



*Figura 3. Ponta do Sossego – Pedreira*

## Povoação

No concelho da Povoação destaca-se o Parque Florestal de Água Retorta, a Fajã do Calhau, o Sanguinho, os Miradouros do Pico Longo e do Pôr-do-sol, o Jardim Municipal, o Parque Zoológico, o Vale das Furnas, o Parque José do Canto, o Parque D. Beatriz, o Parque Fonte Bela, o Parque António Borges, o Parque Florestal, o Parque Terra Nostra, o Campo de Golfe da Achada das Furnas, o Porto da Ribeira Quente. Existe, ainda, uma rede de trilhos e diversos miradouros espalhados por todo o concelho.



*Figura 4. Caldeiras das Furnas*

## Ribeira Grande

O concelho da Ribeira Grande apresenta uma vegetação abundante e variada. Como exemplo temos a Lagoa de São Brás, a Reserva Natural da Lagoa do Fogo, a zona protegida da Caldeira Velha, a Important Bird Area (IBA) da Ponta do Cintrão, a Praia de Porto Formoso e as Plantações de Chá da Gorreana e Porto Formoso.



*Figura 5. Caldeira Velha*

## Vila Franca do Campo

A Reserva Natural do Ilhéu de Vila Franca do Campo é uma forte atração do concelho de Vila Franca do Campo. Para além desta Reserva Natural destaca-se, ambientalmente, a Praia de Água d'Alto, a Praia do Degredo, a Praia do Corpo Santo, a Prainha, a Praia da Vinha d'Areia, a Marina da Vila Franca do Campo, o complexo turístico da Vinha d'Areia, a Lagoa do Congro, a Lagoa dos Nenúfares e o Parque Florestal do Cerrado dos Bezerras.



*Figura 6. Ilhéu de Vila Franca do Campo*

## Ambiente – Resíduos Urbanos

No que se refere à qualidade do ambiente, podemos analisar a produção de resíduos no território de intervenção da ASDEPR. Na Tabela 62 verifica-se que entre 2012 e 2013 registou-se um decréscimo na recolha, na região e na ilha de São Miguel, de resíduos urbanos. Na análise por concelho, o Nordeste é o concelho que apresenta um decréscimo significativo na recolha de resíduos urbanos.

Tabela 62. Resíduos urbanos recolhidos em toneladas (2012-2013)

Localização Geográfica	2012			2013			Variação Total 2012/2013 (%)
	Total	Recolha indiferenciada	Recolha seletiva	Total	Recolha indiferenciada	Recolha seletiva	
R. A. Açores	127.290	112.428	14.862	123.431	112.517	10.914	-3,03
Ilha de São Miguel	71.000	64.322	6.678	70.880	64.524	6.356	-0,17
Lagoa	7.354	6.677	677	6.721	6.201	520	-8,61
Nordeste	2.507	1.989	518	2.127	1.599	528	-15,16
Povoação	2.783	2.639	144	2.985	2.796	189	7,26
Ribeira Grande	14.926	13.315	1.611	15.268	13.493	1.775	2,29
Vila Franca do Campo	5.252	4.778	474	5.610	5.174	436	6,82

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

### 2.13. Património Cultural

Considerando o património cultural existente no território de intervenção, podemos salientar, por concelhos, algum património edificado, culturas e tradições a preservar.

#### Lagoa

A Biblioteca Municipal Tomaz Borba Vieira, no concelho de Lagoa, assume uma posição de destaque na cultura da cidade de Lagoa. Este concelho possui um valioso património arquitetónico, como por exemplo, a Igreja Matriz (Convento dos Franciscanos), Igreja de Nossa Senhora do Rosário, Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Misericórdia, Igreja de Santa Cruz, Igreja de N. Sra. dos Anjos, Igreja do Cabouco, Igreja de Ribeira Chã, Igreja de Atalhada, Ermida de N. Sra. do Cabo, Ermida de N. Sra. dos Remédios, Ermida de N. Sra. Monte Santo, Ermida de São Tiago, Edifício dos Paços do Concelho, Convento da Caloura, os fontenários públicos e diversos museus.

Artesanalmente de destacar, no concelho de Lagoa, os artesãos de flores de escamas de peixe, os artesãos de folha de milho, os bonecreiros, os bordados, a capacharia, a cestaria, as papinhas, a marcenaria, o marfim, ossos e similares, as miniaturas, a olaria, a pintura, a talha e a tecelagem.

No que respeita a eventos, destaque para a festa em honra de Santo António, festa em honra de São Pedro Gonçalves Telmo, Império de São Pedro, festival Lagoa ComVida, festa em honra de Nossa Senhora dos Remédios, festival da Baixa D' Areia, festa em honra de São José, festa em honra do Coração de Jesus, Noite de Fados na Praça de Nossa Senhora do Rosário, festa em honra de Nossa Senhora dos Anjos, Festa Branca

do Convento, Corrida Mais Louca do Mundo da Caloura, festa em honra da Nossa Senhora da Misericórdia, festa em honra de Nossa Senhora do Rosário e Mercadinho de Natal.

### **Nordeste**

A Igreja Matriz de S. Jorge, o Edifício dos Paços do Concelho, o Museu na Vila do Nordeste e o Museu Etnográfico da Achada assumem relevância no património do concelho do Nordeste.

As festas do feriado municipal, a Feira de Gastronomia e Artesanato e as festas religiosas de cada freguesia são os eventos de destaque do concelho do Nordeste.

O artesanato representa-se através de colchas e mantas regionais tecidas em lã e linho em teares manuais, bem como através de trabalhos em folha de milho, miolo de figueira e escamas de peixe e chapéus em palha de junco.

### **Povoação**

Faz parte do património arquitetónico do concelho da Povoação, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, a Igreja de Nossa Senhora de Fátima (Lomba do Botão), a Igreja de São José (Lomba do Pomar), a Igreja de Nossa Senhora da Mãe de Deus, a Ermida de Santa Bárbara (Lomba do Carro), as Alminhas, os Fontanários, os Farolins, o Padrão dos Descobrimentos, as Portas do Povoamento, as Ruínas do Forte de Nossa Senhora da Mãe de Deus e o Antigo edifício dos Paços do Concelho.

O fabrico de bonecas de folha de milho, flores de papel, mantas de trapos, rendas, bordados, trabalhos em escama de peixe e cantaria destacam-se artesanalmente neste concelho.

Gastronomicamente, o cozido das Furnas, os Bolos Lêvedos e as Fofas da Povoação são típicos deste concelho.

As festividades religiosas, em honra da padroeira, Nossa Senhora Mãe de Deus atrai ao concelho, emigrantes e pessoas dos restantes concelhos da ilha.

### **Ribeira Grande**

O concelho da Ribeira Grande possui um conjunto de museus como o Museu Municipal, a Casa da Cultura, a Casa do Arcano, o Museu da Emigração Açoriana, o Museu do Tabaco da Maia e o Museu Local do Pico da Pedra. Destacar, ainda, a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Estrela, Igreja da Misericórdia, Ermida de Nossa Senhora da Conceição das Vinhas, Paços do Concelho da Ribeira Grande, Igreja e claustro do Convento de São Francisco da Ribeira Grande e Teatro Ribeiragrandense.

O artesanato na cidade da Ribeira Grande apresenta-se através da realização de sertãs, capachos de corda, peneiras, bandeirinhas do Espírito Santo, picotado em papel de seda e brinquedos em madeira.

A produção de vinhos, licores e chá são ainda aspetos importantes de realçar relacionados com o concelho da Ribeira Grande, bem como a gastronomia e doçaria típica, nomeadamente as queijadas de feijão da Ribeira Grande.

Os Cortejos dos Reis, os Cantares às Estrelas, as Festas da cidade, as Cavalhadas de São Pedro, as Festas dos Padroeiros e a Feira Quinhentista são festividades marcantes neste concelho.

### **Vila Franca do Campo**

Destaca-se, no concelho de Vila Franca do Campo, a sua rede museológica bem como a Igreja de São Pedro, Ermida de Santa Catarina, Ermida Nossa Senhora da Paz, Convento de São Francisco e as olarias existentes no concelho.

A olaria assume uma forte importância artesanal neste concelho. Para além da olaria, as rendas e bordados, os trabalhos em vime, as bonecas em pano ou folha de milho, as mantas de retalhos tecidas no tear, miniaturas em madeira e flores artificiais em penas ou escamas de peixe fazem parte do artesanato deste concelho.

Gastronomicamente, as Queijadas da Vila assumem-se como o doce típico deste concelho. A produção do ananás e da banana assumem também um papel relevante.

As festividades deste concelho com importância são as festas do São João da Vila, a festa de São Miguel e a festa do Bom Jesus da Pedra.

### 3. Análise SWOT

A análise SWOT visou diagnosticar e analisar as principais potencialidades e constrangimentos de forma global, de todo o território de intervenção da ASDEPR (concelhos de Lagoa, Nordeste, Povoação, Ribeira Grande e Vila Franca do Campo, da ilha de São Miguel), servindo de base para a construção da EDL com vista à maximização das oportunidades e potencialidades e a superação das dificuldades detetadas, no contexto da prossecução dos objetivos inerentes ao crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.

Consideraram-se três domínios temáticos que se afiguram como as alavancas potenciadoras de um modelo de desenvolvimento sustentável, inclusivo e integrado para todo o território de intervenção. Deste modo, em linha com as tipologias de projetos elegíveis para financiamento no âmbito da Medida 19.2 do PRORURAL+, consideraram-se os domínios temáticos “Economia e Turismo”, “Serviços e Infraestruturas de Apoio à Comunidade Local” e “Património Cultural e Natural”.

Tabela 63. Análise SWOT

Domínios Temáticos	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades	Ameaças
<b>Economia e Turismo (Intervenção 6.4 e 7.5)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Existência de “saber fazer” tradicional no ramo alimentar e não-alimentar</li> <li>- Crescente diversificação da produção primária e indústria</li> <li>- Fabricação local de produtos típicos, valorizados pela qualidade e carácter diferenciador (confeitaria, espirituosas, chá, etc.)</li> <li>- Indústrias alimentares, bebidas e tabaco consolidadas na região</li> <li>- Artesanato rico e diversificado, com utilização de recursos endógenos</li> <li>- Crescente valorização do meio rural como ambiente privilegiado para o desenvolvimento de atividades turísticas e de lazer</li> <li>- Turismo Cultural</li> <li>- Natureza e cultura únicas</li> <li>- Turismo de natureza/sustentável</li> <li>- Melhoria da rede de acessibilidades e comunicação</li> <li>- Aposta forte na promoção do destino Açores, como destino de natureza único</li> <li>- Gastronomia</li> <li>- Biodiversidade/zonas classificadas</li> <li>- Reconhecimento nacional e internacional</li> <li>- Crescente utilização de TIC como meio privilegiado de comunicação, divulgação e interatividade turística</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Atividade económica pouco diversificada, economia muito dependente da agropecuária</li> <li>- Fraca diversificação da indústria, concentrando-se em setores alimentares, das bebidas e do tabaco</li> <li>- Lacunas nos circuitos e estruturas eficazes de divulgação, promoção e comercialização dos produtos</li> <li>- Fraca organização do setor do artesanato e promoção dos produtos artesanais</li> <li>- Dependência dos centros urbanos para aquisição de bens</li> <li>- Balança Comercial deficitária</li> <li>- Desaceleramento económico e poder de compra</li> <li>- Baixa densidade empresarial</li> <li>- Estrutura empresarial de pequena dimensão, constituída essencialmente por empresas familiares para resposta às necessidades da população local</li> <li>- Oferta reduzida de experiências de restauração, comércio, lazer e animação turística</li> <li>- Fraca cultura empreendedora e capacidade de inovação</li> <li>- Articulação insuficiente entre os setores da agricultura e do turismo</li> <li>- Moradias antigas desabitadas e potencial alojamento local</li> <li>- Sinalização de roteiros</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Utilização de recursos endógenos para o incremento de pequenas unidades de produção e venda de produtos locais</li> <li>- Diversificação da produção e comercialização</li> <li>- Fabricação e promoção de produtos típicos locais</li> <li>- Potencial de valorização e diferenciação, por via da qualidade e do "destino Açores"</li> <li>- Certificação e branding de produtos/serviços</li> <li>- Incentivos à criação de empresas e do próprio emprego</li> <li>- Aumento dos fluxos turísticos</li> <li>- Potencial turístico, natural e cultural</li> <li>- Procura crescente por experiências de carácter rural e turismo de natureza</li> <li>- Trilhos pedestres, empresas locais de animação</li> <li>- Oferta de experiências gastronómicas e de lazer únicas, numa abordagem integrada entre serviços e produtos locais</li> <li>- Articulação turismo-agricultura</li> <li>- Degradação das habitações rurais e potencial de conversão em alojamento local ou outros</li> <li>- Criação de pequenas infraestruturas com vista à promoção e divulgação turística</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Tendência para a concentração da oferta nos locais de maior dimensão</li> <li>- Fragmentação e marginalização dos pequenos mercados, dificuldades na obtenção de economias de escala e estabelecimento de fluxos e redes de comercialização</li> <li>- Distância dos restantes mercados regionais, nacionais e europeus</li> <li>- Tendência para a desertificação humana nas zonas rurais e envelhecimento da população local</li> <li>- Progressivo decréscimo de emprego no setor agrícola (dada a mecanização agrícola e redução da necessidade de mão-de-obra)</li> </ul>

Domínios Temáticos	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades	Ameaças
<b>Serviços e Infraestruturas de Apoio à Comunidade Local (Intervenção 7.2 e 7.4)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Investimentos realizados nos últimos anos na melhoria dos serviços sociais e de proximidade</li> <li>- Crescente valorização dos serviços de proximidade para com a comunidade local</li> <li>- Incremento da oferta de respostas sociais à população e serviços de apoio à comunidade local</li> <li>- Aumento da valorização social das redes de parcerias</li> <li>- Incremento da consciencialização da população e tomada de medidas para promover o envelhecimento ativo</li> <li>- Papel fundamental das associações recreativas locais desempenham na dinamização das comunidades rurais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Necessidade de completar a oferta de equipamentos sociais e serviços de proximidade</li> <li>- Insuficiência de infraestruturas e serviços de apoio a idosos, associada à elevada taxa de envelhecimento</li> <li>- Dificuldade de fixação de recursos humanos qualificados nos meios rurais, fomentada pela falta de emprego e de atividades de ocupação de tempos livres</li> <li>- Aumento do desemprego na área agrícola e reduzido nível de habilitação dos recursos humanos</li> <li>- Elevada taxa de analfabetismo e de abandono precoce de educação e formação</li> <li>- Especial incidência de fenómenos de pobreza e exclusão social em determinadas zonas rurais</li> <li>- Tendência para a desertificação das camadas mais jovens</li> <li>- Isolamento de pessoas idosas e pessoas com deficiência</li> <li>- Acesso a Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Investimento público em pequenas infraestruturas, sinalização, informação e dinamização turística</li> <li>- Introdução de soluções inovadoras de promoção e divulgação turística, incluindo TIC</li> <li>- Completar a oferta de equipamentos sociais com vista à resposta das necessidades locais e fomento da fixação da população nos meios rurais</li> <li>- Completar a oferta de serviços de apoio à infância</li> <li>- Completar a oferta de serviços e espaços para dinamização de atividades de tempos livres e ocupação de crianças e jovens</li> <li>- Aumentar a inclusão social ativa dos grupos sociais vulneráveis, através de intervenções de proximidade eficazes</li> <li>- Aumentar a qualidade de vida dos idosos e pessoas dependentes, oferecendo soluções de proximidade, nomeadamente, serviços itinerantes que combatam o isolamento de indivíduos dependentes</li> <li>- Serviços de promoção do bem-estar social e físico</li> <li>- Apoio e promoção de atividades culturais e recreativas no combate à exclusão social</li> <li>- Promover a utilização das TIC como veículo facilitador e de integração</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Decrescente fixação da população nos meios rurais e fraca densidade</li> <li>- Desertificação das zonas rurais e consequente isolamento dos idosos e diminuição da interação intergeracional</li> <li>- Crescente desemprego no setor agrícola e desinteresse dos jovens no setor</li> <li>- Aumento do número de famílias dependentes de apoios sociais</li> <li>- Desequilíbrios na distribuição territorial de equipamentos sociais</li> <li>- Aumento das situações de exclusão social, pobreza e marginalização</li> </ul>
	<b>Património Cultural e Natural (Intervenção 7.6)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Património natural e cultural diferenciado</li> <li>- Biodiversidade</li> <li>- Áreas classificadas e reconhecidas nacional e internacionalmente</li> <li>- Património arquitetónico tradicional variado e único</li> <li>- Património como alavanca económica e do turismo</li> <li>- Rede de centros ambientais e infraestruturas de interpretação e fruição</li> <li>- Património cultural rico, atividades e práticas tradicionais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Constrangimentos financeiros das entidades para a promoção e valorização do património cultural e natural</li> <li>- Condições deficitárias, em alguns locais, para a fruição e visitação de pontos de elevado interesse natural ou cultural</li> <li>- Degradação do património arquitetónico</li> <li>- Lacunas na oferta de espaços para a valorização do património e ambiente, em determinados locais</li> <li>- Limitada consciencialização da população, incluindo a população agrícola, para as questões do ambiente e preservação dos recursos e património natural</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Valorização e promoção da identidade cultural e histórica da Região</li> <li>- Recursos patrimoniais como veículo potenciador do turismo</li> <li>- Recuperação e conservação de pontos de interesse e acervos naturais e culturais</li> <li>- Completar a rede de infraestruturas de conservação e valorização do património</li> <li>- Reconversão de espaços/edifícios para a valorização do património e ambiente</li> <li>- Apoio e promoção das atividades culturais e de animação tradicionais</li> <li>- Sensibilização ambiental e de preservação do património</li> </ul>

### 3.1. Síntese das Potencialidades do Território

Com base no diagnóstico realizado e tendo em consideração as prioridades estabelecidas para o Desenvolvimento Rural para o período 2014-2020, constata-se que o território de intervenção da ASDEPR, constituído por cinco concelhos da ilha de São Miguel, designadamente Lagoa, Nordeste, Povoação, Ribeira Grande e Vila Franca do Campo, apresenta diversas potencialidades nos diversos domínios temáticos.

A atividade económica dos cinco concelhos da área de intervenção poderá ser potenciada, de uma forma geral, através da utilização de recursos endógenos para o incremento de pequenas unidades de produção e venda local dado o carácter inovador e a qualidade dos produtos típicos fabricados nestes locais, na área da confeitaria, das bebidas espirituosas, de chá, bem como do artesanato, entre outros.

O turismo na Região Autónoma dos Açores é um setor emergente com grande potencial de crescimento, para o qual contribuíram a crescente promoção do destino Açores como destino de natureza único e a liberalização do espaço aéreo no primeiro quadrimestre de 2015. Neste sentido, verifica-se que nos concelhos da área de intervenção, a crescente valorização do meio rural como ambiente privilegiado para o desenvolvimento de atividades turísticas e de lazer potencia a procura por experiências de carácter rural e turismo de natureza, numa ótica de sinergia entre o património natural e cultural e a utilização dos recursos endógenos e a criação de novos produtos e serviços ou desenvolvimento dos existentes.

Poderá, ainda, potenciar-se a conversão de habitações rurais degradadas em alojamento local ou outras modalidades de alojamento turístico, promovendo o turismo rural, articulando-o com a agricultura nestas zonas e a produção de produtos típicos locais.

Na mesma ótica de criação de sinergias e complementaridades na oferta, o território de intervenção é reconhecido pela sua gastronomia e património natural e cultural, devendo os mesmos ser potenciados através da oferta de experiências gastronómicas e de lazer únicas, numa abordagem integrada entre serviços e produtos locais, através da promoção e reconhecimento destes produtos.

Ainda no domínio do turismo, as tecnologias de informação e comunicação serão uma ferramenta fulcral de promoção e divulgação turística das zonas rurais devendo, para tal, serem introduzidas soluções inovadoras que potenciem a dinâmica turística nestas zonas.

A criação de empresas de economia social ou de micro empresas poderá ser potenciadora da dinamização destes produtos/serviços locais junto do turismo e dos residentes locais. Esta oferta tem de passar por uma promoção integrada dos produtos/serviços locais através da criação de sinergias com empresas turísticas.

Efetivamente, o património cultural e natural do território é diferenciado, existindo áreas classificadas e reconhecidas nacional e internacionalmente, havendo necessidade de valorizar e promover a identidade cultural e histórica da Região. Dado o património ser uma alavanca económica e turística, existe necessidade de apostar na recuperação e conservação de pontos de interesse e acervos naturais e culturais, bem como na sensibilização ambiental e preservação do ambiente.

O património cultural do território de intervenção é muito rico, existindo atividades e práticas que são tradicionais e que desempenham um papel fundamental no bem-estar da população, devendo ser apoiadas e promovidas atividades culturais e de animação tradicionais, promovendo desta forma a integração na sociedade, a promoção da cultura local e o potencial de desenvolvimento do mesmo que serve de suporte a esta atividade.

O território de intervenção da ASDEPR é caracterizado pela existência de uma rede de centros ambientais e de infraestruturas de interpretação e fruição, existentes nos vários concelhos, devendo, no entanto ser completada a rede de infraestruturas de conservação e valorização do património, bem como a reconversão de espaços/edifícios para a valorização do património e do ambiente.

Na esfera social, concretamente no domínio dos serviços e infraestruturas de apoio à comunidade local, destacam-se os investimentos realizados nos últimos anos na melhoria dos serviços sociais e de proximidade, havendo necessidade de completar a oferta social com vista à resposta das necessidades locais em prol do bem-estar da população residente e como forma de fixá-la nas zonas rurais.

Salienta-se o papel fundamental que as associações recreativas e outras entidades locais desempenham na dinamização das comunidades rurais, com intuito de contribuir para a promoção da qualidade de vida e de bem-estar, havendo necessidade de promover o aumento da inclusão social ativa dos grupos sociais vulneráveis, bem como a melhoria da qualidade de vida dos idosos e pessoas dependentes, respetivamente através de intervenções de proximidade eficazes e de serviços itinerantes que combatam o isolamento de indivíduos dependentes. Deverão, ainda, ser apoiadas e fomentadas as atividades culturais e recreativas como veículos promotores da inclusão social.

Poderão, ainda, ser desenvolvidas sinergias entre a esfera económica e social, através do desenvolvimento de ações de promoção e divulgação do património cultural e natural por grupos locais de ação social, com o intuito de integrar socialmente o público mais vulnerável.

Dada a existência de zonas do território de intervenção da ASDEPR cuja taxa de natalidade é superior à taxa regional, torna-se necessário completar a oferta de serviços e de infraestruturas de apoio à infância. Esta complementaridade deverá ser realizada em articulação com as entidades governamentais.

Relativamente às tecnologias de informação e comunicação, e dada a existência de algumas infraestruturas não distribuídas uniformemente no território de intervenção da ASDEPR, torna-se necessário potenciar a utilização das TIC por parte da população residente, por forma a combater a infoexclusão e promover a integração da sociedade local e da informação.

Efetivamente, na esfera económica conclui-se que há grande potencial para o desenvolvimento das atividades económicas nas zonas rurais, sobretudo capitalizando o património natural e cultural e os recursos endógenos para a criação e desenvolvimento da oferta de produtos e serviços. Assim, a sustentabilidade económica das zonas rurais, depende, em grande parte, da capacidade de maximizar as potencialidades e recuperar/promover o património natural e cultural. A geração de emprego e riqueza nas zonas rurais, por sua vez, terá um impacto muito positivo na esfera social, contribuindo para o combate aos fenómenos da pobreza e desertificação. Ainda, a melhoria da qualidade de vida das populações

depende também de intervenções sociais de proximidade eficazes, havendo a necessidade de reforçar a rede de infraestruturas e serviços sociais com o objetivo de desenvolver uma sociedade coesa e inclusiva.

## 4 Objetivos e Estratégia

### 4.1 Descrição da Estratégia de Desenvolvimento

A Estratégia 2020 define as estratégias e condições necessárias para obter um crescimento mais inteligente, sustentável e inclusivo. A estratégia para os Açores assenta, de igual modo, nestas três prioridades que se reforçam mutuamente e visam atingir níveis elevados de emprego, de produtividade e de coesão social. Ainda, e considerando as assimetrias regionais existentes e as potencialidades específicas de cada território, a aplicação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento rege-se por uma territorialização das políticas, sendo também enfatizado o princípio da subsidiariedade.

Os Grupos de Ação Local (GAL), por proximidade e pelo conhecimento da realidade local e envolvimento com as comunidades e *stakeholders* locais, desempenham um papel fundamental na qualificação, dinamização e animação dos espaços rurais.

A visão da ASDEPR centra-se na melhoria da qualidade de vida nas zonas rurais, nos cinco concelhos de intervenção, assente em três pilares estratégicos: diversificação da economia e turismo, combate à pobreza e exclusão social e valorização do património natural e cultural.

O desenvolvimento de uma estratégia concertada que vise a maximização das potencialidades e a supressão das dificuldades, nos cinco concelhos que compõem o território de intervenção da ASDEPR, focar-se-á no desenvolvimento da atividade económica e do turismo, criação de emprego e aumento da capacidade de resposta às necessidades sociais.

O fomento do empreendedorismo e a criação de condições para o impulsionamento e diversificação da atividade empresarial, sobretudo através da capitalização de recursos endógenos, naturais e culturais, e do potencial turístico destas zonas, apresentam-se como vetores de geração de emprego e riqueza.

Efetivamente, a decrescente necessidade de mão-de-obra na agropecuária e o desemprego que assola estas zonas têm vindo a contribuir para a desertificação por parte dos jovens e o aumento da pobreza e exclusão social, com especial incidência em algumas zonas. Atualmente, a atividade económica depende sobretudo da agropecuária e, em algumas zonas, é complementada pela indústria agroalimentar.

O tecido empresarial é essencialmente constituído por empresas familiares para resposta às necessidades da população local.

A diversificação da atividade empresarial é fundamental para o desenvolvimento económico e sustentável das zonas rurais, aliada à geração de emprego e riqueza e ativada pela articulação entre as potencialidades existentes e a criação de novos serviços.

Sendo o turismo um setor com elevado potencial de crescimento, a dinamização da economia local e do turismo rural/de natureza, associados à promoção e valorização do património natural e cultural e à diversificação das atividades não agrícolas, são vetores-chave da estratégia da ASDEPR.

Efetivamente, as zonas rurais da área de intervenção, contemplam, nos vários concelhos, um património natural e cultural rico e distinto, que lhes confere uma identidade única, refletindo-se nas paisagens naturais e culturais únicas, património arquitetónico e nas suas tradições e manifestações culturais.

O potencial económico e turístico, natural e cultural, das zonas rurais será potenciado através de investimentos que visem criar as condições necessárias ao desenvolvimento empresarial e diversificação da oferta e à promoção de atividades turísticas. Efetivamente, há um foco para a criação de novas unidades económicas/empresas orientadas para o aproveitamento dos recursos endógenos e transformação de produtos agrícolas e para a diversificação de serviços e produtos orientados para o fomento da oferta turística ou atividades conexas (como sejam, restauração, comércio, alojamento e animação turística).

Assim, o turismo e lazer são vetores essenciais para a competitividade e dinamização, na generalidade dos concelhos de intervenção, com geração de riqueza, potenciando o desenvolvimento de outras atividades conexas e o emprego.

Em linha com a promoção de uma vivência e experiências ricas e distintas nas zonas rurais, a valorização do património natural e cultural, anteriormente referida, apresentam-se como vetor estratégico para a sustentabilidade e competitividade destas zonas. Esta valorização será promovida, por um lado, através de ações que visem a preservação da natureza e do património arquitetónico; e por outro, através do incentivo às práticas, costumes e tradições culturais.

Os três pilares estratégicos reforçam-se mutuamente, sendo que os impactos económicos positivos gerados pela diversificação das atividades, incluindo o turismo, refletem-se numa sociedade mais coesa e inclusiva, combatendo a pobreza e a exclusão social associadas às zonas de menor densidade populacional e atividade económica. No âmbito da promoção de uma sociedade coesa e inclusiva, foi identificada a necessidade de criação de melhores condições para a fixação da população na área de intervenção, o combate à desertificação nos vários concelhos, nomeadamente através do reforço da rede de equipamentos e serviços de proximidade, especialmente de carácter social.

Assim, o incentivo ao investimento em equipamentos e serviços de apoio à comunidade local torna-se essencial para a promoção da integração social dos principais grupos vulneráveis, como sejam crianças, jovens, deficientes e idosos. Será, de igual modo, promovida a eficiência energética das infraestruturas a criar, visando a sustentabilidade ambiental.

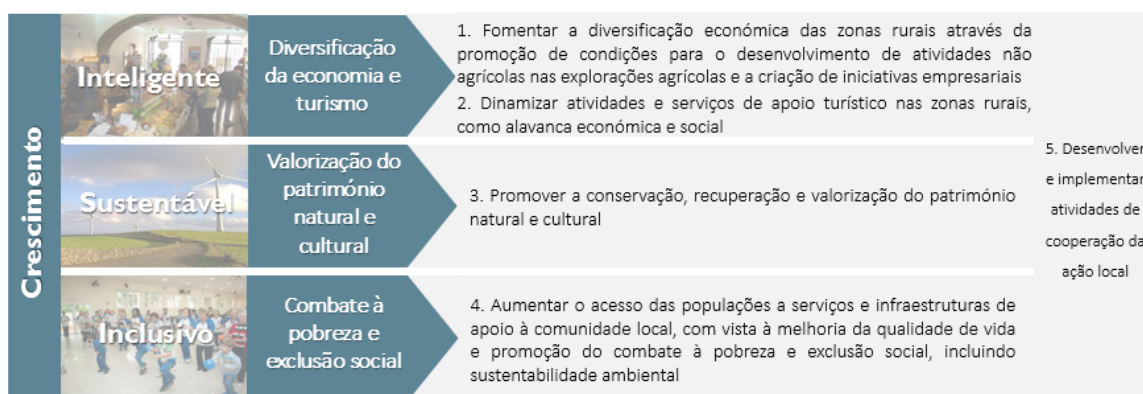
Ainda na esfera social, os serviços de animação cultural e recreativa de base local desempenham um papel fundamental na dinamização das comunidades rurais como promotores da melhoria da qualidade de vida e bem-estar social. No entanto, os constrangimentos financeiros destas entidades limitam muitas vezes o seu potencial de atuação. Assim, o apoio à dinamização da animação cultural e recreativa apresenta-se como um vetor fundamental de inclusão social.

Ainda, as tecnologias da informação e comunicação desempenham, hoje em dia, um papel fundamental e transversal nas sociedades modernas. Existe, no entanto, um desfazamento evidente entre os níveis de utilização das mesmas nos centros urbanos e nas zonas rurais. Assim, será fomentada a utilização das TIC em dois âmbitos distintos: económico e social. Assim, no âmbito económico, as TIC serão uma alavanca à promoção e divulgação turística das zonas rurais; e na esfera social, as TIC são, por si só, um veículo estimulante da integração plena dos cidadãos na sociedade, pelo que a sua utilização será fomentada através da criação de condições para a sua utilização.

Por fim, a promoção e valorização dos territórios rurais açorianos passa também pela cooperação interterritorial, preferentemente a nível regional e pela cooperação transnacional com territórios rurais no espaço europeu e países terceiros, potenciando estratégias e projetos conjuntos de desenvolvimento local, impulsionando a execução de planos em diferentes áreas e criando sinergias entre as suas complementaridades e heterogeneidades para a criação de novas oportunidades de desenvolvimento. Foram definidas como áreas temáticas a privilegiar os circuitos de abastecimento curtos, a valorização e promoção dos produtos locais, o turismo ativo de qualidade e a sensibilização ambiental. A nível da cooperação transnacional foram definidos como países terceiros a privilegiar os E.U.A., o Canadá e Cabo Verde.

Em linha com a estratégia de desenvolvimento rural preconizada no PRORURAL+, e especificamente na abordagem ao desenvolvimento local das zonas rurais promovido pelos GAL (Medida 19), delinearam-se os seguintes objetivos estratégicos:

1. Fomentar a diversificação económica das zonas rurais através da promoção de condições para o desenvolvimento de atividades não agrícolas nas explorações agrícolas e a criação de iniciativas empresariais;
2. Aumentar o acesso das populações a serviços e infraestruturas de apoio à comunidade local, com vista à melhoria da qualidade de vida e promoção do combate à pobreza e exclusão social, incluindo sustentabilidade ambiental;
3. Dinamizar atividades e serviços de apoio turístico nas zonas rurais, como alavanca para que estas zonas se tornem atrativas para quem lá vive e para quem as visita;
4. Promover a conservação, recuperação e valorização do património natural e cultural;
5. Desenvolver e implementar atividades de cooperação da ação local.



## 4.2 Objetivos Estratégicos e Objetivos Específicos

Com base no diagnóstico do território de intervenção (concelhos de Lagoa, Nordeste, Povoação, Ribeira Grande e Vila Franca do Campo), foram elaborados os objetivos estratégicos e específicos, tendo em consideração, de uma forma global, as intervenções nos vários concelhos.

Os cinco objetivos estratégicos da ASDEPR com vista à melhoria da qualidade de vida nas zonas rurais, através da promoção de um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, desagregam-se em objetivos específicos. Estes estão estrategicamente alinhados com os objetivos e intervenções previstas nas Submedidas 19.2 e 19.3 do PRORURAL+, para o desenvolvimento local através da atuação dos Grupos de Ação Local.

**Tabela 64. Objetivos Estratégicos e Objetivos Específicos**

	Objetivos Específicos	Medida 19 PRORURAL+	
Objetivos Estratégicos	1. Fomentar a diversificação económica das zonas rurais através da promoção de condições para o desenvolvimento de atividades não agrícolas nas explorações agrícolas e a criação de iniciativas empresariais	1.1 Fomentar a criação e desenvolvimento de atividades não agrícolas, por agricultor ou membro do seu agregado familiar 1.2 Fomentar a criação e desenvolvimento de micro e pequenas empresas	<i>Submedida 19.2 Intervenção 6.4</i>
	2. Aumentar o acesso das populações a serviços e infraestruturas de apoio à comunidade local, com vista à melhoria da qualidade de vida e promoção do combate à pobreza e exclusão social, incluindo sustentabilidade ambiental	2.1 Melhoria das infraestruturas e dos equipamentos sociais e serviços de apoio à comunidade local	<i>Submedida 19.2 Intervenção 7.2/7.4</i>
	3. Dinamizar atividades e serviços de apoio turístico nas zonas rurais, como alavanca económica e social	3.1 Promover o investimento em infraestruturas de lazer e turísticas, criação de centros de informação turística e sinalização de pontos de interesse turístico	<i>Submedida 19.2 Intervenção 7.5</i>
	4. Promover a conservação, recuperação e valorização do património natural e cultural	4.1 Promover a recuperação e a conservação do património natural e cultural nas zonas rurais e a sensibilização para a sustentabilidade ambiental	<i>Submedida 19.2 Intervenção 7.6</i>
	5. Desenvolver e implementar atividades de cooperação da ação local	5.1 Cooperação Interterritorial 5.2 Cooperação Transnacional	<i>Submedida 19.3</i>

## 4.3 Coerência e Compatibilidade de Plano com o Plano Regional e Nacional

### 4.3.1 Fundos Comunitários FEEL e Outros Instrumentos de Financiamento na Região Autónoma dos Açores

A Estratégia da Europa 2020 revê o modelo de crescimento europeu e define as condições necessárias para obter um tipo diferente de crescimento: um crescimento mais inteligente, sustentável e inclusivo. Estas três prioridades deverão ajudar a União Europeia e os Estados-Membros a atingir níveis elevados de emprego, de produtividade e de coesão social.

Os fundos estruturais serão, entre 2014 e 2020, o instrumento essencial de apoio ao desenvolvimento do País e à correção das assimetrias regionais que ainda persistem.

Em conformidade com a estratégia europeia para o período 2014–2020, a intervenção dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEL) coordenar-se-á por uma lógica de intervenção organizada em torno de quatro domínios temáticos: *Competitividade e Internacionalização*, *Inclusão Social e Emprego*, *Capital Humano*, *Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos*, decompostos em 11 objetivos temáticos (OT) e duas dimensões de natureza transversal: *Reforma da Administração Pública* e *Territorialização das Políticas* – Programas Operacionais Regionais – com vista à redução das assimetrias regionais e consideração das suas potencialidades específicas.

		Domínios transversais	
		Abordagem territorial	Reforma da Administração Pública
Domínios temáticos	<i>Competitividade e Internacionalização</i>	OT 1. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação OT 2. Melhorar o acesso às tecnologias da informação e da comunicação, bem como a sua utilização e qualidade OT 3. Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas e dos sectores agrícola (para o FEADER), das pescas e da aquicultura (para o FEAMP) OT 7. Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas OT 11. Reforçar a capacidade institucional e uma administração pública eficiente	
	<i>Inclusão Social e Emprego</i>	OT 8. Promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral OT 9. Promover a inclusão social e combater a pobreza	
	<i>Capital Humano</i>	OT 10. Investir no ensino, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida	
	<i>Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos</i>	OT 4. Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os sectores OT 5. Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos OT 6. Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos	

Fonte: Acordo de Parceria Portugal 2020, Julho 2014

O Acordo de Parceria abrange cinco fundos: Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), Fundo Social Europeu (FSE), Fundo de Coesão (FC), Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) e Fundo Europeu para os Assuntos Marítimos e as Pescas (FEAMP). Estes FEEI repartem-se pelos onze Objetivos Temáticos, conforme ilustra a tabela seguinte.

O total dos FEEI para o período 2014–2020 é de 25.632,0 milhões de euros.

**Tabela 65. Acordo de Parceria Portugal 2020- Distribuição dos FEEI**

Unid.: M€

Objetivos Temáticos / FEEI	FEDER	FSE	FC	FEADER	FEAMP	Total	%
OT 1. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação	2.328,8					2.328,80	9,1%
OT 2. Melhorar o acesso às tecnologias da informação e da comunicação, bem como a sua utilização e qualidade	294,6					294,6	1,1%
OT 3. Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas e dos sectores agrícola (para o FEADER), das pescas e da aquicultura (para o FEAMP)	4.509,80			1.285,7	214,2	6.009,7	23,4%
OT 4. Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os sectores	833,1		757	391,2	11	1.992,3	7,8%
OT 5. Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos	31,8		401,2	757,2		1.190,3	4,6%
OT 6. Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos	791		1.045,00	1.115,1	106,8	3.057,90	11,9%
OT 7. Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas	236,1		609			845,1	3,3%
OT 8. Promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral	152	1.692,0		22,6	37	1.903,7	7,4%
OT 9. Promover a inclusão social e combater a pobreza	529,8	1.630,8		409		2.569,6	10,0%
OT 10. Investir no ensino, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida	481,5	3.845,8				4.327,3	16,9%
OT 11. Reforçar a capacidade institucional e uma administração pública eficiente		249,7				249,7	1,0%
Assistência Técnica	468,9	128,3	49,5	77	23,5	747,1	2,9%
RUP	115,7					115,7	0,5%
<b>Total</b>	<b>10.773,20</b>	<b>7.546,50</b>	<b>2.861,70</b>	<b>4.057,80</b>	<b>392,5</b>	<b>25.632,00</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Acordo de Parceria Portugal 2020, Julho 2014

A aplicação e alocação dos FEEI no território português subdivide-se em:

- /// 4 Programas Operacionais Temáticos no Continente: Competitividade e Internacionalização, Inclusão Social e Emprego, Capital Humano e Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos
- /// 5 Programas Operacionais Regionais no Continente: Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve
- /// 2 Programas Regionais nas Regiões Autónomas: Açores (**Programa Operacional Açores 2020**) e Madeira
- /// 3 Programas de Desenvolvimento Rural: Continente, Açores (**PRORURAL+**) e Madeira
- /// 1 Programa para o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP)
- /// 1 Programa Operacional de Assistência

Deste modo, e em linha com a Estratégia da Europa 2020 e com base no documento nacional Acordo de Parceira de Portugal 2020, a implementação dos FEEL na Região Autónoma dos Açores gere-se por três documentos programáticos:

Programa	FEEL	Contribuição UE	Contrapartida Nacional	Total
Programa Operacional para a Região Autónoma dos Açores, para o período de programação 2014 – 2020 ( <b>PO AÇORES 2020</b> )	FEDER e FSE	1.139.752.011	255.085.705	1.394.837.716
Programa de Desenvolvimento Rural para a Região Autónoma dos Açores 2014-2020 ( <b>PRORURAL +</b> )	FEADER	295.282.051	45.204.815	340.486.866
Programa Operacional Mar 2020 (todo o território nacional)	FEAMP	*	*	*

\*Aguarda-se legislação

A prossecução das estratégias de desenvolvimento local poderá ser baseada numa complementaridade de FEEL e outros instrumentos de financiamento na Região. A dotação financeira global do PO AÇORES 2020 é de 1,395 mil milhões de euros (comunitários e nacionais), dos quais 42,1% serão alocados à promoção de uma sociedade equilibrada e inclusiva com oportunidades de realização e 30,8% à promoção económica e da competitividade da Região. No âmbito do PRORURAL+, na Medida 19 - Apoio ao desenvolvimento local de base comunitária (DLBC) LEADER, prevê-se um valor total de Despesa Pública de aproximadamente 22,4 milhões de euros (comunitários e nacionais).

Considerando as ações elegíveis para financiamento através da Submedida 19.2 Apoio à realização de operações no âmbito da estratégia de desenvolvimento promovido pelas comunidades locais, a ser implementadas pelos GAL no âmbito das estratégias de desenvolvimento local, estas poderão ser potencialmente elegíveis ao FEADER e ao FEDER, numa ótica de complementaridade e não sobreposição de fundos.

### PRORURAL+

O Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores 2014-2020 (PRORURAL+) define as prioridades de investimento para a aplicação de aproximadamente 340 milhões de euros (295 milhões de euros provenientes do orçamento da União Europeia e 45 milhões de euros de cofinanciamento nacional) para o período 2014-2020.

O objetivo principal é aumentar a sustentabilidade do setor agroflorestal, aumentando a competitividade da produção agrícola local e reforçando, simultaneamente, a preservação e a restauração do ambiente e das paisagens tradicionais. Visa apoiar investimentos na modernização e reestruturação de cerca de 1.000 explorações agrícolas e a formação de cerca de 1.700 pessoas. No que se refere à gestão dos recursos naturais, visa sujeitar a contratos de aperfeiçoamento da gestão e/ou prevenção da erosão dos solos 70.000 hectares. Cerca de 6,6% dos fundos serão canalizados para iniciativas locais (M19 - Apoio ao desenvolvimento local de base comunitária (DLBC) LEADER), tendo em vista a criação de 80 novos postos de trabalho e a elevação das condições de vida da população rural. O PRORURAL+ subdivide-se em 19 submedidas, conforme ilustra o quadro abaixo.

Tabela 66. Dotação financeira por medida do PRORURAL+

Unid: €

Medida	Contribuição UE	Contrapartida Nacional	Total	%
M01 - Transferência de conhecimentos e ações de informação	3.200.000	564.706	3.764.706	1,1%
M02 - Serviços de aconselhamento e serviços de gestão agrícola e de substituição nas explorações agrícolas	2.450.000	432.353	2.882.353	0,8%
M03 - Regimes de qualidade para os produtos agrícolas e os géneros alimentícios	800.000	141.176	941.176	0,3%
M04 - Investimentos em ativos físicos	110.000.000	17.802.100	127.802.100	37,5%
M05 - Restabelecimento do potencial de produção agrícola afetado por catástrofes naturais e acontecimentos catastróficos e introdução de medidas de prevenção adequadas	600.000	105.882	705.882	0,2%
M06 - Desenvolvimento das explorações agrícolas e das empresas	7.000.000	1.235.294	8.235.294	2,4%
M08 - Investimentos no desenvolvimento das zonas florestais e na melhoria da viabilidade das florestas	14.659.051	2.586.891	17.245.942	5,1%
M09 - Criação de agrupamentos e organizações de produtores	1.800.000	317.647	2.117.647	0,6%
M10 - Agroambiente e clima	55.596.504	9.811.148	65.407.652	19,2%
M11 - Agricultura biológica	450.000	79.412	529.412	0,2%
M12 - Pagamentos a título da Natura 2000 e da Diretiva-Quadro da Água	33.500	5.912	39.412	0,0%
M13 - Pagamentos relativos a zonas sujeitas a condicionantes naturais ou outras condicionantes específicas	62.000.000	8.117.647	70.117.647	20,6%
M15 - Serviços silvoambientais e climáticos e conservação das florestas	866.500	152.912	1.019.412	0,3%
M16 - Cooperação	3.200.000	564.706	3.764.706	1,1%
M17 - Gestão de riscos	2.000.000	352.941	2.352.941	0,7%
M19 - Apoio ao desenvolvimento local de base comunitária	19.079.640	3.366.995	22.446.635	6,6%
M20 - Assistência técnica Estados-Membros	2.500.000	441.176	2.941.176	0,9%
M113 - Reforma antecipada	9.046.856	1.596.504	10.643.360	3,1%
<b>Total</b>	<b>295.282.051</b>	<b>45.204.815</b>	<b>340.486.866</b>	<b>100,0%</b>

No âmbito da Medida 19 – Apoio ao desenvolvimento local de base comunitária, prevê-se os seguintes apoios, no total de 22,45 milhões de euros (19,08 milhões de euros FEADER e 3,37 milhões de euros ORAA):

/// 19.1 - Apoio Preparatório

/// 19.2 – Apoio à realização de operações no âmbito da estratégia de desenvolvimento promovido pelas comunidades locais

- Intervenção 6.4 - Investimento na criação e no desenvolvimento de atividades não agrícolas
- Intervenção 7.2 - Investimento em infraestruturas de pequena escala, incluindo energias renováveis e economia de energia
- Intervenção 7.4 - Investimento em serviços básicos locais;
- Intervenção 7.5 - Investimentos em infraestruturas de lazer e turísticas e informações turísticas
- Intervenção 7.6 - Investimentos associados ao património cultural e natural e ações de sensibilização ambiental

/// 19.3 - Elaboração e Implementação de atividades de cooperação da ação local

- Cooperação Interterritorial
- Cooperação Transnacional

/// 19.4 - Apoio aos custos operacionais e de animação

- Custos de Funcionamento
- Aquisição de Competências, Animação e Promoção

## PO AÇORES 2020

O Programa Operacional para os Açores (PO AÇORES 2020) é participado pelos fundos estruturais comunitários FEDER e FSE, para o período de programação 2014-2020, com execução na Região Autónoma dos Açores. Em concordância com as principais linhas de orientação da Estratégia Europeia 2020 e do Acordo de Parceria Nacional, o PO AÇORES 2020 divide-se em 11 Objetivos Temáticos, Alocação Específica para a Ultraperiferia e Assistência Técnica.

A estratégia definida no PO AÇORES 2020 baseia-se numa visão estratégica apoiada num conjunto de prioridades de investimento, otimizando os financiamentos comunitários e respetivas elegibilidades dos fundos estruturais FEDER e FSE, no âmbito do crescimento inteligente, da inclusão social e do emprego e da sustentabilidade, em sintonia com as linhas orientadoras da Estratégia Europa 2020. A estratégia regional assenta em quatro pilares estratégicos:

Pilares Estratégicos do PO AÇORES 2020	Objetivos Temáticos	%
Base económica de exportação dinâmica e alargada	1,3,11	32,6%
Conetividade, mobilidade e logística para a competitividade	3	10,4%
Sociedade equilibrada e inclusiva com oportunidades de realização	8,9,10	44,5%
Território, paisagem e vivência distintiva	4,5,6	12,5%

\*Não inclui dotações de Assistência Técnica e Alocação Específica para a Ultraperiferia.

Detalha-se por objetivos temáticos a distribuição da dotação total do PO AÇORES 2020.

**Tabela 67. Distribuição da dotação financeira do PO AÇORES 2020 por objetivo temático**

Unid.: Euros

Objetivos Temáticos	FEEI	Contribuição UE	Contrapartida Nacional	Total	%
OT 1. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação	FEDER	48.700.000	10.661.345	59.361.345	4,3%
OT 2. Melhorar o acesso às tecnologias da informação e da comunicação, bem como a sua utilização e qualidade	FEDER	12.000.000	2.117.648	14.117.648	1,0%
OT 3. Reforçar a competitividade das PME	FEDER	270.578.500	97.054.655	367.633.155	26,4%
OT 4. Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores	FEDER	48.735.000	11.180.548	59.915.548	4,3%
OT 5. Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos	FEDER	31.800.000	5.611.765	37.411.765	2,7%
OT 6. Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos	FEDER	57.313.500	10.114.148	67.427.648	4,8%
OT 7. Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas	FEDER	105.000.000	18.529.412	123.529.412	8,9%
OT 8. Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores	FSE	97.795.011	17.257.944	115.052.955	8,2%
OT 9. Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação	FEDER	83.500.000	14.735.295	98.235.295	7,0%
	FSE	88.900.000	15.688.236	104.588.236	7,5%
OT 10. Investir na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida	FEDER	102.400.000	18.070.589	120.470.589	8,6%
	FSE	126.000.000	22.235.295	148.235.295	10,6%

OT 11. Reforçar a capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e a eficiência da administração pública	FSE	2.030.000	358.236	2.388.236	0,2%
Alocação Específica para a Ultraperiferia	FEDER	57.500.000	10.147.059	67.647.059	4,8%
Assistência Técnica	FEDER	7.500.000	1.323.530	8.823.530	0,6%
<b>Total</b>		<b>1.139.752.011</b>	<b>255.085.705</b>	<b>1.394.837.716</b>	<b>100%</b>

### 4.3.2 Articulação e Integração com Outros Instrumentos de Política

#### Complementaridade entre o programa PRORURAL+ (Submedida 19.2) e o PO AÇORES 2020

As estratégias nacional e regional enfatizam o Princípio da Subsidiariedade, segundo o qual as decisões em concreto deverão ser tomadas pelo nível de Poder mais indicado para garantir a máxima eficácia em concreto dessa mesma decisão; existindo competências que, por proximidade, podem ser mais eficazes ao nível dos municípios e organismos locais, designadamente a área social que, por proximidade e pelo conhecimento da realidade local, poderá ser mais eficaz.

Considerando as ações elegíveis para financiamento através da Submedida 19.2 – Apoio à realização de operações no âmbito da estratégia de desenvolvimento promovido pelas comunidades locais, a ser implementadas pelos GAL no âmbito das estratégias de desenvolvimento local, procedeu-se à análise dos objetivos temáticos e prioridades de investimento do PO AÇORES 2020 relevantes no âmbito da promoção do desenvolvimento local e apoio à população local, numa ótica de complementaridade (e não duplicação de fundos).

#### OT 2. Melhorar o acesso às tecnologias da informação e da comunicação, bem como a sua utilização e qualidade

**Prioridade de Investimento 2.3** *Reforço das aplicações no domínio das TIC para a administração em linha, a aprendizagem em linha, a ciberinclusão, a cultura eletrónica e a saúde em linha*

**Exemplo de Ações a apoiar:** rede de espaços vocacionados para o uso e desenvolvimento das TIC, de forma a contribuir para a integração plena dos cidadãos na sociedade e combate à infoexclusão, dirigido a jovens, cidadãos portadores de deficiência e cidadãos com necessidades educativas especiais.

**Beneficiários:** Administração Pública Regional e Local e outras entidades públicas.

#### OT 3. Reforçar a competitividade das PME / COMPETIR+

No PO AÇORES estão previstos apoios com vista ao reforço da competitividade das PME (OT 3), traduzidos no Sistema de Incentivos COMPETIR+. Este sistema é composto por 7 subsistemas, onde se inclui:

##### **Empreendedorismo Qualificado e Criativo**

Empreende Jovem: projetos de investimento entre 10.000€ e 300.000€, promovidos por jovens (18 a 35/45 anos, se gozou de licença de parentalidade) que visam a criação de empresas nas CAE definidas, nas áreas da Indústria, Restauração e similares e Serviços, ou projetos que visem a instalação de meios de alojamento nas vertentes de turismo no espaço rural, turismo de habitação, ou outros e atividades de animação turística. A taxa base de Incentivo Não Reembolsável (INR) é de 40%, acrescendo possíveis majorações.

### **Desenvolvimento Local**

Apoio a projetos de instalação, modernização, remodelação, beneficiação ou ampliação com investimento superior a 15.000€, nas áreas da Indústria ou Serviços (até 500.000€) e projetos de modernização, remodelação, beneficiação ou ampliação, com investimento superior a 15.000€ nas áreas de Serviços (até 100.000€), Comércio (até 300.000€), Restauração e similares (até 200.000€). Para projetos até 300.000€ na ilha de São Miguel, a taxa base de INR é de 30%, acrescentando possíveis majorações e de 15% para investimentos superiores a 300.000€, aos quais poderá acrescer incentivo reembolsável de 25%.

Este subsistema apoia, ainda, projetos, promovidos por micro e pequenas empresas, de instalação, modernização, remodelação, beneficiação ou ampliação nas áreas da Indústria, Serviços, Comércio, Restauração e similares, com investimentos entre 2.500€ e 15.000€, sendo a taxa base de INR de 40%.

### **Fomento da Base Económica de Exportação**

No âmbito do Turismo, este subsistema apoia projetos com investimento superior a 15.000€, promovidos por empresas, que visem a instalação de meios de alojamento nas vertentes de turismo no espaço rural ou de habitação; a instalação e a beneficiação de empreendimentos turísticos que possuam instalações termais; a instalação e ampliação de outros empreendimentos turísticos que sejam reconhecidos como projetos inovadores, diversificadores ou qualificadores da oferta turística. Apoia, ainda, a instalação, ampliação ou beneficiação de estabelecimentos de restauração e similares, campos de golfe, parques temáticos, e a remodelação e beneficiação das unidades dos empreendimentos turísticos existentes, valorizando aspetos e características que lhes confirmam uma identidade própria no contexto da oferta turística regional. Estão, de igual modo, contempladas atividades de animação turística incluídas no Decreto-Lei n.º 108/2009, de 15 de maio, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 95/2013, de 19 de julho. Para a ilha de São Miguel, a taxa base de INR é de 30%, acrescentando possíveis majorações, aos quais poderá acrescer incentivo reembolsável de 25%.

Este subsistema prevê, ainda, apoios a projetos, com investimento até 5.000€, não geradores de receitas diretas, que sejam desenvolvidos por empresas do setor do turismo e que visem ações de promoção turística, cujo interesse seja previamente reconhecido. Para a ilha de São Miguel, a taxa base de INR é de 50%.

## **OT 4. Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores**

**Prioridade de Investimento 4.2** - *Promoção da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nas empresas*

**Exemplo de Ações a apoiar:** planos e auditorias energéticas, substituição de equipamentos para gestão energética em edifícios de serviços, produção de energia através de fontes renováveis para autoconsumo.

**Beneficiários:** Empresas, IPSS, Organismos que implementam instrumento financeiro ou fundo dos fundos.

**Prioridade de Investimento 4.3** - *Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação (social)*

**Exemplo de Ações a apoiar:** planos e auditorias energéticas, reabilitação energética de edifícios públicos, equipamentos de eficiência energética e ações de informação e divulgação.

**Beneficiários:** Institutos, Empresas, Administração Pública Regional e Local e outras entidades públicas, Organismo que implementa o instrumento financeiro ou fundo dos fundos.

## OT 6. Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos

**Prioridade de Investimento 6.1** - *Investimento no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo da União em matéria de ambiente e para satisfazer as necessidades de investimento que excedam esses requisitos, identificadas pelos Estados-Membros*

**Exemplo de Ações a apoiar:** promoção da divulgação de informação e da sensibilização da população para a prevenção na fonte e para a valorização de resíduos, principalmente junto da população escolar.

**Beneficiários:** Administração Pública e outras entidades públicas.

**Prioridade de Investimento 6.3** - *Promover o património natural e cultural, com especial interesse na consolidação da imagem da Região*

**Exemplo de Ações a apoiar:** criação de condições para a fruição e visitação de pontos de elevado interesse natural ou cultural; informação e sensibilização em matéria de valorização, promoção e preservação dos valores patrimoniais naturais; sensibilização, educação e qualificação dirigidos aos diversos setores de atividades do espaço rural e marítimo; recuperação e valorização do património exclusivamente público arquitetónico e cultural; expansão, remodelação ou reabilitação de infraestruturas culturais; recuperação e promoção de acervos culturais, ligados à história e cultura regional, das manifestações e dos usos e costumes próprios e distintivos; promoção de eventos de índole cultural, de iniciativa pública, com enquadramento em estratégia de promoção turística.

**Beneficiários:** Administração Pública e outras entidades públicas.

## OT 9. Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação

**Prioridade de Investimento 9.3** - *A luta contra todas as formas de discriminação e promoção da igualdade de oportunidades*

**Exemplo de Ações a apoiar:** campanhas de sensibilização para a promoção da inclusão destinada a minorias, comportamentos aditivos, dependências e problemáticas associadas; promoção e proteção das crianças; prevenção e combate à violência doméstica e promoção da igualdade de oportunidades e combate às discriminações.

**Beneficiários:** Administração Regional, Institutos públicos, IPSS e Entidades formadoras certificadas

**Prioridade de Investimento 9.4** - *Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral*

**Exemplo de Ações a apoiar:** projetos de intervenção social para promoção da inclusão de crianças e jovens, idosos, pessoas com deficiência e públicos em situação de grave exclusão social.

**Beneficiários:** Administração Regional, Institutos públicos

**Prioridade de Investimento 9.5** - *A promoção do empreendedorismo social e da integração profissional nas empresas sociais e da economia social e solidária para facilitar o acesso ao emprego*

**Exemplo de Ações a apoiar:** ações de capacitação de dirigentes e colaboradores das entidades da economia social; apoios à criação e modernização de empresas sociais.

**Beneficiários:** Administração Regional, Institutos públicos, IPSS, Empresas sociais

**Prioridade de Investimento 9.7** - *Investimento na saúde e nas infraestruturas sociais*

**Exemplo de Ações a apoiar:** criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio à infância e juventude (jardins de infância e creches), família e comunidade (centros de acolhimento para pessoas carenciadas e sem abrigo); idosos (centros de Convívio, centros de Dia e centros de Noite); e públicos com Necessidades Especiais (CAO).

**Beneficiários:** Administração Pública Regional e Local, Institutos, Empresas e Associações públicas, Entidades públicas e privadas sem fins lucrativos.

Assim, considerando os vários OT do PO Açores 2020, apresentados anteriormente, poderá existir uma sobreposição de apoios com o PRORURAL+ (Submedida 19.2), pelo que se deve seguir uma estratégia de complementaridade, apoiando pequenos projetos, em atividades não agrícolas (ex: pequenas unidades de transformação; alojamento local; projetos de economia social; atividades de carácter social para crianças, jovens, idosos e pessoas com deficiência; ações de sensibilização ambiental; animação turística). A estratégia de complementaridade do PRORURAL+ em relação ao PO Açores 2020 passará pela definição das prioridades em termos de objetivos e metas a atingir no PRORURAL+.

Existem ainda outros apoios, fora do âmbito dos documentos programáticos de aplicação dos FEEL na Região Autónoma dos Açores, que visam fomentar o desenvolvimento económico e social, conforme a seguir se apresentam, considerando a sua complementaridade com o PRORURAL+ (Submedida 19.2).

### **Complementaridade entre o programa PRORURAL+ (Submedida 19.2) e os Apoios à Exportação**

No âmbito do Sistema de Apoio à Promoção de Produtos Açorianos, o Governo Regional dos Açores, apoia as despesas relacionadas com o escoamento de produtos, a comercialização de produtos e a promoção de produtos. É dada maior participação aos produtos regionais com certificação “Indicação Geográfica Protegida-IGP”, “Denominação de Origem Protegida – DOP”, “Denominação de Origem Controlada – DOC” e “Artesanato dos Açores”.

Os apoios no âmbito do PRORURAL+ (Submedida 19.2), embora não se sobrepondo aos apoios à exportação, poderão ser complementares ao desenvolvimento de projetos de comercialização e exportação de produtos agrícolas locais, nomeadamente no que se refere aos apoios para a produção de *branding* e de materiais de divulgação e promoção.

### **Complementaridade do programa PRORURAL+ (Submedida 19.2) e os Apoios ao Artesanato**

Os artesãos podem recorrer aos apoios no âmbito do SIDART – Sistema de Incentivos ao Desenvolvimento do Artesanato dos Açores, o qual tem como objetivos promover o desenvolvimento sustentável da atividade artesanal no âmbito da economia regional, dignificar a carreira profissional do artesão e valorizar o património cultural da Região. São suscetíveis de apoio os projetos nos seguintes domínios: formação; projetos de dinamização do setor artesanal, tais como participação em Feiras ou exposições; projetos de investimento em unidades produtivas artesanais; e projetos de qualificação e inovação do produto artesanal.

O PRORURAL+ (Submedida 19.2) apoia o desenvolvimento do artesanato, como atividade económica não agrícola, bem como tendo em conta o interesse na preservação das culturas e tradições locais. Deste modo, poderão ser apoiados os artesãos devidamente reconhecidos pelo Centro Regional de Apoio ao Artesanato.

### **Complementaridade do programa PRORURAL+ (Submedida 19.2) e o Código da Ação Social dos Açores**

O sistema de ação social na Região Autónoma dos Açores rege-se pela proximidade aos indivíduos, famílias e grupos, pela sua qualificação e integração na comunidade, pela contratualização e responsabilização, pela

modelação não cumulativa das ações de intervenção social, pela desburocratização e eficiência, pela valorização de parcerias e pelo estímulo ao voluntariado social.

O Decreto Legislativo Regional n.º 16/2012/A, de 4 de abril aprova o Código da Ação Social dos Açores (CASA), incluindo a definição de critérios de elaboração de contratos de cooperação com as IPSS e outras instituições sem fins lucrativos.

Os contratos de cooperação podem ser de três tipologias, conforme o seu objeto:

/// Contrato de cooperação — valor cliente: apoios à prestação de serviços no âmbito de uma determinada resposta social, assegurada pelas instituições a um conjunto de clientes, através de um serviço ou equipamento de apoio social;

/// Contrato de cooperação — valor investimento: apoio à construção, aquisição, adaptação, melhoramento, remodelação ou apetrechamento de bens móveis e imóveis, com a finalidade última da instituição prestar, por si ou em parceria com outra instituição ou entidade pública ou privada, serviços a clientes no âmbito de uma determinada resposta social;

/// Contrato de cooperação — valor eventual: apoio a necessidades específicas das instituições, conexas com a respetiva resposta social, que revistam carácter excecional, imprevisível e urgente, não suscetíveis de enquadramento noutros contratos de cooperação.

Poderá existir uma sobreposição de apoios no âmbito de desenvolvimento de projetos por entidades de carácter social, pelo que o PRORURAL+ (Submedida 19.2), deve seguir uma estratégia de complementaridade, apoiando pequenos projetos de carácter social para crianças, jovens, idosos e pessoas com deficiência e público desfavorecido, tendo em conta as necessidades que forem devidamente identificadas pelas entidades competentes. Deste modo, poderão ser apoiados projetos que envolvam aquisição de equipamentos, viaturas e obras de remodelação / beneficiação de edifícios, sempre de acordo com a estratégia de desenvolvimento local do território de intervenção.

### **Complementaridade do programa PRORURAL+ (Submedida 19.2) e os apoios às atividades culturais**

O Regime Jurídico de Apoios a Atividades Culturais (RJAAC), foi criado pelo Decreto Legislativo Regional nº 29/2006/A, de 8 de Agosto, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional nº 9/2014/A, de 3 de Julho. Os apoios destinam-se aos agentes, individuais ou coletivos, regionais, nacionais ou estrangeiros, que desenvolvam atividades culturais consideradas de relevante interesse para a Região, nomeadamente:

/// Projetos culturais, assentes em programas ou iniciativas anuais ou bianuais, com interesse relevante para a preservação, valorização, promoção e divulgação cultural da Região, nas áreas artísticas de:

- Audiovisual e multimédia: produção nas áreas de cinema, vídeo e multimédia;
- Artes performativas: música, dança, teatro, expressões artísticas tradicionais;
- Artes visuais: pintura, escultura, desenho, gravura, ilustração, fotografia;
- Património cultural: estudos, divulgação, promoção;
- Outros eventos: realização de colóquios, seminários, feiras, festivais, workshops;
- Programas interdisciplinares.

/// Aquisição, remodelação, beneficiação, ampliação ou construção de infraestruturas destinadas a atividades culturais;

/// Aquisição de instrumentos musicais e respetivo material consumível, conservação, manutenção e reparação de instrumentos musicais, aquisição de fardamento, aquisição e recuperação de trajes e de repertório por coletividades, destinados à realização de projetos culturais;

/// Custos de edição de obras culturais.

As modalidades de apoio são contratos de cooperação técnica e financeira, contratos de financiamento, Protocolos, subsídios e bolsas de estudo, de formação e de criação.

Por outro lado, o Programa Regional de Apoio às Sociedades Recreativas e Filarmónicas da Região Autónoma dos Açores (SOREFIL), criado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 3/2014/A de 14 de fevereiro de 2014, visa apoiar a atividade das bandas musicais das sociedades recreativas e filarmónicas, regulamentado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 22/2014/A, de 12 de dezembro de 2014.

Os apoios são concedidos através de contratos de financiamento para a aquisição de instrumentos musicais, fardamento utilizado, aquisição de repertório e apoio à conservação, manutenção e reparação de instrumentos musicais.

Deste modo, considerando a política de apoio às atividades culturais nos Açores, o PRORURAL+ (Submedida 19.2), poderá ser um complemento no apoio a projetos de preservação e recuperação de práticas e tradições culturais (ex: recuperação de património edificado; preservação do património cultural; aquisição de vestuário e instrumentos musicais por filarmónicas, grupos folclóricos e/ou de cantares tradicionais).

### **Complementaridade do programa PRORURAL+ (Submedida 19.2) e o PROENERGIA**

Considerando a preocupação pela eficiência energética e o aproveitamento dos recursos naturais e endógenos, nos Açores existe o programa PROENERGIA, criado pelo Decreto Legislativo Regional nº 27/2012/A, de 22 de junho, que estabelece o sistema de incentivos à produção de energia a partir de fontes renováveis da Região Autónoma dos Açores. Apoiar projetos que envolvam investimentos na exploração de recursos energéticos renováveis para microprodução de energia elétrica ou calorífica utilizando recursos endógenos e investimentos na utilização do recurso solar térmico e bombas de calor para produção de águas quentes. Os promotores devem ser PME, cooperativas, IPSS, associações sem fins lucrativos, pessoas singulares e condomínios.

O investimento mínimo é de 1.000,00 euros, sendo consideradas despesas elegíveis a aquisição e montagem dos equipamentos essenciais à realização do projeto e a adaptação de instalações, incluindo a adaptação ao cumprimento de normas ambientais e de segurança, até um limite de 10 % do investimento elegível. Quando exista sistema de certificação aplicável, apenas são elegíveis despesas incorridas com a aquisição e montagem de equipamentos certificados e instalados por técnico qualificado.

O incentivo não reembolsável mínimo é de 25%, e, conforme o projeto, o máximo do incentivo varia entre 1.500 e 4.000 euros por fogo ou estabelecimento.

O PRORURAL+ (Submedida 19.2) deverá ser um programa complementar ao PROENERGIA, no apoio a pequenos projetos de eficiência energética, em sistema de aquecimento de águas quentes e sistema de micro produção energética.

#### 4.4 Descrição do processo de envolvimento das comunidades no desenvolvimento da estratégia

Para a elaboração da Estratégia de Desenvolvimento Local, foram envolvidas entidades públicas (Direção Regional da Solidariedade e Segurança Social, Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia), bem como entidades privadas (IPSS, Associações, cooperativas, etc.), entre os quais todos os associados da ASDEPR, através de questionários e entrevistas, com intuito de recolher as opiniões sobre a caracterização da situação atual e das ações a desenvolver nas diversas zonas rurais, tendo em consideração as necessidades de intervenção nas áreas Económica, Social, Turismo e Informação Turística, Património Cultural e Natural e Preservação do Ambiente. Por outro lado, foram realizadas reuniões da equipa de trabalho com a Direção e Técnicos da ASDEPR.

Apresentam-se a seguir, de forma resumida, as principais conclusões obtidas, por áreas de intervenção da Submedida 19.2 – Apoio à realização de operações no âmbito da estratégia de desenvolvimento promovido pelas comunidades locais, do PRORURAL+.

Considerando a situação económica do território de intervenção da ASDEPR, após análise da informação recolhida das entrevistas realizadas e reuniões mantidas, obtiveram-se diversas conclusões, as quais se apresentam na tabela que se segue.

Áreas Temáticas	Principais considerações dos <i>stakeholders</i> auscultados
<b>Economia</b>	Retardamento ou estagnação dos diversos setores de atividade embora com alguma retoma de crescimento nos setores industrial e turístico
	Elevada taxa de desemprego
	Reduzido investimento público e privado nas zonas rurais
	Liberalização do espaço aéreo como alavanca ao desenvolvimento da economia
	Desenvolvimento de novas atividades com aproveitamento de recursos endógenos (artesanato, restauração/gastronomia típica, promoção e comercialização dos produtos agrícolas, etc.)
	Potencialidades a desenvolver ao nível de Alojamento Local, em complemento ao Turismo em Espaço Rural
	Necessidade de uma maior cooperação económica entre as diversas localidades, entre as diversas ilhas e o exterior (outras ilhas, madeira, continente e outros países)
	Inexistentes ou insuficientes infraestruturas de tecnologias de comunicação e informação para a população e para as empresas (Internet, vídeo conferências, etc.)
<b>Social</b>	Baixa escolaridade da população
	Desemprego e Pobreza
	População rural envelhecida
	Insuficientes serviços de apoio social (redes de apoio a idosos, jovens e portadores de deficiência, etc.)
	Insuficientes equipamentos sociais, não sendo possível dar resposta às necessidades das populações (Creches, CATL, viaturas de apoio ao domicílio, Centros de convívio para idosos)
<b>Turismo e Informação Turística</b>	Carência de sinalização turística para roteiros turísticos, trilhos pedestres, turismo de natureza, etc.
	Necessidade de melhorar a rede de transportes públicos terrestres entre zonas urbanas e rurais (Informação sobre horários, etc.)
	Carência de aproveitamento de recursos endógenos (paisagens, praias, lagoas, parques naturais, etc.)
	Carência de atividades de animação turística
<b>Cultura</b>	Conservação, beneficiação e divulgação de museus, roteiros históricos temáticos, igrejas e património religioso
	Preservação e recuperação das culturas e tradições (bandas filarmónicas, grupos de folclore, artesanato, gastronomia, etc.)
	Conservação e divulgação do património histórico edificado, com necessidades de recuperação, com potencialidades de adaptação e aproveitamento para o desenvolvimento de outras funções
<b>Ambiente</b>	Sensibilização da população local para a preservação ambiental

Áreas Temáticas	Principais considerações dos <i>stakeholders</i> auscultados
	Promoção e preservação dos recursos naturais (praias, lagoas, parques naturais, etc.)

#### 4.5 Plano de ação e investimento

A EDL a executar no período de 2015 a 2020, conta com um orçamento global de FEADER de 3.391.637,00€, correspondendo a uma despesa pública total de 3.990.161,18€. Este valor corresponde a 94% da dotação do FEADER a atribuir à ASDEPR, de acordo com as regras estabelecidas no Anexo III da Portaria n.º 72/2015, de 12 de junho.

Considerando que a taxa de comparticipação de algumas ações não é de 100%, adicionando a despesa privada estima-se que o custo total das ações ascenda a 4.995.419,74€ (Tabela 68).

Prevê-se que em 2019, e tendo em conta a execução a 31 de dezembro de 2018, a ASDEPR venha a receber uma reserva de desempenho correspondente aos restantes 6% da dotação a atribuir à ASDEPR.

Considerando a dotação atribuída à ASDEPR, será tida em conta uma repartição equitativa pelos cinco concelhos do Território de Intervenção da ASDEPR, embora possa ser gerida com flexibilidade no decorrer da execução da EDL.

No decorrer do período de programação, os objetivos serão sempre respeitados. As ações a realizar e as verbas afetas têm um valor indicativo.

No que respeita à repartição das verbas por tipologia de intervenção, foi tido em conta o critério de repartição das verbas pelos pilares estratégicos no âmbito do PO Açores 2020, reforçando, no entanto, as verbas a atribuir às Intervenções 6.4 e 7.4 em detrimento da 7.2, conforme ilustra o quadro seguinte.

Pilares Estratégicos PO Açores 2020		%
a	Base económica de exportação dinâmica e alargada	32,6%
b	Conetividade, mobilidade e logística para a competitividade	10,4%
c	Sociedade equilibrada e inclusiva com oportunidades de realização	44,5%
d	Território, paisagem e vivência distintiva	12,5%
		100,0%

Medidas de Intervenção PRORURAL+ (Submedida 19.2)		%
a	Intervenção 6.4 - Investimento na Criação e no Desenvolvimento de Atividades não agrícolas	36,1%
c	Intervenção 7.2 - Investimento em Infraestruturas de pequena escala, incluindo energias renováveis e economia de energia	18,0%
c	Intervenção 7.4 - Investimentos em Serviços Básicos Locais	23,0%
b	Intervenção 7.5 - Investimento em Infraestruturas de lazer e turísticas e informações turísticas	10,4%
d	Intervenção 7.6 - Investimentos associados ao património cultural e natural e ações de sensibilização ambiental	12,5%
		100,0%

A tabela seguinte esquematiza a dotação total e por intervenção, detalhando as despesas públicas e privadas previstas, bem como o custo total (Tabela 68).

**Tabela 68. Dotação Orçamental, Total e por Intervenção (€)**

Dotação Orçamental	Despesa Pública	FEADER	ORAA	Despesa Privada	Custo Total	Taxas de Participação	
	(1)=(2)+(3)	(2)	(3)	(4)	(5)=(1)+(4)	(6)=(1)/(5)	(7)=(2)/(5)
<b>19.2 - Melhoria da qualidade de vida nas zonas rurais</b>	<b>3.990.161,18</b>	<b>3.391.637,00</b>	<b>598.524,18</b>	<b>1.005.258,56</b>	<b>4.995.419,74</b>	<b>80%</b>	<b>68%</b>
<b>Intervenção 6.4</b> Investimento na Criação e no Desenvolvimento de Atividades não agrícolas	1.440.448,19	1.224.380,96	216.067,23	775.625,95	2.216.074,14	65%	55%
<b>Intervenção 7.2</b> Investimento em infraestruturas de pequena escala, incluindo energias renováveis e economia de energia	718.229,01	610.494,66	107.734,35	79.803,22	798.032,23	90%	77%
<b>Intervenção 7.4</b> Investimentos em Serviços Básicos Locais	917.737,07	780.076,51	137.660,56	48.301,95	966.039,02	95%	81%
<b>Intervenção 7.5</b> Investimento em infraestruturas de lazer e turísticas e informações turísticas	414.976,76	352.730,25	62.246,51	46.108,53	461.085,29	90%	77%
<b>Intervenção 7.6</b> Investimentos associados ao património cultural e natural e ações de sensibilização ambiental	498.770,15	423.954,63	74.815,52	55.418,91	554.189,06	90%	76%

Na tabela 69 apresenta-se a distribuição anual prevista da dotação orçamental total.

**Tabela 69. Plano Financeiro e Orçamento - Dotação Total por anos (€)**

Dotação Total	Despesa Pública	FEADER	ORAA	Despesa Privada	Custo Total
	(1)=(2)+(3)	(2)	(3)	(4)	(5)=(1)+(4)
2015	362.741,93	308.330,64	54.411,29	91.387,14	454.129,07
2016	775.483,85	659.161,27	116.322,58	195.371,00	970.854,85
2017	775.483,85	659.161,27	116.322,58	195.371,00	970.854,85
2018	775.483,85	659.161,27	116.322,58	195.371,00	970.854,85
2019	650.483,85	552.911,27	97.572,58	163.879,21	814.363,06
2020	650.483,85	552.911,27	97.572,58	163.879,21	814.363,06
<b>Total EDL</b>	<b>3.990.161,18</b>	<b>3.391.637,00</b>	<b>598.524,18</b>	<b>1.005.258,56</b>	<b>4.995.419,74</b>

Com base na elaboração dos Objetivos Estratégicos, foram especificadas as tipologias de ações a desenvolver, bem como os indicadores e as metas a atingir.

Para a concretização dos objetivos estratégicos, apresentam-se 9 tipologias de ações a desenvolver no âmbito do PRORURAL+, no que se refere à Submedida 19.2 – Apoio à realização de operações no âmbito da estratégia de desenvolvimento promovida pelas comunidades locais.

As tipologias de ações foram agrupadas tendo em conta as intervenções previstas no programa PRORURAL+, de uma forma global para os cinco concelhos do Território de Intervenção, conforme se apresenta a seguir resumidamente, bem como os respetivos indicadores e metas, conforme se apresenta na Tabela 76.

As taxas de apoio aplicáveis e montantes máximos e mínimos de investimento, para cada uma das intervenções, estão definidos na Tabela 77, em conformidade com a Portaria 97/2015 de 20 de julho.

### Intervenção 6.4 – Investimento na criação e no desenvolvimento de atividades não agrícolas

O fomento da diversificação económica e turística nas zonas rurais é fundamental para o desenvolvimento económico e sustentável das zonas rurais, prevendo-se apoiar projetos de investimento para a criação e desenvolvimento de unidades económicas/empresas nas mais diversas áreas, fomentando o empreendedorismo, o aproveitamento dos recursos endógenos e transformação de produtos agrícolas, e que vão ao encontro das lacunas ou escassez na oferta local, bem como para a diversificação de serviços e produtos orientados para o fomento da oferta turística ou atividades conexas (como sejam, restauração e similares, comércio, alojamento e animação turística).

Estima-se apoiar 28 iniciativas empresariais, no montante de investimento total de 2.216.074,14 €.

Foram estimados criar 30 postos de trabalho.

Esta iniciativa será concretizada através das operações promovidas por agricultores ou membros do agregado familiar do agricultor e pessoas singulares ou coletivas de direito privado, que tenham enquadramento no conceito de micro ou pequena empresa.

Apresenta-se o plano financeiro anualizado para esta intervenção.

**Tabela 70. Plano financeiro - Intervenção 6.4 por anos (€)**

Intervenção	Anos	Despesa Pública	FEADER	ORAA	Despesa Privada	Custo Total	Taxas de Participação	
		(1)=(2)+(3)	(2)	(3)	(4)	(5)=(1)+(4)	(6)=(1)/(5)	(7)=(2)/(5)
6.4 - Investimento na Criação e no Desenvolvimento de Atividades não agrícolas	2015	130.949,84	111.307,36	19.642,48	70.511,45	201.461,29	65%	55%
	2016	279.949,67	237.957,22	41.992,45	150.742,13	430.691,80	65%	55%
	2017	279.949,67	237.957,22	41.992,45	150.742,13	430.691,80	65%	55%
	2018	279.949,67	237.957,22	41.992,45	150.742,13	430.691,80	65%	55%
	2019	234.824,67	199.600,97	35.223,70	126.444,05	361.268,72	65%	55%
	2020	234.824,67	199.600,97	35.223,70	126.444,05	361.268,72	65%	55%
	<b>Total</b>	<b>1.440.448,19</b>	<b>1.224.380,96</b>	<b>216.067,23</b>	<b>775.625,95</b>	<b>2.216.074,14</b>	<b>65%</b>	<b>55%</b>

## Intervenção 7.2 – Investimentos em infraestruturas de pequena escala, incluindo energias renováveis e economia de energia

Esta Intervenção tem como objetivo aumentar o acesso das populações a serviços que integram uma componente fundamental na construção da igualdade dos níveis de vida e na integração social.

Nesta intervenção prevê-se apoiar investimentos em infraestruturas de pequena escala com interesse para as comunidades locais, bem como investimentos em energias renováveis, com vista à disponibilização de serviços para as populações locais, nomeadamente espaços TIC, bibliotecas públicas, polidesportivos, centros sociais e recreativos, entre outros.

Prevê-se apoiar 12 projetos, no montante de investimento total de 798.032,23 €.

Estima-se criar 5 postos de trabalho.

Esta iniciativa será concretizada através das operações promovidas por autarquias locais, empresas municipais e qualquer pessoa coletiva de direito privado sem fins lucrativos.

Apresenta-se o plano financeiro anualizado para esta intervenção.

**Tabela 71. Plano financeiro - Intervenção 7.2 por anos (€)**

Intervenção	Anos	Despesa Pública	FEADER	ORAA	Despesa Privada	Custo Total	Taxas de Comparticipação	
		(1)=(2)+(3)	(2)	(3)	(4)	(5)=(1)+(4)	(6)=(1)/(5)	(7)=(2)/(5)
7.2 - Investimento em infraestruturas de pequena escala, incluindo energias renováveis e economia de energia	2015	65.293,55	55.499,52	9.794,03	7.254,84	72.548,39	90%	77%
	2016	139.587,09	118.649,03	20.938,06	15.509,68	155.096,77	90%	77%
	2017	139.587,09	118.649,03	20.938,06	15.509,68	155.096,77	90%	77%
	2018	139.587,09	118.649,03	20.938,06	15.509,68	155.096,77	90%	77%
	2019	117.087,09	99.524,03	17.563,06	13.009,68	130.096,77	90%	77%
	2020	117.087,09	99.524,03	17.563,06	13.009,68	130.096,77	90%	77%
	<b>Total</b>	<b>718.229,01</b>	<b>610.494,66</b>	<b>107.734,35</b>	<b>79.803,22</b>	<b>798.032,23</b>	<b>90%</b>	<b>77%</b>

## Intervenção 7.4 – Investimentos em serviços básicos locais

No âmbito do combate à pobreza e exclusão social pretende-se aumentar o acesso de grupos alvo da população em meio rural a serviços básicos e infraestruturas de apoio à comunidade local.

Estima-se apoiar 12 projetos nesta intervenção, com um investimento total de 966.039,02 €.

Prevê-se criar 10 postos de trabalho.

Esta iniciativa será concretizada através das operações promovidas por autarquias locais, empresas municipais e qualquer pessoa coletiva de direito privado sem fins lucrativos.

Apresenta-se o plano financeiro anualizado para esta intervenção.

**Tabela 72. Plano financeiro - Intervenção 7.4 por anos (€)**

Intervenção	Anos	Despesa Pública	FEADER	ORAA	Despesa Privada	Custo Total	Taxas de Comparticipação	
		(1)=(2)+(3)	(2)	(3)	(4)	(5)=(1)+(4)	(6)=(1)/(5)	(7)=(2)/(5)
7.4 - Investimentos em Serviços Básicos Locais	2015	83.430,64	70.916,05	12.514,60	4.391,09	87.821,73	95%	81%
	2016	178.361,29	151.607,09	26.754,19	9.387,44	187.748,72	95%	81%
	2017	178.361,29	151.607,09	26.754,19	9.387,44	187.748,72	95%	81%
	2018	178.361,29	151.607,09	26.754,19	9.387,44	187.748,72	95%	81%
	2019	149.611,29	127.169,59	22.441,69	7.874,28	157.485,56	95%	81%
	2020	149.611,29	127.169,59	22.441,69	7.874,28	157.485,56	95%	81%
	<b>Total</b>	<b>917.737,07</b>	<b>780.076,51</b>	<b>137.660,56</b>	<b>48.301,95</b>	<b>966.039,02</b>	<b>95%</b>	<b>81%</b>

### Intervenção 7.5 – Investimentos em infraestruturas de lazer e turísticas e informações turísticas

A dinamização das atividades e serviços turísticos nas zonas rurais desempenhará um papel de alavanca económica e social, prevendo-se apoiar projetos de criação e beneficiação de pequenas infraestruturas de lazer e turísticas, como sejam a implementação de rotas, construção/beneficiação de zonas de lazer, recuperação/beneficiação de trilhos e reforço da sinalética. Estão, ainda, previstas ações no âmbito da criação de centros de informação turística e o alargamento da rede de sinalização de pontos turísticos de interesse reconhecido e atividades de animação.

Estima-se apoiar 10 projetos, com criação de 4 postos de trabalho.

O orçamento previsto é de 461.085,29€ de investimento total.

Esta iniciativa será concretizada através das operações promovidas por autarquias locais, empresas municipais e qualquer pessoa coletiva de direito privado sem fins lucrativos.

Apresenta-se o plano financeiro anualizado para esta intervenção.

**Tabela 73. Plano financeiro - Intervenção 7.5 por anos (€)**

Intervenção	Anos	Despesa Pública	FEADER	ORAA	Despesa Privada	Custo Total	Taxas de Participação	
		(1)=(2)+(3)	(2)	(3)	(4)	(5)=(1)+(4)	(6)=(1)/(5)	(7)=(2)/(5)
7.5 - Investimento em infraestruturas de lazer e turísticas e informações turísticas	2015	37.725,16	32.066,39	5.658,77	4.191,68	41.916,85	90%	77%
	2016	80.650,32	68.552,77	12.097,55	8.961,15	89.611,47	90%	77%
	2017	80.650,32	68.552,77	12.097,55	8.961,15	89.611,47	90%	77%
	2018	80.650,32	68.552,77	12.097,55	8.961,15	89.611,47	90%	77%
	2019	67.650,32	57.502,77	10.147,55	7.516,70	75.167,02	90%	77%
	2020	67.650,32	57.502,77	10.147,55	7.516,70	75.167,02	90%	77%
	<b>Total</b>		<b>414.976,76</b>	<b>352.730,25</b>	<b>62.246,51</b>	<b>46.108,53</b>	<b>461.085,29</b>	<b>90%</b>

### Intervenção 7.6 – Investimentos associados ao património cultural e natural e ações de sensibilização ambiental

As zonas rurais contemplam um património arquitetónico, natural e cultural rico e distinto, visando-se a valorização através do apoio a projetos de preservação, recuperação e beneficiação do património rural, incluindo o património arquitetónico, bem como a recuperação e preservação do património cultural, através do incentivo às práticas, costumes e tradições culturais.

Estão, ainda, previstos apoios para a refuncionalização de edifícios tradicionais para atividades de valorização do património, bem como ações de sensibilização ambiental.

Estima-se apoiar 16 projetos, com criação de 2 postos de trabalho.

O orçamento previsto é de 554.189,06€ de investimento total.

Esta iniciativa será concretizada através das operações promovidas por autarquias locais, empresas municipais e qualquer pessoa coletiva de direito privado sem fins lucrativos.

Apresenta-se o plano financeiro anualizado para esta intervenção.

**Tabela 74. Plano financeiro - Intervenção 7.6 por anos (€)**

Intervenção	Anos	Despesa Pública	FEADER	ORAA	Despesa Privada	Custo Total	Taxas de Participação	
		(1)=(2)+(3)	(2)	(3)	(4)	(5)=(1)+(4)	(6)=(1)/(5)	(7)=(2)/(5)
7.6 - Investimentos associados ao património cultural e natural e ações de sensibilização ambiental	2015	45.342,74	38.541,33	6.801,41	5.038,08	50.380,82	90%	76%
	2016	96.935,48	82.395,16	14.540,32	10.770,61	107.706,09	90%	76%
	2017	96.935,48	82.395,16	14.540,32	10.770,61	107.706,09	90%	76%
	2018	96.935,48	82.395,16	14.540,32	10.770,61	107.706,09	90%	76%
	2019	81.310,48	69.113,91	12.196,57	9.034,50	90.344,98	90%	76%
	2020	81.310,48	69.113,91	12.196,57	9.034,50	90.344,98	90%	76%
	<b>Total</b>	<b>498.770,15</b>	<b>423.954,63</b>	<b>74.815,52</b>	<b>55.418,91</b>	<b>554.189,06</b>	<b>90%</b>	<b>76%</b>

A repartição da dotação alocada a cada intervenção (Despesa Pública: FEADER+ORAA) será realizada de forma equitativa pelos 5 concelhos do território de intervenção, conforme ilustra a Tabela 75.

**Tabela 75. Dotação (Despesa Pública) por Intervenção, por Concelho do TI (€)**

Concelhos / Medidas de Intervenção	Intervenção 6.4 - Investimento na Criação e no Desenvolvimento de Atividades não agrícolas	Intervenção 7.2 – Investimentos em infraestruturas de pequena escala, incluindo energias renováveis	Intervenção 7.4 – Investimentos em serviços básicos locais	Intervenção 7.5 – Investimentos em infraestruturas de lazer e turísticas e informações turísticas	Intervenção 7.6 – Investimentos associados ao património cultural e natural e ações de sensibilização ambiental	Despesa Pública Total (FEADER+ORAA)
<b>Despesa Pública</b>	<b>1.440.448,19</b>	<b>718.229,01</b>	<b>917.737,07</b>	<b>414.976,76</b>	<b>498.770,15</b>	<b>3.990.161,18</b>
Lagoa	288.089,64	143.645,80	183.547,41	82.995,35	99.754,03	798.032,24
Nordeste	288.089,64	143.645,80	183.547,41	82.995,35	99.754,03	798.032,24
Povoação	288.089,64	143.645,80	183.547,41	82.995,35	99.754,03	798.032,24
Ribeira Grande	288.089,64	143.645,80	183.547,41	82.995,35	99.754,03	798.032,24
Vila Franca do Campo	288.089,64	143.645,80	183.547,41	82.995,35	99.754,03	798.032,24

No decorrer do período de programação, pretende-se cumprir os objetivos previstos, com a concretização das ações previstas para cada medida de intervenção, embora a repartição das verbas por concelhos tenha um carácter indicativo.

Tabela 76. Tipologia de Ações a apoiar, Indicadores e Metas

Objetivos Estratégicos	Tipologia Ações	Indicadores		Meta 2023	Medida 19 PRORURAL+
		Tipologia	Indicador		
1. Fomentar a diversificação económica das zonas rurais através da promoção de condições para o desenvolvimento de atividades não agrícolas nas explorações agrícolas e a criação de iniciativas empresariais	1.1 Projetos de investimento para criação e desenvolvimento de atividades não agrícolas	Realização	Nº iniciativas empresariais	28	Submedida 19.2 Intervenção 6.4
		Realização	Novas Empresas	20%	
		Realização	Empresas existentes com novos produtos/serviços	50%	
		Realização	Iniciativas com sede na Exploração Agrícola	10%	
		Realização	Novas empresas criados por desempregados	10%	
		Realização	Projetos ligados ao Turismo	25%	
		Realização	Revitalização de Micro-produções	20%	
		Resultado	Nº de empregos criados	30	
		Realização	População rural da área de intervenção abrangida pela EDL (69870 residentes)	100%	
		Realização	Volume de Investimento	2.216.074,14€	
2. Aumentar o acesso das populações a serviços e infraestruturas de apoio à comunidade local, com vista à melhoria da qualidade de vida e promoção do combate à pobreza e exclusão social, incluindo sustentabilidade ambiental	2.1 Projetos de melhoria e apetrechamento de infraestruturas de pequena escala	Realização	Nº projetos apoiados	12	Submedida 19.2 Intervenção 7.2
		Realização	Projetos que incluem investimento em eficiência energética	20%	
		Realização	Projetos que incluem TIC	20%	
		Realização	População beneficiada do TI (6.987 residentes)	10%	
		Resultado	Nº de empregos criados	5	
		Realização	População rural da área de intervenção abrangida pela EDL (69870 residentes)	100%	
		Realização	Volume de Investimento	798.032,23€	
	2.2 Projetos de criação ou desenvolvimento de serviços básicos locais	Realização	Nº projetos apoiados	12	Submedida 19.2 Intervenção 7.4
		Realização	Projetos destinado a Crianças e Jovens	25%	
		Realização	Projetos destinado a Idosos	25%	
Realização		População beneficiada do TI (6.987 residentes)	10%		
Resultado		Nº de empregos criados	10		

Objetivos Estratégicos	Tipologia Ações	Indicadores		Meta 2023	Medida 19 PRORURAL+
		Tipologia	Indicador		
		Realização	População rural da área de intervenção abrangida pela EDL (69870 residentes)	100%	
		Realização	Volume de Investimento	966.039,02€	
3. Dinamizar atividades e serviços de apoio turístico nas zonas rurais, como alavanca económica e social	3.1 Projetos de criação e beneficiação de pequenas infraestruturas de lazer e turísticas, incluindo trilhos e sinalética	Realização	Nº projetos apoiados	10	Submedida 19.2 Intervenção 7.5
		Realização	Projetos Infraestruturas de Lazer	50%	
		Realização	Projetos trilhos apoiados	10%	
	3.2 Projetos de criação de centros de informação turística e sinalização de pontos turísticos de interesse reconhecido, e outros de divulgação e animação turística	Realização	Projetos de Criação de Centros Informação	10%	
		Realização	Projetos de Desenvolvimento/Promoção de Serviços Turísticos	50%	
		Resultado	Nº de empregos criados	4	
		Realização	População rural da área de intervenção abrangida pela EDL (69870 residentes)	100%	
Realização	Volume de Investimento	461.085,29€			
4. Promover a conservação, recuperação e valorização do património natural e cultural	4.1 Projetos de preservação, recuperação e beneficiação do património rural	Realização	Nº projetos apoiados	16	Submedida 19.2 Intervenção 7.6
		Realização	Recuperação Património Arquitetónico Tradicional	50%	
		Realização	Projetos de Sensibilização Ambiental	10%	
	4.2 Projetos de preservação e recuperação do património cultural, práticas e tradições culturais	Realização	Projetos de Recuperação e preservação de práticas e tradições culturais	75%	
		Resultado	Nº de empregos criados	2	
	4.3 Ações de sensibilização ambiental	Realização	População rural da área de intervenção abrangida pela EDL (69870 residentes)	100%	
		Realização	Volume de Investimento	554.189,06€	

**Tabela 77. Taxas de Apoio e Montantes Mínimos e Máximos de Investimento, por Intervenção**

Intervenção	Beneficiário	Taxa de Apoio (%)		Montantes de Investimento	
				mínimo	máximo
Intervenção 6.4 - Investimento na Criação e no Desenvolvimento de Atividades não agrícolas	Agricultores ou membros do agregado familiar do agricultor;	Sem criação de postos de trabalho	50	2.500,00 €	300.000,00 €
	Pessoa singular ou coletiva de direito privado, que tenham enquadramento no conceito de micro ou pequena empresa	Com criação de postos de trabalho	70	2.500,00 €	300.000,00 €
Intervenção 7.2 - Investimento em infraestruturas de pequena escala, incluindo energias renováveis e economia de energia	Pessoas coletivas de direito privado		80	2.500,00 €	300.000,00 €
Intervenção 7.4 - Investimentos em Serviços Básicos Locais	Câmaras Municipais		80	2.500,00 €	300.000,00 €
Intervenção 7.5 - Investimento em infraestruturas de lazer e turísticas e informações turísticas	Juntas de Freguesia		100	2.500,00 €	200.000,00 €
Intervenção 7.6 - Investimentos associados ao património cultural e natural e ações de sensibilização ambiental	Empresas Municipais		80	2.500,00 €	300.000,00 €
	IPSS/Projetos de cariz marcadamente social		100	2.500,00 €	200.000,00 €

## 4.6 Disposições de gestão e controlo da EDL

### 4.6.1 Dispositivos de participação dos parceiros na execução da EDL

A ASDEPR pretende assegurar a participação dos parceiros, quer no acompanhamento da execução da EDL e implementação da Submedida 19.2 do PRORURAL+, quer no processo de decisão através do Órgão de Gestão.

A ASDEPR conta com 21 associados, entre os quais 5 parceiros públicos, designadamente as Câmaras Municipais do Território de Intervenção, representadas no Órgão de Direção da ASDEPR.

A Assembleia Geral é composta pelos seus 21 associados, as cinco entidades públicas e dezassete entidades privadas, sendo estas, nomeadamente, entidades associativas de intervenção económica e social, com conhecimento da realidade dos cinco concelhos da área de intervenção.

Deste modo, as decisões de execução e gestão da EDL são tomadas tendo em conta a participação e aprovação pelos vários parceiros da ASDEPR, representativos dos cinco concelhos do Território de Intervenção.

A gestão e implementação de fundos comunitários são da competência da Assembleia Geral, Unidade de Gestão e Estrutura Técnica Local.

A Assembleia Geral é o órgão deliberativo do GAL, cujas principais funções são o acompanhamento e a avaliação da EDL.

Cabe à Assembleia Geral eleger e destituir os membros da Unidade de Gestão do GAL, assegurar a participação dos parceiros na implementação, no acompanhamento e na avaliação da estratégia definida, bem como a aprovar a EDL e respetivas alterações resultantes de reuniões, discussões participativas e da avaliação periódica dos progressos verificados, no sentido da realização dos objetivos específicos da EDL, com base nos documentos apresentados pela Unidade de Gestão. Ainda, é competência da Assembleia Geral aprovar e alterar o Manual de Procedimentos para os apoios a atribuir no âmbito dos programas comunitários, mediante proposta da Unidade de Gestão e propor à Autoridade de Gestão eventuais ajustamentos à EDL ou mesmo a sua revisão, com vista a atingir os seus objetivos ou a melhorar a sua gestão, incluindo a financeira. A Assembleia Geral aprova os relatórios de execução anual e final da EDL.

A Unidade de Gestão é o órgão executivo, nomeado e exonerado pela Assembleia Geral, competindo-lhe executar a EDL e informar os parceiros do GAL e a população local do impacto da implementação da EDL no território de intervenção.

É seu objetivo e competência garantir de forma eficiente e eficaz a dinamização e gestão da EDL apresentada, bem como decidir, com base nos pareceres emitidos pela ETL, sobre os pedidos de apoio apresentados a financiamento, em conformidade com os respetivos regulamentos de aplicação, de acordo com as orientações técnicas definidas pela Autoridade de Gestão e ainda com as normas internas definidas pela ASDEPR.

A Unidade de Gestão gere administrativa e financeiramente os fundos públicos colocados à sua disposição para financiamento de projetos, acompanha a execução da EDL definida e aprova o Manual de Procedimentos proposto pela ETL, garantindo que o mesmo incorpora as orientações técnicas da Autoridade de Gestão. Ainda, é sua competência elaborar e submeter à aprovação da Autoridade de Gestão as propostas de avisos de abertura de concurso, bem como aprovar os relatórios anuais de execução da EDL e submetê-los à Assembleia Geral.

A Unidade de Gestão irá garantir que os parceiros, representativos das principais forças do território, acompanham e participam na execução da EDL, através da realização de reuniões periódicas que promovam a apresentação, acompanhamento e discussão da evolução da execução da estratégia.

Além das reuniões periódicas previstas, poderão ser promovidas ações que envolvam os parceiros, comunidade e *stakeholders* na execução da EDL, como sejam:

- Reuniões periódicas com parceiros, por concelho e freguesia, para discussão e avaliação da estratégia e progresso da EDL, incluindo a adaptação e revisão da EDL se necessário;
- Reuniões e sessões de esclarecimento sobre as ações, medidas, incentivos ou outros relacionados com a execução da EDL, englobando os diversos parceiros por concelho e freguesia;
- Sessões de apresentação e esclarecimento aos parceiros, comunidades e *stakeholders* em todos os concelhos e freguesias sobre as ações, apresentação e enquadramento de projetos, avisos de concursos, elaboração candidaturas e pedidos de pagamento, ou outros relevantes;
- Divulgação e publicação, incluindo *online*, de informações relevantes, como sejam legislação aplicável, documentos necessários a candidatura, projetos aprovados.

#### 4.6.2 Organização do GAL para assegurar as atividades de animação e de acompanhamento da EDL

A ASDEPR pretende promover localmente a EDL, com o desenvolvimento de ações de divulgação e informação, para que a Submedida 19.2 do PRORURAL+ esteja acessível a todos os potenciais interessados.

As ações de animação e de acompanhamento previstas na EDL serão executadas pela equipa técnica sob orientação da Direção e da Unidade de Gestão e contarão com a participação dos parceiros do GAL.

Para publicitar a iniciativa, serão utilizados meios de comunicação locais através dos quais será dada a conhecer a estratégia, objetivos, regulamento e prazos de apresentação de candidaturas.

Deverão, igualmente, ser organizadas sessões de informação e divulgação por concelhos e freguesias, com o intuito de dinamizar as potencialidades locais através do envolvimento e participação da população para a apresentação de projetos.

Para as sessões de esclarecimento e outras ações públicas, será utilizado material informativo sobre o PRORURAL+ (LEADER), nomeadamente através da disponibilização de brochuras e desdobráveis.

Pretende-se publicar no *website* da ASDEPR toda a informação e documentação sobre o PRORURAL+, nomeadamente legislação, regulamentos, formulários de candidatura, informações e orientações de preenchimento dos formulários e formalização das candidaturas.

Pretende-se, ainda, disponibilizar *online* no *website* da ASDEPR, uma plataforma interativa através da qual será possível colocar questões, disponibilizando posteriormente a consulta às respostas de perguntas mais frequentes (FAQ's). Esta plataforma irá permitir que a ASDEPR desempenhe um papel mais interativo, prestando esclarecimentos mais adequados aos promotores e todos os interessados.

#### 4.6.3 Dispositivos técnico-administrativos para a análise e seleção dos projetos, assegurando a independência do seu posterior acompanhamento

Os procedimentos relativos à análise dos pedidos de apoio (PA) e de pagamento (PP) no âmbito da gestão intermédia de fundos comunitários são da responsabilidade da Estrutura Técnica Local e a sua decisão da Unidade de Gestão.

Na análise dos projetos, a ASDEPR irá assegurar a segregação de funções entre a análise do pedido de apoio e a análise do pedido de pagamento, dispondo para tal de um número suficiente de técnicos analistas, nomeadamente três técnicos, de modo a que o técnico que analisar uma candidatura não seja o mesmo que analisa o respetivo pedido de pagamento.

No processo de formalização das candidaturas, normalmente existe um primeiro contacto entre o potencial promotor e a ASDEPR, onde são referidas as informações necessárias para apresentação do pedido de apoio, nomeadamente os enquadramentos das candidaturas, despesas elegíveis e obrigações dos beneficiários e dos pedidos de apoio e critérios de seleção, bem como sobre o acesso eletrónico para o preenchimento do formulário de candidatura, as normas de procedimento e a documentação obrigatória a apresentar juntamente com o formulário.

A ETL procede ao controlo documental do processo de candidatura e, em caso de alguma inconformidade, o beneficiário é notificado, sendo interrompido o prazo para apreciação das candidaturas.

Após a entrega de toda a documentação, a ETL procede à emissão de parecer técnico com proposta de decisão fundamentada, tendo em conta o cumprimento dos critérios de elegibilidade do beneficiário e da operação, a análise da razoabilidade dos custos com o apuramento do montante total elegível, o nível de apoio a atribuir, o cruzamento de informação com outros fundos, os procedimentos de contratação pública (quando aplicável) e a pontuação atribuída aos critérios de seleção, podendo haver lugar a audiência prévia. Poderá realizar-se uma visita ao local onde será desenvolvido o projeto, se for o caso.

Na análise das candidaturas serão, em alguns casos, consultadas entidades governamentais das áreas respetivas de intervenção dos projetos.

Após análise das candidaturas, a proposta de decisão da ETL é remetida para a Unidade de Gestão que, com base nos pareceres e nos critérios de seleção, fará a sua apreciação e tomará a decisão de aprovar ou reprovar as candidaturas, devendo todas as decisões tomadas por este Órgão ser fundamentadas e assinadas pelos seus elementos.

A nível dos pedidos de pagamento, é feito o controlo administrativo da documentação entregue, através de uma *check-list*, o apuramento da despesa elegível e do montante a pagar.

Os acompanhamentos aos pedidos de pagamento são realizados, preferencialmente, um por pedido de pagamento, ou, pelo menos, um aquando do último pedido de pagamento.

A seguir apresentam-se os critérios de seleção definidos para cada uma das tipologias de intervenção.

### **PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA AOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO**

#### **Intervenção 6.4: Investimento na Criação e no Desenvolvimento de Atividades não Agrícolas**

$$P = 0,50 A + 0,50 B$$

Sendo que:

#### **P – Pontuação**

Pontuação total do pedido de apoio que traduz a soma ponderada dos critérios A e B.

Os projetos que não obtenham a pontuação igual ou superior a 50 pontos são indeferidos.

#### **A – Nível de adequação à Estratégia de Desenvolvimento Local**

Tem por finalidade avaliar o enquadramento do pedido de apoio nos objetivos estratégicos definidos na Estratégia de Desenvolvimento Local, tipologias de projetos e criação de emprego, tendo por base a fórmula de cálculo abaixo:

$$A = 0,40 A1 + 0,30 A2 + 0,30 A3$$

#### **B – Análise Técnica**

Pretende-se uma avaliação considerando os aspetos diferenciadores dos projetos, tendo em conta diversos aspetos, nomeadamente impacto territorial, inovação, ambiente e experiência dos promotores, tendo por base a fórmula de cálculo abaixo:

$$B = 0,30 B1 + 0,20 B2 + 0,20 B3 + 0,30 B4$$

Apresenta-se a pontuação para cada um dos critérios de seleção:

A – Nível de adequação à Estratégia de Desenvolvimento Local		Pontuação
<b>A1 – Conformidade do projeto com os objetivos da EDL</b>		
Não adequado		0
Adequado (1 objetivo)		75
Muito adequado (2 ou mais objetivos)		100
<b>A2 – Tipologia do projeto</b>		
Criação de empresa		
• Oferta suficiente		0
• Melhoria ou diversificação da oferta		50
• Escassez na oferta		75
• Falha no mercado		100
Empresa existente		
• Intervenção ao nível das instalações e/ou equipamentos: Melhora a qualidade ou aumenta a capacidade de resposta do serviço ou produto prestado?		
Não		0
Sim		50
• Modernização		75
• Diversificação		100
<b>A3 – Promoção do emprego</b>		
Aumenta o n.º de postos de trabalho?		
• Não		0
• Sim		100
B - Análise Técnica		Pontuação
<b>B1 – Impacto do projeto no Território de Intervenção</b>		
Sem impacto		0
Com impacto local		75
Com impacto concelhio		100
<b>B2 – Inovação</b>		
<b>Vetores:</b>		
Introdução de novos produtos, serviços ou processos inexistentes na localidade		
Desenvolvimento de produtos ecológicos		
Introdução de Produtos Endógenos		
Novas formas de comercialização		
Carácter inovador das ações de marketing e de promoção dos produtos/serviços		
Acessos a novos segmentos e mercados não tradicionais		
Escoamento dos produtos locais		
Utilização de novas tecnologias		
Utilização de novos meios na venda, divulgação e promoção dos produtos locais		
Outros não especificados		
<b>Classificação:</b>		

Nenhum vetor	0
1 vetor	75
2 ou mais vetores	100
<b>B3 – Ambiente</b>	
Utilização de recursos naturais ou resíduos gerados na Região	
Eficiência energética e utilização de energias renováveis	
Contribuição para a sensibilização ambiental	
Proteção ambiental	
Outros não especificados	
<b>Classificação:</b>	
Nenhum vetor	0
1 vetor	75
2 ou mais vetores	100
<b>B4 – Qualificação e experiência do promotor</b>	
O promotor não possui experiência profissional no ramo nem formação profissional adequada	0
O promotor possui experiência profissional no ramo ou formação profissional adequada	75
O promotor possui experiência profissional no ramo e formação profissional adequada	100

## Intervenção 7.2: Investimentos em infraestruturas de pequena escala, incluindo energias renováveis e economia de energia

$$P = 0,40 A + 0,60 B$$

Sendo que:

### **P – Pontuação**

Pontuação total do pedido de apoio que traduz a soma ponderada dos critérios A e B.

Os projetos que não obtenham a pontuação igual ou superior a 50 pontos são indeferidos.

### **A – Nível de adequação à Estratégia de Desenvolvimento Local**

Tem por finalidade avaliar o enquadramento do pedido de apoio nos objetivos estratégicos definidos na Estratégia de Desenvolvimento Local, existência de mercado e criação de emprego, tendo por base a fórmula de cálculo abaixo:

$$A = 0,40 A1 + 0,40 A2 + 0,20 A3$$

## B – Análise Técnica

Pretende-se uma avaliação considerando os aspetos diferenciadores dos projetos, tendo em conta diversos aspetos, nomeadamente qualidade do projeto (cumulativo), ambiente, parcerias e abrangência territorial, tendo por base a fórmula de cálculo abaixo:

$$B = 0,30 B1 + 0,15 B2 + 0,30 B3 + 0,25 B4$$

Apresenta-se a pontuação para cada um dos critérios de seleção:

A – Nível de adequação à Estratégia de Desenvolvimento Local		Pontuação
<b>A1 – Conformidade do projeto com os objetivos da EDL</b>		
Não adequado		0
Adequado		75
Muito adequado		100
<b>A2 – Influência em termos de existência de mercado para os bens e serviços resultantes do investimento proposto</b>		
Oferta suficiente		0
Melhoria ou diversificação da oferta		50
Oferta escassa		75
Oferta inexistente		100
<b>A3 – Promoção do emprego</b>		
Aumenta o n.º de postos de trabalho?		
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não</li> </ul>		0
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sim</li> </ul>		100
B - Análise Técnica		Pontuação
<b>B1 – Qualidade do projeto</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Contribui para a fixação da população?</li> </ul>		
Não		0
Sim		30
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumenta o número da população beneficiada pelo serviço?</li> </ul>		
Não		0
Sim		30
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promove a utilização de energias renováveis?</li> </ul>		
Não		0
Sim		30
<ul style="list-style-type: none"> <li>• É inovador?</li> </ul>		
Não		0
Sim		10
<b>B2 – Ambiente</b>		
Utilização de recursos naturais ou resíduos gerados na Região		
Eficiência energética e utilização de energias renováveis		
Contribuição para a sensibilização ambiental		
Proteção ambiental		

Outros não especificados	
<b>Classificação:</b>	
Nenhum vetor	0
1 vetor	75
2 ou mais vetores	100
<b>B3 – Parcerias no âmbito da execução do projeto</b>	
O projeto não prevê a criação de parcerias	0
O projeto vai criar parcerias	75
Os parceiros estão identificados e definidas as atribuições de cada parceiro	100
<b>B4 – Abrangência territorial do projeto</b>	
Não aplicável	0
Local	75
Interfreguesias	100

#### Intervenção 7.4: Investimentos em serviços básicos locais

$$P = 0,40 A + 0,60 B$$

Sendo que:

#### P – Pontuação

Pontuação total do pedido de apoio que traduz a soma ponderada dos critérios A e B.

Os projetos que não obtenham a pontuação igual ou superior a 50 pontos são indeferidos.

#### A – Nível de adequação à Estratégia de Desenvolvimento Local

Tem por finalidade avaliar o enquadramento do pedido de apoio nos objetivos estratégicos definidos na Estratégia de Desenvolvimento Local, tipologia do projeto e criação de emprego, tendo por base a fórmula de cálculo abaixo:

$$A = 0,40 A1 + 0,40 A2 + 0,20 A3$$

#### B – Análise Técnica

Pretende-se uma avaliação considerando os aspetos diferenciadores dos projetos, tendo em conta diversos aspetos, nomeadamente qualidade do projeto (cumulativo), ambiente, parcerias e abrangência territorial, tendo por base a fórmula de cálculo abaixo:

$$B = 0,30 B1 + 0,15 B2 + 0,30 B3 + 0,25 B4$$

Apresenta-se a pontuação para cada um dos critérios de seleção:

A – Nível de adequação à Estratégia de Desenvolvimento Local		Pontuação
<b>A1 – Conformidade do projeto com os objetivos da EDL</b>		
Não adequado		0
Adequado		75
Muito adequado		100
<b>A2 – Tipologia do projeto</b>		
Projetos sem enquadramento em nenhuma das tipologias seguintes		0
Projetos destinados aos serviços de animação cultural e recreativa		50
Projetos destinados aos serviços de apoio social itinerante		75
Projetos destinados à infância, idosos, deficientes, grupos de risco		100
<b>A3 – Promoção do emprego</b>		
Aumenta o número de postos de trabalho?		
• Não		0
• Sim		100
B - Análise Técnica		Pontuação
<b>B1 – Qualidade do projeto</b>		
Criação de um novo serviço		
• Há sobreposição de respostas sociais?		
Sim		0
Não		30
• Contribui para a fixação da população?		
Não		0
Sim		30
• Aumenta o número da população abrangida pelo serviço?		
Não		0
Sim		30
• É inovador?		
Não		0
Sim		10
Serviço existente		
• Contribui para a melhoria do serviço a prestar?		
Não		0
Sim		30
• Aumenta a capacidade de resposta?		
Não		0
Sim		30
• Contribui para a fixação da população?		
Não		0
Sim		30
• É inovador?		
Não		0
Sim		10
<b>B2 – Ambiente</b>		

Utilização de recursos naturais ou resíduos gerados na região	
Eficiência energética e utilização de energias renováveis	
Contribuição para a sensibilização ambiental	
Proteção ambiental	
Outros não especificados	
<b>Classificação:</b>	
Nenhum vetor	0
1 vetor	75
2 ou mais vetores	100
<b>B3 – Parcerias no âmbito da execução do projeto</b>	
O projeto não prevê a criação de parcerias	0
O projeto vai criar parcerias	75
Os parceiros estão identificados e definidas as atribuições de cada parceiro	100
<b>B4 – Abrangência territorial do projeto</b>	
Não aplicável	0
Local	75
Interfreguesias	100

### Intervenção 7.5: Investimento em infraestruturas de lazer e Turísticas e Informações Turísticas

$$P = 0,25 A + 0,30 B + 0,25 C + 0,10 D + 0,10 E$$

Sendo que:

**P – Pontuação**

Pontuação total do pedido de apoio que traduz a soma ponderada dos critérios A a E.

Os projetos que não obtenham a pontuação igual ou superior a 50 pontos são indeferidos.

Apresenta-se a pontuação para cada um dos critérios de seleção:

	Pontuação
<b>A – Conformidade do projeto com os objetivos da EDL</b>	
Não adequado	0
Adequado	75
Muito adequado	100
<b>B – Contributo do projeto para a promoção e diversificação da oferta turística e de espaços de lazer no espaço rural</b>	
Sem relevância	0
Pouco relevante	50

Relevante	75
Elevada relevância	100
<b>C – Impacto do projeto no território de Intervenção</b>	
Sem impacto	0
Com impacto local	75
Com impacto concelhio	100
<b>D – Ambiente</b>	
Utilização de recursos endógenos ou resíduos gerados na Região	
Eficiência energética e utilização de energias renováveis	
Contribuição para a sensibilização ambiental	
Proteção ambiental	
Outros não especificados	
<b>Classificação:</b>	
Nenhum vetor	0
1 vetor	75
2 ou mais vetores	100
<b>E – Promoção do emprego</b>	
Aumenta o número de postos de trabalho?	
• Não	0
• Sim	100

### Intervenção 7.6: Investimento em infraestruturas de lazer e Turísticas e Informações Turísticas

$$P = 0,25 A + 0,30 B + 0,15 C + 0,15 D + 0,15 E$$

Sendo que:

#### P – Pontuação

Pontuação total do pedido de apoio que traduz a soma ponderada dos critérios A a E.

Os projetos que não obtenham a pontuação igual ou superior a 50 pontos são indeferidos.

Apresenta-se a pontuação para cada um dos critérios de seleção:

	Pontuação
<b>A – Conformidade do projeto com os objetivos da EDL</b>	
Não adequado	0
Adequado	75
Muito adequado	100

<b>B – Tipologia do projeto</b>	
Projetos não diretamente relacionados com as tipologias seguintes	0
Projetos relacionados com a sensibilização ambiental	50
Projetos relacionados com a refuncionalização de edifícios ligados à cultura e com o património arquitetónico tradicional	75
Projetos relacionados com a preservação e recuperação de práticas e tradições culturais	100
<b>C – Impacto do projeto no Território de Intervenção</b>	
Sem impacto	0
Com impacto local	75
Com impacto concelhio	100
<b>D – Ambiente</b>	
Utilização de recursos naturais ou resíduos gerados na Região	
Eficiência energética e utilização de energias renováveis	
Contribuição para a sensibilização ambiental	
Proteção ambiental	
Outros não especificados	
<b>Classificação:</b>	
Nenhum vetor	0
1 vetor	75
2 ou mais vetores	100
<b>E – Grau de articulação com outras áreas (cultura/património/turismo/social/ambiente/desporto)</b>	
Sem articulação	0
Articulação com uma área	75
Articulação com duas ou mais áreas	100

#### 4.6.4 Ações e instrumentos previstos para o acompanhamento da EDL, nomeadamente a monitorização dos projetos aprovados

Para garantir uma correta implementação da EDL, existirá um sistema de acompanhamento e controlo dos projetos aprovados, por parte da equipa técnica, sob orientação do Órgão de Gestão, através de ações de acompanhamento dos projetos junto dos promotores.

As ações de acompanhamento poderão consistir em várias modalidades, nomeadamente por meio de troca de correspondência a solicitar informações, verificação física da execução dos projetos nas diversas fases de execução, participação nas atividades desenvolvidas pelo promotor, evidências documentais, fotográficas, entre outras.

Neste sentido, o acompanhamento deverá prever a entrega anual, por parte dos beneficiários, de documentos comprovativos de cumprimento dos objetivos a que o projeto se propõe, de acordo com o tipo de projetos, como sejam licenciamentos da atividade, documentos contabilísticos e fiscais, declarações de remunerações da segurança social, etc.

Após as visitas de acompanhamento, deverá ser elaborado um relatório de verificação física no local.

Por outro lado, será verificado que o promotor possui um dossiê que contenha toda a documentação relativa ao projeto, devendo a mesma estar disponível para consulta.

A ASDEPR terá disponível um dispositivo de gestão e controlo de projetos que lhe permitirá ter uma situação de execução e implementação da EDL sempre atualizada. Para tal, a ASDEPR conta com um sistema informático adequado, disponibilizado pela Autoridade de Gestão do PRORURAL+.

#### 4.6.5 Modalidade e instrumentos previstos para avaliação interna da EDL

A ASDEPR assegurará a realização da avaliação sistémica e periódica da execução da EDL, durante o período de programação do PRORURAL+ (LEADER). Prevê-se a criação de um modelo de avaliação que contemple a avaliação interna (incluindo autoavaliação) e a avaliação externa, dada a importância de avaliar o grau de correção e eficácia com que a ASDEPR desenvolve a sua atividade, bem como os promotores na realização dos seus projetos.

A avaliação interna visa o acompanhamento, monitorização e avaliação da EDL, através da análise *ongoing* do cumprimento das metas relativas aos indicadores de realização e de resultados previstos na EDL. No que se refere à autoavaliação, serão consideradas as seguintes vertentes:

- Cumprimento dos objetivos: verificação do nível de execução financeira e física, criação de postos de trabalho, etc.
- Enquadramento dos projetos na EDL;
- Adequação do acompanhamento aos promotores e projetos;
- Qualidade da divulgação do Programa no território de intervenção.

Pretende-se, também, envolver os promotores dos projetos na avaliação, através da recolha de informações relacionadas com o cumprimento dos objetivos do pedido de apoio (ex.: taxas de execução financeira, nº de postos de trabalho criados, etc.).

A monitorização dos objetivos, metas e resultados será realizada anualmente, resultando na publicação de relatórios, a serem apresentados à Assembleia Geral que é composta pelos parceiros dos cinco concelhos, com informação sobre projetos aprovados, pedidos de pagamento efetuados, resultados previstos e atingidos, de forma a avaliar a consistência dos resultados e indicadores definidos e verificar a necessidade de introduzir alterações ou ajustes à EDL.

A avaliação externa será realizada por uma entidade externa que efetuará estudos de avaliação sobre a atividade da ASDEPR e o cumprimento e adequação da execução do programa e do seu impacto no território de intervenção. Serão realizadas avaliações *ongoing* e *ex-post*. A avaliação externa *ongoing* compreende relatórios de avaliação intercalares sobre a execução da EDL que incidirão sobre o período compreendido entre o início da execução até 31 de dezembro de 2016 e até 31 de dezembro de 2018, respetivamente. Os resultados das avaliações intercalares permitirão apurar, a cada momento de avaliação, os resultados obtidos e metas definidas, identificar os pontos fortes e pontos fracos da execução, bem como aferir a necessidade de introduzir alterações à EDL. O relatório de avaliação *ex-post* incidirá sobre todo o período de programação.

Poderão, ainda, ser realizados inquéritos à população e entidades locais, nomeadamente a nível do contributo do programa para o desenvolvimento local e para a melhoria da qualidade de vida das populações locais.

A ASDEPR estará também disponível para colaborar em estudos de avaliação a levar a cabo pela Autoridade de Gestão.

#### 4.6.6 Ações de animação e promoção do território

Para uma melhor aplicação e adesão ao programa PRORURAL+ (Submedida 19.2), por parte de todo o território de intervenção, prevê-se a realização de diversas ações de animação e promoção, nomeadamente:

- /// Realização de sessões de informação e divulgação em todos os concelhos, por forma a informar sobre os apoios disponíveis no âmbito da Submedida 19.2;
- /// Contratação de 2 animadores locais para os concelhos mais distantes da sede, nomeadamente Povoação e Nordeste, de forma a permitir uma maior proximidade com as populações destes concelhos no apoio à apresentação de candidaturas, execução e acompanhamento dos projetos;
- /// Adequada publicitação dos avisos à apresentação das candidaturas, garantido a sua informação a todos os potenciais promotores;
- /// Utilização de material informativo, tais como cartazes, brochuras e desdobráveis, que serão disponibilizados em estabelecimentos públicos, bem como em sessões de esclarecimento e outras ações de divulgação;
- /// Publicação no *website* da ASDEPR de informação relativa ao Território de Intervenção, nomeadamente artesanato, produtos locais, gastronomia, festividades, pontos de interesse, monumentos.

#### 4.6.7 Ações a realizar e meios a utilizar para publicitar a EDL dentro do território e para difundir os seus resultados

Tal como referido anteriormente, serão realizadas ações de promoção do território de intervenção, bem como da divulgação da EDL em todos os concelhos, devidamente publicitadas através dos meios de comunicação social, bem como de cartazes distribuídos para o efeito e no *website* da ASDEPR.

Os avisos de abertura de candidaturas serão publicitados nos meios de comunicação locais, no *website* da ASDEPR e do PRORURAL+.

Os resultados da execução da EDL deverão ser publicitados nos meios de comunicação social e no *website* da ASDEPR.

A ASDEPR poderá, ainda, participar em feiras, exposições e outros eventos, para promoção dos projetos e dos produtos e culturas locais.

#### 4.6.8 Estratégia de Cooperação

Pretende-se desenvolver projetos de cooperação interterritorial, preferentemente com os outros GAL dos Açores e de cooperação transnacional, preferentemente com os E.U.A., Canadá e Cabo Verde, no sentido do desenvolvimento de diversas áreas temáticas, de acordo com os objetivos de cooperação.

Áreas Temáticas	Objetivos da Cooperação	Mais-valia para o Território	Objetivos Estratégicos da EDL
Circuitos de abastecimento curtos, valorização e promoção dos produtos locais	Aumentar a comercialização de produtos no exterior dos territórios de intervenção	Desenvolver a economia local, com criação de emprego	Desenvolver estratégias de Cooperação Interterritorial e Transnacional (formalização de parcerias entre várias entidades: promoção dos territórios e seus produtos e serviços)
Turismo ativo de qualidade	Criar redes entre vários territórios, com projetos comuns	Desenvolvimento de complementaridades que permitam diversificar a economia, aumentar a oferta turística de qualidade, criar emprego e melhorar a qualidade de vida nas zonas rurais	
Sensibilização ambiental	Aumentar a consciencialização da população para a importância da qualidade ambiental	Preservação do meio ambiente	Promover ações de cooperação para a sustentabilidade ambiental

Como resultado de cooperação entre os 4 GAL dos Açores, existe já a “Loja de Produtos dos Açores”, localizada em Lisboa, com a valência de cabimentar uma estrutura de suporte técnico e logístico de apoio à animação e dinamização da comercialização de produtos locais em ambiente urbano, junto dos potenciais consumidores.

Para além da loja já existente, prevê-se a promoção de encontros temáticos, com o objetivo de envolver os 4 GAL dos Açores e a troca de experiências, por forma a concertar estratégias de atuação.

Através destes encontros serão delineadas estratégias de atuação comuns, por forma a divulgar e promover os respetivos territórios de intervenção, através da criação de sinergias.

Estas estratégias irão de encontro aos objetivos das EDL's, nomeadamente na promoção do turismo sustentável e integrado, a divulgação dos produtos e recursos dos territórios de intervenção e a sensibilização ambiental, nomeadamente através de ações no âmbito do Geoparque Açores.